

Edward Hallet Carr

7ª Reimpressão

que é
história?



PAZ E TERRA

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [Le Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O [Le Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [LeLivros.site](#) ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados [neste link](#).

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."



Table of Contents

Nota Introdutória

Prefácio à Segunda Edição

Dos Arquivos de E. H. Carr: anotações para uma segunda edição de *Que é História?*

I. O Historiador e seus Fatos

II. A Sociedade e o Indivíduo

III. História, Ciência e Moralidade

IV. A Causa na História

V. História como Progresso

VI. O Alargamento do Horizonte



<http://groups-beta.google.com/group/digitalsource>

QUE É HISTÓRIA?

E. H. Carr

QUE É HISTÓRIA?

Conferências George Macaulay Trevelyan proferidas por E. H. Carr na
Universidade de Cambridge, janeiro-março de 1961.

tradução de *Lúcia Maurício*
de *Alverga* revisão técnica de
Maria Yedda Linhares 7ª Reimpressão



PAZ E TERRA

© Paz e Terra

© Copyright by Edward Hallet Carr, 1961

Título do Original em inglês:

What is History?

Editoração eletrônica: Segmento & Co. Produções Gráficas Ltda.

Revisão: Paulo Rogério A. Mendonça

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Carr, Edward Hallet, 1892

C299q

Que é história? conferências George Macaulay Trevelyan proferidas
por

E. H. Carr na Universidade de Cambridge, janeiro-março de 1961;
tradução de Lúcia Maurício de Alverga, revisão técnica de Maria

Yedda Linhares, Rio de

Janeiro, Paz e Terra, 3ª ed. 1982.

Do original em inglês: What is History?

Bibliografia 1. História - Filosofia I. Título CDD - 90176-0597 CDU-930.1

Direitos adquiridos pela

EDITORA PAZ E TERRA S.A.

Rua do Triunfo, 177 01212-010 - São Paulo - SP

Tel.: (011) 223-6522

Rua Dias Ferreira nº 417 - Loja Parte

22431-050 - Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (021) 259-8946 que se reserva a propriedade desta tradução

Conselho Editorial

Antonio Candido

Celso Furtado

Fernando Gasparian
Fernando Henrique Cardoso (*licenciado*)
1996

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

“Chego a estranhar, muitas vezes que ela seja tão monótona, pois grande parte dela deve ser invenção.” Catherine Morland escrevendo sobre a história.

(Northanger Abbey, de Jane Austen cap. xiv)

Nota Introdutória

E. H. Carr reuniu uma grande quantidade de material para a segunda edição de *Que é história?*, mas à época de sua morte, em novembro de 1982, apenas o prefácio para esta nova edição havia sido terminado.

Esta edição póstuma começa com este prefácio e um novo capítulo, “Dos arquivos de E. H. Carr: anotações para uma segunda edição de *Que é história?*”, no qual tentei apresentar um pouco do material e das conclusões contidas numa grande caixa de apontamentos, rascunhos e anotações de Carr. Estes são seguidos pelo texto não revisto da primeira edição.

As frases colocadas entre colchetes dentro de citações no novo capítulo foram inseridas por mim. Agradeço a Catherine Merridale por cotejar cuidadosamente as referências de Carr, e a Jonathan Haslam e Tamara Deutscher por seus comentários. As anotações de Carr para a segunda edição de *Que é história?* serão guardadas com seus documentos na Biblioteca da Universidade de Birmingham.

Novembro de 1984

R. W. Davies

Prefácio à Segunda Edição

Em 1960, quando completei o primeiro rascunho de minhas seis conferências, *Que é história?*, o mundo ocidental ainda estava abalado pelos choques de duas guerras mundiais e duas grandes revoluções, a russa e a chinesa. A era vitoriana de ingênua autoconfiança e crença automática no progresso ficara decididamente para trás. O mundo era um lugar conturbado e

até mesmo ameaçador. Contudo, começaram a se multiplicar os indícios de que estávamos começando a sair de alguns de nossos problemas. A crise econômica mundial, amplamente prognosticada como uma seqüela da guerra, não aconteceu. Nós calmamente dissolvemos o Império Britânico, quase sem perceber. A crise da Hungria e do Suez fora superada, ou esquecida. A desestalinização da União Soviética e a desmacarthização nos Estados Unidos progrediam de forma salutar. A Alemanha e o Japão se recuperaram rapidamente da ruína total de 1945 e realizavam espetaculares avanços econômicos. A França, sob De Gaulle, renovava suas forças. Nos Estados Unidos, terminava a praga Eisenhower; a era de esperança Kennedy estava prestes a se iniciar. Áreas hostis - África do Sul, Irlanda, Vietnã - ainda podiam ser mantidas sob controle. Os intercâmbios comerciais se expandiam por todo o mundo.

Estas condições deram, de qualquer forma, uma justificativa superficial para a expressão de otimismo e crença no futuro com que terminei minhas conferências em 1961. Os vinte anos seguintes frustraram estas esperanças e este contentamento. A guerra fria recomeçou com intensidade redobrada, trazendo consigo a ameaça da destruição nuclear. A adiada crise econômica começou impetuosamente, devastando os países industrializados e espalhando o câncer do desemprego através da sociedade ocidental. Hoje, raro é o país que está livre da hostilidade da violência e do terrorismo. A revolta dos países produtores de petróleo do Oriente Médio provocou uma importante mudança de poder, em prejuízo das nações industrializadas do Ocidente. O “Terceiro Mundo” transformou-se de um elemento passivo em um fator concreto e perturbador nos assuntos mundiais. Nestas condições, qualquer expressão de otimismo pode parecer absurda. Os profetas da desgraça têm tudo a seu favor. O quadro da destruição iminente, laboriosamente desenhado por escritores e jornalistas sensacionalistas e

transmitido através dos meios de comunicação de massa, penetrou no vocabulário do discurso cotidiano. Nunca a antiga previsão popular do fim do mundo pareceu tão apropriada.

Também neste ponto o bom-senso indica duas restrições importantes. Em primeiro lugar, a diagnose de desesperança em relação ao futuro, embora pretenda estar baseada em fatos irrefutáveis é uma construção teórica abstrata. A grande maioria das pessoas simplesmente não acredita nela e esta descrença é evidenciada por seu comportamento. As pessoas fazem amor, engravidam, têm e criam filhos com grande dedicação. Grande atenção, privada e pública, é dada à saúde e à educação, a fim de promover o bem-estar da próxima geração. Novas fontes de energia são constantemente exploradas. Novas invenções aumentam a eficiência da produção. Multidões de “pequenos poupadores” investem em cadernetas de poupança, em sociedades de construção e em fundos mútuos. O entusiasmo geral é visível na preservação da herança arquitetônica e artística nacional, em benefício das gerações futuras. É tentador concluir que a crença numa destruição próxima está limitada a um grupo de intelectuais descontentes, responsáveis pela maior parte da propaganda atual.

Minha segunda restrição se relaciona às fontes geográficas destas previsões de catástrofe mundial, que emanam predominantemente - eu estaria inclinado a dizer, exclusivamente - da Europa ocidental e de suas extensões ultramarinas. Isto não é surpreendente. Há cinco séculos estes países têm sido os incontestáveis senhores do mundo. Eles poderiam pretender, com alguma plausibilidade, representar a luz da civilização em meio a um mundo externo de bárbara escuridão. Uma época que crescentemente desafia e rejeita esta pretensão certamente deve construir a catástrofe. Também não é surpreendente que o epicentro da inquietação, a sede do pessimismo intelectual mais profundo, se encontre na Inglaterra, pois em nenhum outro

lugar o contraste entre a glória do século XIX e a monotonia do século XX, entre a supremacia do século XIX e a inferioridade do século XX, é tão marcante e tão dolorosa. Esse estado de espírito se propagou pela Europa ocidental e - talvez em menor grau - América do Norte. Todos estes países participaram ativamente na grande era expansionista do século XIX. Mas não tenho nenhuma razão para supor que esse estado de espírito predomina em outras partes do mundo. O estabelecimento de insuperáveis barreiras à comunicação, de um lado, e o fluxo incessante da propaganda de guerra fria, de outro, torna difícil qualquer avaliação sensata da situação na União Soviética. Mas dificilmente alguém pode acreditar que a desesperança generalizada em relação ao futuro se propagou em um país em que uma grande maioria da população deve estar consciente de que, quaisquer que sejam suas reivindicações atuais, as coisas estão muito melhor do que estavam há vinte e cinco ou cem anos atrás. Na Ásia, tanto o Japão quanto a China, em seus diferentes caminhos, trabalham na perspectiva de um futuro. No Oriente Médio e na África, mesmo em áreas que atualmente estão num estado de conflito, nações emergentes estão lutando por um futuro no qual, ainda que cegamente, elas acreditam.

Minha conclusão é que a atual onda de ceticismo e desespero, que não vislumbra nada, a não ser destruição e decadência, e rejeita como absurda qualquer crença no progresso ou qualquer probabilidade de outro avanço da raça humana, é uma forma de elitismo - o produto de grupos sociais de elite cuja segurança e privilégios foram os mais visivelmente corroídos pela crise, e de países de elite, cuja incontestável dominação anterior sobre o resto do mundo foi abalada. Os principais líderes deste movimento SÃO OS intelectuais, os fornecedores das idéias do grupo social dominante a que servem (“As idéias de uma sociedade são as idéias de sua classe dominante”). É irrelevante o fato de alguns dos intelectuais em questão pertencerem originalmente a outros grupos sociais, pois, ao se tornarem intelectuais, automaticamente se incorporaram à elite intelectual. Os intelectuais, por definição, constituem um grupo de

elite.

No entanto, o que é mais importante no contexto atual é que todos os grupos numa sociedade, por mais coesos que sejam (e o historiador muitas vezes tem razão em tratá-los como tal), geram um certo número de extravagantes ou dissidentes. Isto está particularmente sujeito a acontecer entre os intelectuais. Não me refiro aos argumentos comuns entre os intelectuais, guiados pelo princípio fundamental de uma aceitação comum dos principais pressupostos da sociedade, mas de desafios a estes pressupostos. Nas sociedades democráticas ocidentais, tais desafios, desde que confinados a um punhado de dissidentes, são tolerados, e aqueles que os apresentam podem encontrar leitores e uma audiência. O cínico pode dizer que eles são tolerados porque não são nem numerosos nem influentes o bastante para serem perigosos. Por mais de quarenta anos carreguei o rótulo de “intelectual” e, nos últimos anos, cada vez mais passei a me ver, e a ser visto, como um intelectual dissidente. Uma explicação está à mão. Devo ser um dos muito poucos intelectuais que ainda escrevem que se desenvolveu, não em pleno auge, mas na decadência da grande era vitoriana de fé e otimismo, e é difícil para mim, mesmo hoje, pensar em termos de um mundo em permanente e irremediável declínio. Nas páginas seguintes tentarei me distanciar das tendências dominantes entre os intelectuais ocidentais e, especialmente, das deste país hoje, para mostrar como e por que penso que eles se perderam e esboçar uma pretensão, se não de uma perspectiva otimista, de qualquer forma de uma perspectiva mais saudável e mais equilibrada para o futuro.

E. H. Carr

Dos Arquivos de E. H. Carr: anotações para uma segunda edição de Que é História?

R. W. Davies

Nos poucos últimos anos antes de sua morte em novembro de 1982, Carr estava preparando uma edição substancialmente nova de *Que é história?* Não desanimado pelos reveses ao progresso humano que caracterizaram os vinte anos decorridos desde a primeira edição em 1961, Carr declara em seu Prefácio que a intenção do novo trabalho era “esboçar uma pretensão, se não de uma perspectiva otimista, de qualquer forma de uma perspectiva mais saudável e mais equilibrada para o futuro”.

Apenas o prefácio foi terminado. Mas entre os documentos de Carr uma grande caixa contém, junto com um pacote cheio de resenhas e correspondências relativas à edição de 1961, meia dúzia de pastas marrons com papel-almaço ostentando os títulos: “História - Geral; Causalidade - Determinismo -Progresso; Literatura e Arte; Teoria da Revolução e Violência; Revolução Russa; Marxismo e História; Futuro do Marxismo”. Ele obviamente pretendia trabalhar muito mais antes de completar a segunda edição. As pastas continham os títulos de muitos livros e artigos sobre os quais ele ainda não fizera anotações. Mas também continham material que já fora parcialmente processado: separatas selecionadas, artigos recortados de jornais e numerosos apontamentos manuscritos em pedaços de papel de rascunho de vários tamanhos. As cartas trocadas com Isaac Deutscher, Isaiah Berlin, Quentin Skinner e outros, sobre filosofia e metodologia da história, também estão incluídas nas pastas, evidentemente com a intenção de utilizá-las para a nova edição. Anotações eventuais datilografadas ou manuscritas são claramente rascunhos iniciais de sentenças ou parágrafos. Não se tem

nenhum plano para a nova edição proposta, mas um apontamento registra:

Desordem da História

Investidas da Estatística

Psicologia *Estruturalismo*

Desordem da Literatura

Lingüística

Utopia etc.

[um outro papel de rascunho registra:

“Último capítulo

Utopia

Significado da História”]

Carr evidentemente pretendia escrever novas seções ou capítulos tratando de tópicos negligenciados ou inadequadamente tratados na primeira edição, assim como ampliar os capítulos existentes de *Que é história?* com respostas aos críticos e material adicional ilustrando e algumas vezes corrigindo seu raciocínio. Algumas vezes um livro inteiramente novo sobre nossas inquietações e o mundo pelo qual deveríamos trabalhar parece estar lutando para emergir de suas extensas anotações e apontamentos. Certamente ele pretendia produzir um capítulo final, ou capítulos, talvez uma versão totalmente reescrita da Conferência n° 6, sobre “O Horizonte Ampliado”, que apresentaria sua própria opinião sobre o significado da história e sua visão do futuro, mais diretamente relacionada às preocupações políticas atuais do que qualquer de seus escritos anteriores.

Carr evidentemente viu pouca razão para modificar o argumento de suas duas primeiras conferências sobre o historiador e seus fatos e o historiador e a sociedade. Como um exemplo das falsas pretensões da

abordagem empirista dos fatos históricos, ele cita Roskill, o eminente historiador naval, que exaltou “a moderna escola de historiadores”, que “consideram sua função como não mais que reunir e registrar os acontecimentos de um período com precisão escrupulosa e imparcialidade”. Para Carr, esses historiadores, se realmente se comportavam como pretendiam, se assemelhariam ao herói de um conto do escritor argentino Borges (traduzido para o inglês como “Funes the Memorious”), que nunca esquecia nada do que havia visto, ouvido ou vivenciado, mas admitia que, conseqüentemente, “Minha memória é um amontoado de restos”. Funes não era “muito capaz de pensar”, já que “pensar é esquecer diferenças, generalizar, fazer abstrações”.¹ Carr definiu e repudiou o empirismo em história e nas ciências sociais como “crença em que todos os problemas podem ser resolvidos pela aplicação de algum método científico isento de valores, isto é, que existe uma solução correta objetiva e o caminho para alcançá-la - as supostas pretensões da ciência transferidas para as ciências sociais”. Carr observa que Ranke, um talismã para os historiadores empíricos, foi considerado por Lukács como anti-histórico, no sentido de que apresentou uma reunião de eventos, sociedades e instituições mais do que um processo de avanço de um para outro. “A história”, escreveu Lukács, “torna-se uma coleção de anedotas exóticas.”²

As anotações de Carr fornecem um apoio significativo para este ataque ao empirismo. Gibbon acreditava que a melhor história só poderia ser escrita por um “historiador-filósofo”, que distinguisse aqueles fatos que dominam um sistema de relações:³ ele proclamou seu débito a Tácito como “o primeiro dos historiadores que aplicou a ciência da filosofia ao estudo dos fatos”.⁴ Vico distinguiu *il certo* (o que é fatorialmente correto) de *il vero*; *il certo*, o objeto de *coscienza*, era particular ao indivíduo, *il vero*, o objeto de *scienza*, era comum ou geral.⁵ Carr atribuiu a “escassez e perda de profundidade em

muitos dos recentes escritos políticos e históricos ingleses” à diferença no método histórico que “tão fatalmente separou Marx dos pensadores do mundo de língua inglesa”:

“A tradição do mundo de língua inglesa é profundamente empírica. Os fatos falam por si. Um problema particular é discutido ‘em seus méritos’. Temas, episódios e períodos são isolados para estudo histórico à luz de algum padrão de importância não declarado, e provavelmente inconsciente... Tudo isso teria sido um anátema para Marx. Marx não era empirista. Estudar a parte sem referência ao todo, o fato sem referência à sua significação, o acontecimento sem referência à causa ou conseqüência, a crise particular sem referência à situação geral, teria parecido a Marx um exercício infrutífero.

A diferença tem suas raízes históricas. Não é por nada que o mundo de língua inglesa permaneceu tão obstinadamente empírico. Numa ordem social firmemente estabelecida, cujas credenciais ninguém quer questionar, o empirismo serve para efetuar os consecutivos reparos... De tal mundo a Inglaterra do século XIX forneceu o modelo perfeito. Mas numa época em que todos os princípios são desafiados e nós nos debatemos de crise em crise na ausência de quaisquer diretrizes, o empirismo não é suficiente”.⁶

Seja como for, a máscara do assim chamado empirismo serve para esconder princípios inconscientes de seleção. “A história”, escreve Carr, “é uma concepção particular do que constitui a racionalidade humana: todo historiador, quer saiba disso ou não, tem essa concepção.” Em *Que é história?* Carr dedicou muita atenção à influência do ambiente histórico e social na seleção e interpretação de fatos pelo historiador, um aspecto da condição humana que o fascinou desde a época de estudante. Suas anotações para a nova edição, além disso, exemplificam a relatividade do conhecimento histórico. Heródoto encontrou uma justificativa moral para a dominação dos

atenienses no papel que ela desempenhou nas guerras pérsicas; e as guerras, demonstrando que os gregos pensadores deveriam ampliar seus horizontes, persuadiram Heródoto a estender sua pesquisa a mais povos e lugares.⁷ A visão árabe da história foi fortemente influenciada pela afinidade com o modo de vida nômade. Os árabes viam a história como um processo contínuo ou cíclico em que os habitantes nas cidades ou oásis eram aniquilados por nômades do deserto, que se estabeleciam e eram então, por sua vez, aniquilados por novas ondas do deserto; para os historiadores árabes, a vida sedentária produziu a luxúria, que enfraqueceu o povo civilizado em relação aos bárbaros. Em contraste, Gibbon, na Inglaterra do século XVIII, viu a história não como um avanço cíclico, mas como um progresso triunfante: em sua famosa frase, “toda época aumentou, e ainda aumenta, a riqueza real, a alegria, o conhecimento e talvez a virtude da raça humana”. E Gibbon viu a história do ponto de vista privilegiado de uma classe dominante autoconfiante em uma civilização sedentária estabelecida há tempos. Ele afirmou que a Europa estava a salvo dos bárbaros, uma vez que “antes que eles possam conquistar, precisam deixar de ser bárbaros”. Carr observa que as eras revolucionárias exercem uma influência revolucionária no estudo da história: não há “nada como uma revolução para criar um interesse pela história”. Os historiadores ingleses do século XVIII apareceram no contexto da vitória da “Revolução Gloriosa” de 1688. A Revolução Francesa solapou a “perspectiva a-histórica do iluminismo francês, que dependia de uma concepção de natureza humana imutável”. Nessas épocas de mudança rápida, a relatividade do conhecimento histórico foi amplamente reconhecida. Macaulay estava simplesmente afirmando o óbvio a seus contemporâneos quando declarou que “o homem que mantinha exatamente a mesma opinião sobre a Revolução em 1789, em 1794, em 1804, em 1814 e em 1834, teria sido um profeta divinamente inspirado ou um obstinado imbecil”.⁸

Dada a relatividade do conhecimento histórico, em que sentido pode-se dizer que a história objetiva existe? Em *Que é história?* Carr afirmava que embora nenhum historiador possa reivindicar por seus próprios valores uma objetividade além da história, um historiador “objetivo” pode ser considerado “com uma capacidade para se colocar acima da visão limitada de sua própria situação na sociedade e na história”, e com “a capacidade de projetar sua visão no futuro de tal forma que lhe dê uma compreensão mais profunda e mais duradoura do passado”. Muitos críticos de *Que é história?* contestaram fortemente este tratamento da “objetividade” e defenderam a visão tradicional de que o historiador objetivo é alguém que elabora julgamentos baseado em evidência, apesar de suas próprias preconceções. Carr não considerou isso como uma crítica séria. Sua *History of Soviet Russia* freqüentemente revela um grau extraordinário de “objetividade” no sentido tradicional, apresentando evidências a que outros historiadores muitas vezes recorreram para apoiar interpretações que conflitam com as de Carr. Mas ele considerou essa conscienciosidade como a obrigação necessária de um historiador competente; isto não significa que a abordagem da evidência pelo historiador estivesse livre da influência de seu ambiente social e cultural.

Não obstante, Carr estava preparado para admitir, um tanto cautelosamente, que o progresso ocorre no estudo da história assim como no desenvolvimento da sociedade, e que o progresso em conhecimento histórico está associado à objetividade crescente. Em *Que é história?* ele reconheceu os grandes avanços feitos pela história nos últimos dois séculos e saudou o alargamento de nossos horizontes da história de elites para a história dos povos do mundo todo. Referindo-se, como exemplo, à avaliação dos feitos de Bismarck por gerações sucessivas de historiadores, afirmou (ou admitiu) “que o historiador dos anos 20 estava mais próximo do julgamento objetivo do que o historiador de 1880, e que o historiador de hoje está mais próximo do que o

historiador dos anos 20”. Mas ele então qualificou esta aceitação aparente de um elemento absoluto no padrão de objetividade do historiador, insistindo em que “a objetividade em história não repousa e não pode repousar em algum padrão de julgamento fixo e inalterável existente aqui e agora, mas apenas num padrão que está depositado no futuro e evoluiu conforme o processo de avanços da história”. O problema da objetividade em história evidentemente continuou a perturbá-lo depois que completou *Que é história?* Em suas anotações, embora rejeite a “objetividade absoluta e eterna” como “uma abstração irreal”, ele escreve: “A história exige a seleção e ordenação de fatos sobre o passado à luz de algum princípio ou norma de objetividade aceito pelo historiador, que necessariamente inclui elementos de interpretação. Sem isso, o passado se dissolve em uma confusão de inumeráveis incidentes isolados e insignificantes, e a história não pode ser escrita de modo algum”.

Em *Que é história?* Carr também abordou a questão da objetividade histórica de outro ângulo (embora sem usar o termo “objetividade” neste contexto). Ele examinou as semelhanças e diferenças de método entre a história e as ciências naturais. As semelhanças provaram ser maiores que as diferenças. Os cientistas naturais não mais se vêem como estabelecendo leis universais por indução de fatos observados, mas empenhando-se em descobertas através da interação de hipóteses e fatos. E a história, como as ciências naturais, diz respeito não, como se supõe algumas vezes, aos acontecimentos únicos, mas à interação entre o único e o geral. O historiador está comprometido com a generalização, e de fato “o historiador não está realmente interessado no único, mas no que é geral no único”.

Para a nova edição, Carr reuniu extensas anotações sobre metodologia da ciência. A tendência de seu pensamento emerge em suas anotações e reproduzo uma seleção delas sem tentar impor minha própria versão do argumento não-escrito de Carr sobre elas (numerei cada apontamento

separado individualmente):

(1) Critério formal ou lógico de verdade científica; Popper acreditava que a ciência “genuína” se distinguiu por um princípio racional eterno...

T. Kuhn rejeitou um método científico simples em favor de uma sucessão de métodos relativistas...

Transição de uma visão estática da ciência para uma visão dinâmica, da forma para a função (ou objetivo).

Relativismo (não simples “método científico”) leva Feyerabend, em *Against method* (1975), à total rejeição do racionalismo.⁹

(2) Platão, *Ménon*, levantou a questão de como é possível prosseguir uma pesquisa ignorando o que estamos procurando (para 80d).

“Enquanto não tivermos reunido durante muito tempo, de forma não sistemática, observações para servir como materiais de construção, seguindo a orientação de uma idéia oculta em nossas mentes, e realmente só depois de termos gasto muito tempo na disposição técnica destes materiais, pela primeira vez nos tornamos capazes de visualizar a idéia de uma forma mais clara, e de esboçá-la arquitetonicamente como um todo.”

Kant, *Critique of pure reason*, 1781, p. 835.

A tese de Popper de que uma hipótese que fracassa para produzir conclusões testáveis não tem nenhuma importância, não pode ser mantida (Seleção Natural).

[Ver] M. Polanyi, *Encounter*, janeiro de 1972, do qual o que se segue [é também] tirado...

Em 1925 Einstein observou para Heisenberg que “Se você pode ou não observar uma coisa, depende da teoria que você usa. É

a teoria que decide o que pode ser observado”.

- (3) [Observado por Carr em uma conferência de W. F. Weisskopf]
“Comprendemos a formação de tais cadeias [de montanhas] pelas atividades tectônicas da crosta terrestre, mas não podemos explicar por que o Monte Branco tem a forma específica que vemos hoje, nem podemos prever que lado do Monte Santa Helena desabará na próxima erupção...

A ocorrência de acontecimentos imprevisíveis não significa que as leis da natureza sejam violadas.”

- (4) D. Struik, *Concise history of mathematics* (1963), mostra a radicação social da matemática.
- (5) A teoria de que o universo começou de alguma forma aleatória com uma grande explosão e está destinado a se dissolver em buracos negros é um reflexo do pessimismo cultural da época. A casualidade é uma entronização da ignorância.
- (6) A crença na importância dominante da hereditariedade foi progressista enquanto você acreditou que características adquiridas foram herdadas.

Quando isto foi rejeitado, a crença na hereditariedade tornou-se reacionária.

Ver argumento em C. E. Rosenberg, *No Other Gods: On Science and American Social Thought*, 1976 [especialmente p. 10].

A partir destas anotações é evidente que Carr chegou à conclusão de que a relatividade do conhecimento científico era maior do que ele sugeriu anteriormente. Tempo e lugar exercem grande influência na teoria e prática do cientista natural. A interação entre hipótese e material concreto na ciência natural se assemelha rigorosamente à interação entre generalização e fato em história. As hipóteses científicas válidas não possuem necessariamente a

capacidade de predição exata que freqüentemente é atribuída a elas; em algumas ciências naturais elas rigorosamente se assemelham às generalizações do historiador.

Na conferência sobre “A Causa na História”, em *Que é história?*, Carr examinou a natureza da generalização histórica mais rigorosamente. O historiador se depara com uma multiplicidade de causas de um evento histórico e procura estabelecer “alguma hierarquia de processos que fixariam a relação delas entre si”. Em suas anotações para a nova edição. Carr reproduz passagens de Montesquieu e Tocqueville, que adotam um ponto de vista semelhante. As causas, escreveu Montesquieu, “tornam-se menos arbitrárias quando têm um efeito mais geral. Assim sabemos melhor o que dá um determinado caráter a uma nação do que o que dá uma mentalidade particular a um indivíduo... o que constitui o espírito das sociedades que têm adotado um modo de vida do que o que constitui o caráter de uma simples pessoa”.¹⁰ E sobre a distinção de Tocqueville entre “causas antigas e gerais” e “causas particulares e recentes”,¹¹ Carr comentou: “Isto é sensato; geral iguala-se a longo prazo; o historiador está fundamentalmente interessado no longo prazo”.

Para o historiador experiente, a tentativa de explicar eventos históricos em termos de causas de longo prazo, gerais ou importantes imediatamente levanta o problema do acidente em história. Em *Que é história?* Carr admitiu que as casualidades podem modificar o curso da história, mas argumentou que elas não deveriam entrar na hierarquia de causas importantes do historiador. A casualidade da morte prematura de Lênin desempenhou um papel na história da União Soviética nos anos 20, mas não foi uma causa “real” do que aconteceu, no sentido de que era uma explicação racional e historicamente significativa que poderia ser aplicada a outras situações históricas. Ao desenvolver esta idéia adiante, depois da publicação de *Que é*

história?, ele escreveu em suas anotações que “a história está de fato submetida a regularidades suficientes para torná-la um estudo sério, embora estas regularidades sejam de tempos em tempos desordenadas por eventos externos”.

A questão da casualidade mostrou-se particularmente difícil naquele caso especial de casualidade, o papel do indivíduo na história. Carr voltou muitas vezes a esta questão, que, é claro, pareceu indistintamente ampla em seu próprio estudo do desenvolvimento da União Soviética nos anos da ascensão de Stalin ao poder. Sua pasta “Indivíduo na História” coloca o problema num amplo contexto histórico. Ele sugere que o culto do indivíduo é “uma doutrina elitista”, porque o “individualismo pode significar somente a colo-, cação do agente individual contra o *background* de uma massa impessoal”. Uma insistência extrema nos direitos absolutos do indivíduo livre encontrou apoio generalizado entre os intelectuais. Aldous Huxley, o principal proponente britânico deste ponto de vista nos anos 20 e 30, reivindicava, em seu apropriadamente intitulado *Do As You Will*, que “O sentido da vida... é o sentido que nós lhe atribuímos. Seu significado é qualquer coisa que podemos escolher para chamar seu significado... Todo homem tem um direito inalienável à principal premissa de sua filosofia de vida”.¹² Nos anos 30, o influente *O ser e o nada* de Sartre distinguia entre o ser “por si mesmo” - consciência pura do indivíduo, liberdade absoluta e responsabilidade - e o ser “em si mesmo”, o mundo material, objetivo, não-consciente. Neste nível ele era antimarxista, com “traços de anarquismo (nunca ausente em Sartre)”. E em 1960, embora a *Crítica da razão dialética* pretendesse reconhecer o marxismo como “a última filosofia de nossa época”, de fato, segundo Carr, “sua marca de existencialismo, liberdade total, individualidade e subjetividade era incompatível com o marxismo”. Da mesma forma Adorno, embora influenciado pelo marxismo, “queria livrar o

indivíduo da submissão total num mundo de tecnocracia e burocracia e também num mundo de sistemas de filosofia fechados (idealismo de Hegel, materialismo de Marx)”. E para Freud a liberdade do indivíduo não era o produto da civilização; pelo contrário, o efeito da civilização era restringir o indivíduo.¹³

A alegação de que o indivíduo era limitado pela sociedade e deveria ser libertado de suas limitações é em parte cognata e está parcialmente em conflito com a alegação igualmente há muito estabelecida de que alguns indivíduos são verdadeiramente capazes de agir livres da sociedade, o que aparece freqüentemente na forma de uma insistência sobre a esmagadora importância dos Grandes Homens na História. Andrew Marvell reivindicou enfaticamente tal papel para Cromwell:

‘Tis he the force of scattered time contracts
And in one year the work of age acts:
Em contraste Samuel Johnson declarou:
How small of all that human hearts endure
That part that kings or laws can cause or cure.

Mas a de Johnson era uma mera “ação de retaguarda”, escreve Carr, “contra a crença de que reis e leis provocam e curam males”.

Contra aqueles que reivindicam um papel decisivo para a vontade individual, que é independente ou autônoma em relação à sociedade, Marx argumentou que a visão que “considera o homem *isolado* como seu ponto de partida” é “absurda” (*abgeschmackt*). O homem “originalmente aparece como um ser genérico, um animal num rebanho”, que “se individualiza através do processo da história”; “a própria troca é o agente principal desta individualização”.¹⁴ Macaulay, escrevendo sobre Milton, observou que “na medida em que os homens sabem mais, e pensam mais, menos se parecem

com indivíduos e mais com classes”¹⁵. E Tocqueville, em 1852, deu expressão clássica à noção de que as ações de políticos individuais são determinadas por forças exteriores a eles:

“Entre todos os povos civilizados as ciências políticas criam ou no mínimo dão forma a idéias gerais; e destas idéias gerais são constituídos os problemas em meio aos quais os políticos devem lutar, e também as leis que eles imaginam que criaram. As ciências políticas constituem um tipo de atmosfera intelectual respirada por governantes e governados na sociedade, e ambos inconscientemente derivam dela os princípios de sua ação.

Tolstoi, conseqüentemente, deu expressão extrema à visão de que os indivíduos desempenham um papel insignificante na história: num dos rascunhos do epílogo de *Guerra e paz*, ele afirma asperamente que “as personagens históricas são produtos de sua época, emergindo da conexão entre acontecimentos contemporâneos e precedentes”.¹⁶ Sua visão já estava totalmente concluída em 1867:

“O *zemstvo* [governo local russo], as cortes, a guerra ou a ausência de guerra etc. são todas manifestações do organismo social - o organismo de um enxame (como com abelhas): qualquer um pode manifestá-lo e, de fato, os melhores são aqueles que não sabem o que estão fazendo e por quê - e o resultado de seu trabalho comum é sempre uma atividade uniforme e familiar às leis da zoologia. A atividade zoológica do soldado, do imperador, do marechal da pequena nobreza ou do camponês é a mais humilde forma de atividade, uma atividade na qual - os materialistas estão certos - não há nenhuma arbitrariedade”.¹⁷

E trinta anos depois, na eclosão da Guerra dos Bôeres, ele escreveu que não era bom ficar indignado com “os Chamberlains e os Vilhelms”; “toda a história é uma série de atos exatamente semelhantes de todos os políticos”, que resultam do esforço para manter a excepcional riqueza dos poucos com

novos mercados, “enquanto as massas são submetidas pelo trabalho pesado”.¹⁸

Carr partilhou claramente a abordagem de Marx e Tocqueville. Observou que “Os Indivíduos na História têm ‘papéis’; em certo sentido, o papel é mais importante que o indivíduo”. Ele comentou de Ramsay Macdonald que sua “vacilação era o resultado não tanto de seu caráter pessoal (importante apenas na medida em que o preparou para a liderança), mas do dilema básico do conjunto do grupo representado pelo Partido Trabalhista”. Mais geralmente, ele afirmou estar interessado não tanto em avaliar políticos individuais como “em analisar os interesses de grupos e atitudes que moldassem seu pensamento”. A forma como as mentes individuais trabalham, escreveu, “não é tudo o que importa para um historiador” e é melhor “olhar para a história menos em termos de comportamento pessoal consciente e mais em termos de atitudes e situações de grupo subconscientes”. Nesse sentido, ele observou estranhamente que um livro sobre Hitler “começa atribuindo tudo à personalidade de Hitler e termina falando da instabilidade e incapacidade do regime de Weimar”.¹⁹

Mas Carr não defendeu a posição extrema de Tolstói: seus trabalhos como historiador produtivo constantemente o levaram de volta ao “nariz de Cleópatra”. Observando que o problema da casualidade em história “ainda me interessa e me desconcerta”, insistiu novamente em suas anotações, como fez em *Que é história?*, que, embora a morte de Lênin fosse devida a causas estranhas à história, afetou seu curso. Ele prosseguiu acrescentando que “mesmo que você sustente que a longo prazo tudo teria terminado da mesma forma, há um curto prazo que é importante e faz uma grande diferença para muitos povos”. Há aqui uma marcante mudança de ênfase em comparação com sua discussão da casualidade histórica em *Que é história?* Esta era um prelúdio a seus notáveis comentários sobre o papel de Lênin e Stalin em sua

entrevista com Perry Anderson, por ocasião da conclusão de sua *História*. Ele insistiu que “Lênin, se tivesse sobrevivido nos anos 20 e 30 na plena posse de suas faculdades, teria se defrontado exatamente com os mesmos problemas” e teria se envolvido na criação de uma agricultura mecanizada de larga escala, na industrialização acelerada, no controle do mercado e no controle e direção do trabalho. Mas teria sido capaz de “minimizar e mitigar o elemento de coerção”:

“Sob Lênin a passagem poderia não ter sido totalmente suavizada, mas não teria sido nada como o que aconteceu. Lênin não teria tolerado a falsificação dos relatórios que Stalin constantemente perdoava... A URSS sob Lênin nunca teria se tornado, na frase de Ciliga, ‘a terra da grande mentira’. Estas são minhas especulações”.²⁰

Carr atribui aqui um papel substancial à casualidade no período crucial da história soviética. Esta foi uma declaração oral, mais do que um julgamento cuidadosamente considerado. Mas, na linguagem mais temperada de sua *História*, ele também escreveu que “a personalidade de Stalin, combinada com as tradições primitivas e cruéis da burocracia russa, deu à revolução de cima uma qualidade particularmente brutal”.²¹ A “revolução de cima” foi largamente determinada por causas de longo prazo, que deveriam ser a principal consideração do historiador, mas a amplitude da coerção usada era uma casualidade da história.

Em várias anotações e cartas em suas pastas, Carr avalia o estado atual dos estudos históricos. Ele aponta as influências marxistas como a principal nova tendência dos últimos sessenta anos:

“Desde a Primeira Guerra Mundial o impacto da concepção materialista da história nos escritos históricos tem sido muito forte. Realmente, poder-se-ia dizer que todo o trabalho histórico sério realizado neste período foi moldado por sua influência. O sistema desta mudança foi a substituição, na

opinião geral, de batalhas, manobras diplomáticas, argumentos constitucionais e intrigas políticas como os principais tópicos de história - “história política” no sentido amplo - pelo estudo de fatores econômicos, de condições sociais, da estatística da população, da ascensão e decadência de classes. A popularidade crescente da sociologia foi um outro traço do mesmo desenvolvimento; a tentativa de tratar a história como um ramo da sociologia foi feita algumas vezes.”

Em *Que é história?* Carr já observara a influência positiva da sociologia sobre a história, notando que “quanto mais sociológica a história se torna, e quanto mais histórica a sociologia se torna, melhor para ambas”. Em suas anotações para a nova edição, declarou mais enfaticamente: “A história social é o leito de rocha. Estudar o leito de rocha isolado não é bastante; e se torna entediante; talvez seja isso o que aconteceu com os *Annales*. Mas você não pode prescindir dele”.

Embora reconhecendo esses desenvolvimentos positivos, Carr insiste que em termos de tendências gerais e predominantes, tanto a história quanto as ciências sociais estão em crise. Carr aponta o empirismo superficial do “movimento a partir da história para a especialização setorial” (que ele condena como “uma forma de automutilação”) e a tendência dos historiadores procurarem abrigo na metodologia (ele observa que o “culto da história ‘quantitativa’, que faz da informação estatística a fonte de toda pesquisa histórica, talvez conduza a concepção materialista da história ao ponto da insensatez”). E esta crise dentro da própria história tem sido acompanhada pelo movimento a partir da história para as ciências sociais, que Carr também considera como uma tendência conservadora ou mesmo reacionária:

“A história está preocupada com os processos fundamentais de mudança. Se você é alérgico a estes processos, abandona a história e procura

abrigo nas ciências sociais. Hoje a antropologia, a sociologia, etc. florescem. A história está doente. Mas nesse caso nossa sociedade também está doente”.

Ele também destaca que “evidentemente, a ‘procura de abrigo’ também atua dentro das ciências sociais - economistas em econometria, filósofos em lógica e lingüística, crítica literária em análise de técnicas estilísticas”. Talcott Parsons dá um exemplo óbvio de um sociólogo que “levou a abstração tão longe que perdeu todo contato com a história”.

Carr dedica muita atenção ao estruturalismo (ou “funcionalismo estrutural”). Ele observou certa vez numa conversa que os estruturalistas tinham, no mínimo, o mérito de tratar o passado como um todo, evitando as armadilhas da especialização excessiva. Mas acreditava que, no conjunto, o estruturalismo exerceu uma influência prejudicial no estudo da história. Ele compara a abordagem estrutural ou “horizontal”, “que analisa a sociedade em termos de inter-relação funcional ou estrutural de suas partes ou aspectos”, e a abordagem histórica ou “vertical”, “que a analisa em termos de onde ela vem e para onde ela está indo”. Ele sugere que “todo historiador sensível concordará que ambas as abordagens são necessárias” (uma anotação mais áspera rabiscada num pedaço de papel observa que “a distinção entre história narrativa e história estrutural é tapeação”):

“Mas ela faz uma certa diferença que atrai a principal ênfase e interesse [do historiador]. Isto depende em parte, sem dúvida, de seu temperamento, mas amplamente do ambiente em que trabalha. Vivemos em uma sociedade que pensa em mudança principalmente como mudança para o pior, teme esta mudança e prefere a visão ‘horizontal’, que requer apenas pequenos ajustamentos”.

Em outra parte Carr observa que “a primeira abordagem é conservadora, no sentido de que examina uma condição estática, e a última, radical, no sentido de que visa a mudança”:

“Por mais que LS [Lévi-Strauss] possa citar Marx em seu benefício... suspeito que o estruturalismo seja a filosofia da moda de um período conservador”.

As anotações de Carr incluem vários itens sobre Lévi-Strauss, principalmente uma entrevista no *Le Monde*, cujo título parece confirmar as piores suspeitas de Carr: “L’ideologie marxiste, comuniste et totalitaire n’est qu’une ruse de l’histoire”.²²

A profunda crítica de Carr e avaliação em geral negativa do atual estágio dos estudos históricos é acompanhada por uma afirmação positiva da importância da disciplina da história por direito nato. Ele proclama a necessidade da “história geral”, que reúne a história legal, militar, demográfica, cultural e outros ramos, e examina as interconexões entre eles. Da mesma forma, insiste em que a história não é uma mera servidora das ciências sociais, que vai a elas pela teoria e as supre com materiais: “Reconheço que muitos historiadores de hoje estão mortos porque não têm teoria. Mas a teoria de que eles necessitam é uma teoria da história e não uma resgatada de fora. O que é necessário é um trânsito de mão-dupla... O historiador precisa aprender dos especialistas econômicos, demográficos, militares, etc., etc. Mas o economista, o demógrafo, etc., etc. também morrerão, a não ser que trabalhem dentro de um padrão histórico mais amplo, que apenas o historiador ‘geral’ pode fornecer. O problema é... que as teorias históricas são por natureza teorias de mudança, e que nós vivemos numa sociedade que quer ou relutantemente aceita apenas mudanças secundárias ou ‘especializadas’ num equilíbrio histórico estabilizado”.

Mas Carr evidentemente acreditava que a perspectiva do historiador dependia de seu ambiente social; e na Inglaterra dos anos 70 não poderia esperar que sua opinião fosse bem aceita por mais do que uma minoria de historiadores radicais ou dissidentes:

“Para uma sociedade que está cheia de confusão em relação ao presente e perdeu a fé no futuro, a história do passado parecerá uma mistura sem sentido de acontecimentos sem relação. Se nossa sociedade recuperar seu domínio do presente e sua visão do futuro, ela também, em virtude do mesmo processo, renovará sua compreensão do passado”.

Esta passagem foi escrita em 1974, vários anos antes da irrupção na Inglaterra de doutrinas conservadoras e de uma nova confiança num futuro conservador. Desde então, e desde a morte de Carr, uma alternativa emergiu da falta de fé no futuro e do empirismo a ela associado, que eram previamente a ortodoxia predominante entre os historiadores britânicos. Esforços notáveis têm sido feitos por políticos conservadores e historiadores para estimular a confiança no futuro através do restabelecimento da história britânica no centro do currículo histórico. Sir Keith Joseph, ministro da Educação, ajudado por Lord Hugh Thomas, pediram às escolas que concedessem mais atenção à história britânica e menos à história mundial. O professor G. R. Elton, em sua conferência inaugural como *Regius Professor* de História Moderna, condenou as influências prejudiciais das ciências sociais no ensino de história na graduação em Cambridge e insistiu em que o estudo da história inglesa deveria ocupar uma posição dominante nos exames finais. A história inglesa mostraria “a maneira pela qual esta sociedade conseguiu civilizar o poder e ordenar-se por meio de mudanças constantes”: “uma era de incerteza, atacada por crenças falsas e pelos profetas da inovação constante, necessita urgentemente conhecer suas raízes”.²³ Estes acontecimentos teriam parecido, para Carr, sintomáticos de uma sociedade enferma que procurava consolo na lembrança de um passado glorioso e para fornecer uma admirável demonstração da extensão em que os historiadores refletem as tendências dominantes numa sociedade.

Carr pretendia que a nova edição de *Que é história?* considerasse a

crise dos estudos históricos no amplo contexto da crise social e intelectual de nosso tempo. Para esse fim montou uma pasta sobre Literatura e Arte, que não foram discutidas como tópicos separados em suas conferências originais. Esta pasta inclui notas tanto sobre a própria literatura quanto sobre crítica literária e de arte. O trabalho está num estágio muito preliminar. O fio de seu argumento é que a literatura e a crítica Literária, como a história e as ciências naturais e sociais, são influenciadas ou moldadas pelo ambiente social. Duas citações contrastantes saltam aos olhos em suas anotações. Enquanto Orwell declarou que “Toda arte é propaganda”,²⁴ Marx, que deixou muitas anotações sobre a influência da sociedade nas artes, não obstante advertiu, na *Introdução à crítica da economia política*, que “quanto à arte, sabe-se que alguns de seus apogeus de modo algum correspondem ao desenvolvimento da sociedade; nem contribuem eles, portanto, para a estrutura material, de certo modo, o esqueleto de sua organização”.²⁵

Na avaliação de Carr, as reservas de Marx não se aplicavam ao século XX, que era fundamentalmente caracterizado pelo pessimismo, inércia e desesperança. Para Carr, Hardy era “o romancista de um mundo que não faz nenhum sentido, que é fundamentalmente errado, não que tem caminhado errado, ou pode ser corrigido, mas de um mundo de erro e insensatez eternos - por isso um pessimismo absoluto”. A. E. Housman observou que “Raramente escrevo poesia, a não ser que esteja adoentado”,²⁶ e T. S. Eliot comentou com simpatia: “Creio que entendo esta afirmação”. “Ambos escreveram poesia ‘doente’”, comenta Carr rispidamente, “Nenhum dos dois é um rebelde”. Uma série de citações nas anotações de Carr ilustram a falta de esperança e o pessimismo de Eliot. Enquanto o Soneto n° 98 de Shakespeare era uma celebração de abril, *The Waste Land* de Eliot mostra abril como o mês mais cruel. Em *Gerontion*, escrito em 1920, Eliot queixou-se que a história

“engana com ambições murmurantes, guia-nos por vaidades”²⁷ *The Waste Land* trata as multidões de trabalhadores atravessando a Ponte de Londres como um povo morto, enquanto Wyndham Lewis descreve o “povo semimorto”, cujo extermínio não importaria.²⁸ Em seu testamento, Kafka, o profeta da decadência, expressivamente ordenou a destruição de seus escritos; nosso mundo, Kafka disse uma vez, é uma das “más disposições” de Deus; fora de nosso mundo havia “abundância de esperança - para Deus... apenas, não para nós”.²⁹ E mesmo Orwell, segundo Carr, “chega à mesma posição de Eliot, de desesperança sobre a raça humana, especialmente na forma de aversão pelas classes subalternas - uma forma de elitismo”. Dois clássicos modernos com uma significativa coincidência de título, o poema “À espera dos bárbaros” de Kaváfis e “Esperando Godot” de Beckett, apresentam, ambos, uma “desamparada inércia esperançosa”. E o culto de Hermann Hesse celebra um escritor que Carr descreveu como “um solipsista refugiado de um mundo no qual tinha cessado de acreditar”.

Um outro conjunto de anotações procura colocar a crítica literária do século XX em seu contexto social. F. R. Leavis “restabeleceu a visão de Matthew Arnold de uma classe de intelectuais desinteressados constituindo a flor de uma sociedade e se colocando acima dela”. A nova crítica literária “começou com I. A. Richards, que fazia distinção entre elementos objetivos (científicos) e subjetivos (emotivos) em literatura”; seus sucessores “tentaram equiparar o crítico literário aos observadores científicos, aplicando critérios objetivos ao texto e ignorando todas as questões relativas à origem ou ao contexto”. Sobre estes desenvolvimentos Carr comenta:

“Os formalistas dos anos 30, 40 e 50, e os estruturalistas dos anos 60 e 70 procuraram isolar a literatura como uma entidade ‘pura’, confinada dentro dos limites da linguagem e incontaminada por qualquer outra realidade.

Mas a crítica literária não pode estar baseada exclusivamente na

literatura, desde que o próprio crítico é externo à literatura e traz com ele elementos de outras esferas.”

E quanto à “filosofia lingüística” (uma designação incorreta, por assim dizer uma fuga da filosofia tal como tradicionalmente considerada), como “arte pela arte”, ela não tem compromisso com qualquer idéia.³⁰ Ela não tem nenhuma aplicação à ética ou à política e não presta nenhuma atenção à história: “mesmo a idéia de que palavras mudam seu significado estava ausente”.

Nos últimos capítulos da nova edição de Carr, ele pretendia, em oposição ao pessimismo predominante dos últimos anos, reafirmar que o passado do homem tinha sido em geral uma história de progresso e proclamar sua confiança no futuro humano. Em *Que é história?* ele observou que a visão da história como progresso, instituída pelos racionalistas do Iluminismo, alcançou sua maior influência quando a autoconfiança e o poder britânicos estavam no auge. No século XX, entretanto, a crise da civilização ocidental levou muitos historiadores e outros intelectuais a rejeitarem a hipótese do progresso. Em suas anotações para a nova edição, ele distingue três aspectos da Era do Progresso: a Expansão do Mundo, que começou em 1490; o Crescimento Econômico, começando talvez no século XVI; e a Expansão do Conhecimento, de 1600 em diante. O período elisabetano, consciente da expansão do mundo, foi a primeira fase brilhante da Era do Progresso. Macaulay, o maior historiador *whig*, descreveu a história como um progresso triunfante culminando na Carta da Reforma.³¹ A partir das anotações de Carr, fica claro que ele pretendia apresentar maior evidência na nova edição de *Que é história?*, da medicina e outros campos, de que o progresso dependia e resultava fundamentalmente da transmissão de habilidades adquiridas de geração a geração.

Desde a Primeira Guerra Mundial a crença na história como progresso

se tornou crescentemente fora de moda. A queda em profundo desespero foi algumas vezes um tanto prematura: “Karl Kraus celebrou o colapso do Império Austro-Húngaro com uma *extravaganza* dramática chamada *Os últimos dias da humanidade*”. Mas o ceticismo em relação ao progresso no passado e o pessimismo em relação às expectativas para o futuro se tornaram mais poderosos e mais agressivos à medida que o século XX se transformou. Popper, que proferiu uma conferência um quarto de século atrás intitulada “A História de Nossos Tempos: Uma Visão Otimista”, em 1979 proferiu uma outra conferência na qual observou: “Acontece que não acredito no progresso”.³² Para alguns historiadores, a idéia de progresso é uma brincadeira antiquada: Richard Cobb escreveu de Lefebvre que “ele era um homem muito ingênuo, que acreditava no progresso humano”.³³

Carr acreditava no progresso humano no passado e que “uma compreensão do passado... carrega com ela uma compreensão acentuada no futuro”. Ele, assim, concordava com Hobbes, para o qual “de nossas concepções do passado fazemos um futuro”.³⁴ Mas acrescentou a importante observação de que “o inverso seria quase igualmente verdadeiro”: nossa visão do futuro influencia nossa concepção de passado. Havia força no aforismo com o qual Ernst Bloch conclui *Das Prinzip Hoffnung*: “a verdadeira gênese não está no começo mas no fim”.³⁵

Numa época de dúvida e desespero, Carr considerou que era particularmente importante para ele como um historiador examinar e expor sua própria compreensão do presente e visão do futuro. Durante quarenta anos ele afirmara anteriormente que Utopia e realidade eram duas facetas essenciais da ciência política, e que o “pensamento político e a vida política sérios serão encontrados apenas onde ambos tivessem seu lugar”.³⁶ No curso dos anos, ele adquiriu a reputação de um realista austero. Mas na breve memória autobiográfica que preparou alguns anos antes de sua morte, ele

comentou: “Talvez o mundo esteja dividido entre cínicos, que não acham nenhum sentido em nada, e Utópicos, que dão sentido às coisas baseados em alguma magnífica suposição não-verificável sobre o futuro. Prefiro os últimos”. Um apontamento nas pastas de Carr intitulado “Esperança” comenta: “A função da Utopia é tornar concreto o sonho diário... A Utopia reconciliará o indivíduo com o interesse universal. A verdadeira Utopia se distingue do otimismo inútil (desmotivado)”.

Na visão de Carr sobre os dois grandes estudiosos do capitalismo britânico clássico, Adam Smith e Karl Marx, cada um combinava uma profunda compreensão da sociedade com uma Utopia subjacente:

“A. Smith, que escreveu uma *Teoria dos sentimentos morais*, em *A riqueza das nações* isolou a propensão à troca de bens e ao comércio” como a principal força condutora da ação humana.

Este foi um *insight* de gênio, não na natureza humana como tal, mas no caráter da sociedade que estava quase para se desenvolver na Europa ocidental (e nos Estados Unidos); e, como tal, promoveu aquele desenvolvimento.

O mesmo é verdadeiro para o *insight* de Marx de que o capitalismo entraria em colapso sob o peso da recusa do trabalhador de tolerar o grau de exploração que ele implicava.

Mas a Utopia de Smith do mundo do poder invisível e a ditadura do proletariado de Marx desenvolveram aspectos desagradáveis logo que se fez a tentativa de realizá-las na prática.”

Já em 1933 Carr referiu-se a Marx como tendo “uma pretensão de ser considerado o gênio mais perspicaz do século XIX e um dos mais bem-sucedidos profetas na história”.³⁷ Suas pastas sobre “Marxismo e História” e “Marxismo e o Futuro” contêm muitas anotações de Marx, Engels, Lênin e seus principais seguidores, a partir dos quais é evidente que ele pretendia

basear sua própria avaliação do presente e futuro numa avaliação cuidadosa de Marx e do marxismo. Em vários de seus escritos recentes ele deixou claro que, como seu amigo Herbert Marcuse, ele acreditava que “no Ocidente, hoje, o proletariado - significando, como Marx denotava pelo termo, os trabalhadores organizados na indústria - não é uma força revolucionária, talvez até uma força contrarrevolucionária”.³⁸ Ele observou que o ceticismo sobre a incapacidade do proletariado governar resultou na “reincidência final de Trotsky no pessimismo”³⁹ e que uma avaliação negativa do proletariado sustentava o pessimismo de Marcuse:

“*Razão e Revolução*. O poder da negação está personificado no proletariado.

Interessado na liberação da personalidade individual da sociedade repressiva -
Freud.

Em *Eros e civilização* [de Marcuse] - dúvida sobre a capacidade do proletariado produzir uma sociedade não-repressiva.

Marxismo Soviético. A história soviética demonstrou o fracasso do proletariado russo para produzir uma sociedade não-repressiva — fracasso devido ao fracasso do proletariado em países avançados.

O Homem Unidimensional mostra que o proletariado tem sido engolido na sociedade industrial, de modo que a sociedade se torna um princípio imutável.

O resultado é o pessimismo total - divórcio da teoria da Esquerda da realidade: ‘Não há nenhuma área na qual teoria e prática, pensamento e ação se encontrem.’⁴⁰

Carr no geral aceitou essas críticas de Marx, mas não tirou tais conclusões pessimistas. Em sua memória autobiográfica declarou:

“Não posso realmente prever para a sociedade ocidental, na sua forma atual, qualquer probabilidade, a não ser declínio e decadência, talvez, mas

não necessariamente, terminando em colapso dramático. Mas acredito que novas forças e movimentos, cuja forma não podemos ainda adivinhar, estão germinando sob a superfície, aqui ou em outra parte. Esta é a minha utopia não verificável... Suponho que deveria chamá-la ‘socialista’, e nesta medida sou marxista. Mas Marx não definiu a essência do socialismo, exceto em poucas frases utópicas; e nem eu posso”.

Como então o próprio Carr avaliou o desenvolvimento e a decadência do sistema capitalista; que “novas forças e movimentos” ele detectou? Parte de sua resposta foi dada num rascunho inacabado em suas anotações intituladas “Marxismo e História”, que parecem ter sido escritas por volta de 1970. Embora este estivesse incompleto, e certamente teria sido revisado de modo considerável antes da publicação, transmite bem o espírito da visão de Carr de presente e futuro:

“A forma do mundo tem, assim, mudado fora de reconhecimento nos últimos cinquenta anos. As primeiras colônias das Potências Europeias ocidentais - Índia, África, Indonésia - declararam sua total independência. Dos países latino-americanos apenas o México e Cuba tomaram o caminho da revolução; mas em outros lugares o desenvolvimento econômico aponta o caminho para a mais completa independência. O acontecimento mais espetacular deste período foi o avanço da URSS - o anterior Império Russo - e, mais recentemente, da China para posições de poder e importância mundiais. O sentimento de incerteza criado por estas mudanças, cujas conseqüências ainda se encontram no futuro, contrasta duramente com a estabilidade relativa e a segurança do modelo mundial do século XIX. É fora desta atmosfera de incerteza e insegurança que as atuais visões da nova sociedade nascem.

É um fato da mais alta importância que a revolução russa - e, depois dela, as revoluções chinesa e cubana - declarava basear-se no ensinamento de

Karl Marx. Marx foi o mais poderoso profeta da decadência e queda do sistema capitalista do século XIX, ainda em seu auge na época em que ele escreveu. É natural que aqueles que procuraram desafiar este sistema e exultaram com sua ruína, deveriam ter apelado para a autoridade de Marx. Também é natural que visões de uma nova sociedade para substituir o capitalismo do século XIX deveriam se inspirar no marxismo. Estas visões são, em parte, necessariamente utópicas; os escritos de Marx sobre a sociedade futura eram inadequados e freqüentemente de caráter utópico. Algumas destas predições foram frustradas ou se demonstraram inexecutáveis, e isso já levou à controvérsia e confusão entre seus seguidores. Mas o poder de sua análise é inegável; e qualquer quadro que possa ser traçado, embora especulativamente, de uma sociedade futura deve conter uma ampla inspiração de concepções marxistas.

Marx foi o profeta da produtividade, da industrialização como caminho para as mais altas formas de produtividade, da modernização através do uso das mais desenvolvidas formas de tecnologia. Seus escritos, do *Manifesto Comunista* em diante, estão cheios de elogios às realizações do capitalismo, que libertou os processos de produção dos grilhões feudais e pôs em movimento através do mundo uma moderna economia tecnicamente desenvolvida e extensiva. Mas Marx acreditava ter demonstrado por sua análise que o capitalismo burguês, baseado nos princípios da empresa privada individual, estava criando, através de seu genuíno sucesso, novos grilhões que levariam a uma paralisação da futura expansão da produção, que tirariam o controle da produção das mãos do capitalismo burguês e seriam substituídos por alguma forma de controle social pelos próprios trabalhadores. Apenas assim a expansão da produtividade poderia ser mantida e intensificada. Um dos poucos quadros oferecidos por Marx de uma sociedade comunista futura era aquele em que ‘as fontes de riqueza fluirão mais abundantemente’.

Num mundo em que grandes massas de pessoas ainda não desfrutam nem mesmo dos mais elementares benefícios materiais da civilização moderna, não é surpreendente que estas doutrinas devam ter influenciado poderosamente a visão popular de uma nova sociedade. Nem é surpreendente (embora seja o oposto do que Marx esperava) que estas doutrinas devam ter feito seu apelo mais convincente não em países avançados, cujos povos desfrutavam no passado das grandes realizações do capitalismo burguês e acham difícil acreditar que as potencialidades deste sistema já estão mesmo exauridas, mas nos países atrasados, onde o capitalismo burguês apareceu como uma força estranha e sobretudo opressiva. A revolução russa ocorreu num país tecnicamente atrasado, onde a transformação capitalista burguesa da economia e da sociedade apenas começara; sua função primeira, como disse Lênin, era ‘completar a revolução burguesa’ antes que ela pudesse passar para a revolução socialista. Desde a Segunda Guerra Mundial, a revolução se espalhou para países onde uma revolução burguesa ainda não havia começado. A visão de uma sociedade futura que, ultrapassando a agora obsoleta revolução capitalista burguesa, atingirá a industrialização e a modernização da economia, e a mais alta produtividade que a acompanha, através de alguma forma de controle social e planejado da produção, domina hoje todo o mundo que se estende fora da esfera das nações européias ocidentais”.

Carr prosseguiu acrescentando que “os aspectos políticos desta visão permanecem, entretanto, obscurecidos e incompreensíveis. O marxismo pouco ajuda. A concepção de uma sociedade controlada pelos trabalhadores provou ter pouca relevância na Rússia, onde o proletariado era pequeno; não tem nenhuma importância em países menos avançados, onde não existe um proletariado”. Contudo, a revolução nestes países era adequada para levar o sistema capitalista a um fim e fornecer a possibilidade de alcançar a “Utopia

não verificável” de Carr:

“Penso que temos de considerar seriamente a hipótese [ele declarou em setembro de 1978] de que a revolução mundial da qual [a revolução bolchevique] era o primeiro estágio, e que completará o declínio do capitalismo, provará ser a revolta dos povos coloniais contra o capitalismo sob a máscara do imperialismo”.⁴¹

1. J. L. Borges, *A Personal Anthology*, 1972, pp. 32-3.
2. G. Lukács, *The Historical novel*, 1962, pp. 176, 182.
3. Edward Gibbon, *Essai sur l'étude de la littérature*, 1761.
4. Gibbon, *Decline and fall of the Roman Empire*, Bury (ed.), 1909, cap. 9, p. 230.
5. G. Vico, *Principj di scienza nuovo*, 1744, Livros I, DC e X, traduzido para o inglês como *New Science of G. Vico*, 1968, §§ 137, 321.
6. Esta passagem, datilografada em suas anotações, aparece no ensaio de Carr sobre Lukács em *From Napoleon to Stalin*, 1980, p. 250.
7. *The greek historians*, M. I. Finley (ed.), 1959, Introdução, pp. 4, 6.
8. G. Macaulay, *Works*, 1898, viii, 431 (de um ensaio sobre Sir James Mackintosh).
9. P. Feyerabend, *Against method: outline of an anarchistic theory of knowledge*, 1975, conclui, do “rico material fornecido pela história”, que apenas um princípio pode ser defendido em todas as circunstâncias e épocas: “anything goes” (p. 27).
10. “An Essay on Causes Affecting Minds and Characters”, in Montesquieu, *The spirit of laws*, ed. D. W. Carruthers, 1977, p. 417.
11. Ver A. de Tocqueville, *De l'ancien regime*, trad. S. Gilbert, 1966, II, EI, especialmente p. 160.
12. A. Huxley, *Do as you will*, 1929, p. 101. 24
13. S. Freud, *Civilization and its discontents*, 1975, p. 32; outro dos apontamentos de Carr observava que “o inconsciente de Freud é individual; nada a ver com o ‘inconsciente coletivo’ de Jung”.
14. *Grundrisse*, Berlim, 1953, pp. 395-6.
15. *Works*, 1898, vii, 6.
16. L. Tolstoi, *Polnoe sobranie sochinenii*, XV, 1955, p. 279.
17. Carta a Samarin, 10 de janeiro de 1867, in *Tolstoy's letters*, R. F. Christian (ed.), i, 1978, 211.
18. Carta a Volkonsky, 4/16 de dezembro de 1899, *ibid*, ii, 585.
19. Esta era uma referência a Sebastian Haffner, *The meaning of Hitler*, 1979.

20. *From Napoleon to Stalin*, 1980, pp. 262-3 (entrevista com Perry Anderson, setembro de 1978).
21. *A history of Soviet Russia*, 1978, xi, p.448.
22. *Le Monde*, 21-22 de janeiro de 1979. “A ideologia marxista, comunista e totalitária não passa de uma astúcia da história.” (N. do T.)
23. G. R. Elton, *The history of England: inaugural lecture delivered 26 January 1984*, Cambridge, 1984, especialmente pp. 9-11, 26-9; ver também seu ataque da história de família em *New York Review of Books*, 14 de junho de 1984.
24. G. Orwell, *Collected essays, journalism and letters*, 1968, i, p. 448 (apareceu originalmente em *Inside the whale*, 1940).
25. Traduzido em K. Marx, *The german ideology*, C. J. Arthur (ed.), 1970, p. 149.
26. A. E. Housman, *The name and nature of poetry*, 1933, p. 49.
27. T. S. Eliot, *Collected poems 1909-1962*, 1963, p. 40.
28. D. B. Wyndham Lewis, *Blasting and bombardiering*, 1937, p. 115.
29. Max Brod, *Kafka: a biography*, 1947, p. 61.
30. Ver J. Sturrock, *Structuralism and Science*, 1979. 34
31. *Works*, 1898, xi, pp. 456-8 e cf. pp. 489-91; mas Carr também pergunta: “A visão de Macaulay do neozelandês (*Essay on Ranke’s history of the popes*) é incompatível com a crença no progresso?”; Macaulay imaginou um neozelandês do futuro em pé sobre o braço quebrado da Ponte de Londres para esboçar a ruína de St. Paul, mas no mesmo parágrafo se referira à grandeza futura do Novo Mundo (*Essays* de Macaulay, selecionados e introduzidos por H. Trevor-Roper, 1965, p. 276).
32. *Encounter*, novembro de 1979, p. 11; em sua conferência, Popper, no entanto, ainda pretende ser um otimista.
33. *A Second Identity*, 1969, p. 100.
34. Thomas Hobbes on Human Nature, *Works*, 1840, iv, p. 16.
35. Ernst Bloch, *Das Prinzip Hoffnung*, 1956, iii, p. 489.
36. *The twenty years’ crisis, 1919-1939*, 1939.
37. *Fortnightly Review*, março de 1933, p. 319.
38. *From Napoleon to Stalin*, 1980, p. 271.
39. Ver Knei-Paz, *The social and political thought of Leon Trotsky*, 1978, p. 423.
40. H. Marcuse, *One dimensional man*, 1968, pp. 11-12. 38
41. *From Napoleon to Stalin*, 1980, p. 275.

I. O Historiador e seus Fatos

Que é história? Para que ninguém pense que a pergunta é sem sentido ou supérflua, farei referência neste texto a duas passagens que apareceram, respectivamente, na primeira e na segunda publicações da *Cambridge Modern History*. Citarei Acton no seu relatório de outubro de 1896 para os membros do Conselho da Cambridge University Press sobre o trabalho que ele se comprometera a dirigir:

“É uma oportunidade única de registrar, da maneira mais útil para o maior número, a abundância de conhecimentos que o século XIX está em vias de legar... Pela divisão criteriosa do trabalho, deveríamos ser capazes de fazê-lo e levar ao conhecimento de todos o documento mais recente e as conclusões mais amadurecidas da pesquisa internacional.

Não podemos ter nesta geração a história definitiva, mas podemos dispor da história convencional e mostrar o ponto a que chegamos entre uma e outra, agora que todas as informações estão ao nosso alcance e que cada problema tem possibilidade de solução.”¹

Quase 60 anos mais tarde, o professor Sir George Clark, na sua introdução à segunda *Cambridge Modern History*, comentou sobre a convicção de Acton e seus colaboradores de que um dia seria possível produzir “a história definitiva”, e continuou:

“Historiadores de uma geração posterior não parecem desejar qualquer perspectiva desse tipo. Eles esperam que seu trabalho seja superado muitas e muitas vezes. Eles consideram que o conhecimento do passado veio através de uma ou mais mentes humanas, foi ‘processado’ por elas e portanto, não pode compor-se de átomos elementares e impessoais que nada podem alterar... A pesquisa parece ser interminável, e alguns eruditos impacientes

refugiam-se no ceticismo, ou pelo menos na doutrina segundo a qual, desde que todos os julgamentos históricos envolvem pessoas e pontos de vista, um é tão bom quanto o outro, e não há verdade histórica ‘objetiva’.²

Quando os ilustres professores se contradizem tão flagrantemente, o campo fica aberto para investigação. Espero estar suficientemente atualizado para reconhecer que qualquer coisa escrita nos anos de 1890 deve ser tolice. Mas ainda não sou bastante avançado para expressar a opinião de que qualquer coisa escrita nos anos de 1950 obrigatoriamente faça sentido. Aliás, já lhe deve ter ocorrido que esta investigação está sujeita a ultrapassar a própria natureza da história. O choque entre Acton e Sir George Clark é o reflexo da mudança de nossa visão global da sociedade no intervalo entre dois pronunciamentos. Acton fala da convicção positiva, da autoconfiança límpida, do fim da era vitoriana; Sir George Clark repercute a perplexidade e o ceticismo aturdido da geração *beat*. Quando tentemos responder à pergunta “Que é história?” nossa resposta, consciente ou inconscientemente reflete nossa própria posição no tempo, e faz parte da nossa resposta a uma pergunta mais ampla: que visão nós temos da sociedade em que vivemos? Não tenho medo de que meu tema possa, em exame mais detalhado, parecer trivial. Receio apenas que eu possa parecer presunçoso por ter levantado uma questão tão vasta e tão importante.

O século XIX foi uma grande época para fatos. “O que eu quero”, disse o sr. Gradgrind em *Hard Times*, “são fatos... Na vida só queremos fatos.” Os historiadores do século XIX em geral concordavam com ele. Quando Ranke, por volta de 1830, num protesto legítimo contra a história moralizante, acentuou que a tarefa do historiador era “apenas mostrar como realmente se passou” (*wie es eigentlich gewesen*), este aforisma não muito profundo teve um êxito espantoso. Três gerações de historiadores alemães, ingleses e mesmo franceses marcharam para a batalha entoando as palavras mágicas

“Wie es eigentlich gewesen” como um encantamento - destinado, como a maioria dos encantamentos, a poupá-los da obrigação cansativa de pensarem por si próprios. Os positivistas, ansiosos por sustentar sua afirmação da história como uma ciência, contribuíram com o peso de sua influência para este culto dos fatos. Primeiro verifique os fatos, diziam os positivistas, depois tire suas conclusões. Na Grã-Bretanha, esta visão da história se adequava perfeitamente à tradição empirista que era a corrente dominante na filosofia britânica de Locke a Bertrand Russel. A teoria empírica do conhecimento pressupõe uma separação completa entre sujeito e objeto. Fatos, como impressões sensoriais, impõem-se, de fora, ao observador e são independentes de sua consciência. O processo de recepção é passivo: tendo recebido os dados, ele então atua sobre eles. O *Oxford Shorter English Dictionary*, um trabalho útil mas tendencioso da escola empírica, enfatiza claramente a separação dos dois processos definindo um fato como “dados de experiência distintos das conclusões”. Isto é o que se pode chamar visão “senso comum” da história. A história consiste num corpo de fatos verificados. Os fatos estão disponíveis para os historiadores nos documentos, nas inscrições, e assim por diante, como os peixes na tábua do peixeiro. O historiador deve reuni-los, depois levá-los para casa, cozinhá-los, e então servi-los da maneira que o atrair mais. Acton, cujo gosto culinário era austero, queria que fossem servidos simples. Na sua carta de instruções para os colaboradores da primeira *Cambridge Modern History*, deixou clara a exigência de que “nosso Waterloo deve ser tal, que satisfaça franceses e ingleses, alemães e holandeses da mesma maneira; que ninguém possa dizer sem examinar a lista de autores, onde o bispo de Oxford parou de escrever e onde Fairbairn ou Gasquet, Liebermann ou Harrison continuaram”³. Até mesmo Sir George Clark, crítico como era às atitudes de Acton, contrapôs “o caroço dos fatos” na história à “polpa envolvente da interpretação discutível”⁴

- esquecendo-se talvez de que a parte polpuda da fruta é mais compensadora do que o caroço. Primeiro, acerte os fatos; só então corra o risco de mergulhar nas areias movediças da interpretação. Esta é a derradeira sabedoria da escola empírica e do senso comum da história. Lembra-me o ditado favorito do grande

jornalista liberal C. P. Scott: “Os fatos são sagrados, a opinião é livre.”

Mas isto claramente não satisfaz. Não vou entrar numa discussão filosófica sobre a natureza do nosso conhecimento do passado. Vamos presumir, para os propósitos atuais, que o fato de César ter atravessado o Rubicão e o fato de existir uma mesa no meio da sala são fatos da mesma ordem ou de uma ordem comparável, que ambos estes fatos entram em nossa consciência da mesma maneira ou de maneira comparável; e que ambos têm o mesmo caráter objetivo em relação à pessoa que os conhece. Mas mesmo nesta suposição arrojada e não muito plausível, nosso argumento logo encontra a dificuldade de que nem todos os fatos sobre o passado são fatos históricos, ou tratados como tal pelo historiador. Qual o critério que distingue fatos da história de outros fatos do passado?

Que é um fato histórico? Esta é uma questão crucial que devemos olhar mais de perto. De acordo com a visão do senso comum, há certos fatos básicos que são os mesmos para todos os historiadores e que formam, por assim dizer, a espinha dorsal da história - o fato, por exemplo, de que a Batalha de Hastings aconteceu em 1066. Mas esta maneira de ver, requer duas observações. Em primeiro lugar, não são fatos como este que interessam primordialmente ao historiador. Sem dúvida é importante saber que a grande batalha foi disputada em 1066 e não em 1065 ou 1067, e que foi disputada em Hastings e não em Eastbourne ou Brighton. O historiador não deve errar nessas coisas. Mas quando pontos deste tipo são levantados, fazem lembrar a observação de Housman de que “exatidão é um dever, não uma virtude”⁵.

Elogiar um historiador por sua exatidão é o mesmo que elogiar um arquiteto por usar a madeira mais conveniente ou o concreto adequadamente misturado. Trata-se de uma condição necessária do seu trabalho, mas não sua função essencial. É precisamente para assuntos deste tipo que é permitido basear-se no que se tem chamado de “ciências auxiliares” da história - arqueologia, epigrafia, numismática, cronologia e outras. Não é exigido do historiador ter a perícia especial que capacita o especialista a determinar a origem e o período de um fragmento de cerâmica ou mármore, a decifrar uma inscrição obscura, ou a fazer elaborados cálculos astronômicos necessários para estabelecer a data exata. Estes são chamados fatos básicos, que são os mesmos para todos os historiadores, normalmente pertencem mais à categoria de matéria-prima do historiador do que à própria história. A segunda observação é que a necessidade de estabelecer estes fatos básicos repousa não em qualquer qualidade dos próprios fatos, mas numa decisão *a priori* do historiador. Apesar do *moto* de C. P. Scott, todo jornalista sabe hoje que a maneira mais eficaz de influenciar a opinião pública é através da seleção e disposição dos fatos apropriados. É comum dizer-se que os fatos falam por si. Naturalmente isto não é verdade. Os fatos falam apenas quando o historiador os aborda: é ele quem decide quais os fatos que vêm à cena e em que ordem ou contexto. Acho que foi um dos personagens de Pirandello quem disse que um fato é como um saco - não ficará de pé até que se ponha algo dentro. A única razão por que estamos interessados em saber que a batalha foi disputada em Hastings em 1066 é que os historiadores olham-na como um grande acontecimento histórico. É o historiador quem decide por suas próprias razões que o fato de César atravessar aquele pequeno riacho, o Rubicão, é um fato da história, ao passo que a travessia do Rubicão, por milhões de outras pessoas antes ou desde então não interessa a ninguém em absoluto. O fato de você ter chegado neste edifício meia hora atrás a pé, ou de

bicicleta, ou de carro, é exatamente tanto um fato do passado quanto o fato de César ter atravessado o Rubicão. Mas provavelmente será ignorado pelos historiadores. O professor Talcott Parsons uma vez designou ciência como “um sistema seletivo de orientações cognitivas para a realidade”⁶. Talvez isto possa ser colocado de maneira ainda mais simples. Mas história é, entre outras coisas, isto. O historiador é necessariamente um selecionador. A convicção num núcleo sólido de fatos históricos que existem objetiva e independentemente da interpretação do historiador é uma falácia absurda, mas que é muito difícil de erradicar.

Vamos nos deter um pouco no processo pelo qual um mero fato do passado é transformado num fato da história. Em Stalybridge Wakes, em 1850, um vendedor de pão de gengibre, em consequência de uma pequena briga, foi morto a pontapés por uma multidão enfurecida. Isto é um fato da história? Há um ano eu teria dito sem hesitar: “não”. O fato fora relatado por uma testemunha local em algum livreto de memórias desconhecido⁷; mas eu nunca o vira julgado digno de menção por qualquer historiador. Um ano atrás, o Dr. Kitson Clark citou-o nas suas conferências Ford em Oxford⁸. Isto o transforma num fato histórico? Não, eu continuo achando que não. Seu *status* atual, creio, é que ele foi proposto para membro de um clube seletivo de fatos históricos e agora espera que alguém o apóie e patrocine. Pode ser que, no curso dos próximos anos, vejamos este fato aparecendo primeiro em notas de pé de página, depois em textos de artigos e livros sobre a Inglaterra do século XIX, e que ao fim de 20 ou 30 anos possa ser um fato histórico bem estabelecido. Por outro lado, ninguém pode presumir em que caso ele será relegado ao limbo dos fatos não históricos sobre o passado do qual o Dr. Kitson Clark tentou galantemente salvá-lo. O que decidirá qual das duas coisas vai acontecer? Dependerá, acho, da tese ou interpretação - em apoio da qual o Dr. Kitson Clark citou este incidente - ser aceita por outros

historiadores como válida e significativa. Seu *status* como um fato histórico dependerá de um problema de interpretação. Este elemento de interpretação entra em todo fato de histórias.

Posso permitir-me uma lembrança pessoal? Quando estudei história antiga nesta universidade muitos anos atrás, tinha como assunto especial “a Grécia no período das Guerras Pérsicas”. Juntei quinze ou vinte volumes na estante e fiquei certo de que ali, registrados nesses volumes, eu tinha todos os fatos relativos ao meu tema. Vamos supor - era bem próximo da verdade - que aqueles livros contivessem todos os fatos já conhecidos sobre o assunto ou que podiam ser conhecidos. Nunca me ocorreu investigar por que acidente ou processo de desgaste aquela minuciosa seleção de fatos, de toda a miríade de fatos que um dia podem ter sido conhecidos por alguém, havia sobrevivido para se tornar os fatos da história. Suspeito que mesmo hoje um dos fascínios da história antiga e medieval é que nos dá a ilusão de termos todos os fatos disponíveis dentro de limites manejáveis: a distinção aborrecida entre os fatos da história e outros fatos sobre o passado desaparece, porque os poucos fatos conhecidos são todos fatos de história. Como disse Bury, que trabalhou em ambos os períodos, “os registros da história antiga e medieval são semeados de lacunas”⁹. A história tem sido vista como um enorme quebra-cabeças com muitas partes faltando. Mas o problema principal não consiste em lacunas. Nossa imagem da Grécia no século V a.C. é incompleta, não porque tantas partes se perderam por acaso, mas porque é, em grande parte, o retrato feito por um pequeno grupo de pessoas de Atenas. Nós bem sabemos como a Grécia do século V era vista por um cidadão ateniense; mas não sabemos praticamente nada de como era vista por um espartano, um corintiano, ou um tebano - para não mencionar um persa, ou um escravo ou outro não-cidadão residente em Atenas. Nossa imagem foi pré-selecionada e predeterminada para nós, não tanto por acaso mas por pessoas que estavam consciente ou

inconscientemente imbuídas de uma visão particular e que consideravam os fatos que sustentavam esta visão dignos de serem preservados. Da mesma maneira, quando leio num livro recente de história da Idade Média que as pessoas da Idade Média se interessavam profundamente por religião, fico imaginando como nós podemos saber isto e se isto é verdade. O que nós conhecemos como fatos da história medieval foram quase todos selecionados para nós por gerações de cronistas que se ocupavam profissionalmente com a teoria e a prática da religião, que, portanto, consideravam-na de extrema importância, registravam tudo em relação a ela e pouca coisa a mais. A figura dos camponeses russos como profundamente religiosos foi destruída pela Revolução de 1917. A figura do homem medieval como devotamente religioso, se verdadeira ou não, é indestrutível, porque praticamente todos os fatos conhecidos sobre ele foram pré-selecionados para nós por pessoas que acreditavam nisto, que queriam que outros acreditassem, e uma quantidade de outros fatos em que possivelmente teríamos encontrado evidências do contrário perdeu-se irrevogavelmente. A mão morta de gerações de historiadores que desapareceram, escribas e cronistas, determinou, sem possibilidade de apelação o padrão do passado. “A história que nós lemos”, escreve o professor Barraclough, ele próprio medievalista, “embora baseada em fatos, não é, para dizer a verdade, absolutamente factual, mas uma série de julgamentos aceitos”¹⁰.

Passemos, no entanto, a verificar a situação difícil, embora diferente, em que se defronta o historiador face à história moderna. O especialista em história antiga ou medieval tem a seu favor o fato de poder contar com um conjunto de fatos históricos selecionados através de um longo processo. Como Lytton Strachey disse, na sua maneira maliciosa, “a ignorância é o primeiro requisito do historiador, ignorância esta que simplifica e esclarece, que seleciona e omite”¹¹. Quando sou tentado, como por vezes ocorre, a

invejar a grande competência de colegas engajados em escrever história antiga ou medieval, consolo-me achando que eles são tão competentes assim sobretudo porque não têm tanto conhecimento como se pensa do seu assunto. O historiador dos tempos modernos não leva qualquer vantagem desta ignorância intrínseca. Ele deve cultivar para si mesmo esta ignorância necessária - tanto mais quanto maior a proximidade de sua própria época. Ele tem a dupla tarefa de descobrir os poucos fatos importantes e transformá-los em fatos da história e de descartar os muitos fatos insignificantes como não históricos. Mas isto é exatamente o inverso da heresia do século XIX segundo a qual a história consiste na compilação de um número máximo de fatos irrefutáveis e objetivos. Qualquer um que se entregue a esta heresia ou terá de desistir da história, por ser um mau negócio, e se dedicar a colecionar selos ou algum outro passatempo antiquado, ou terminar num hospício. É esta heresia que, durante os últimos cem anos, vem provocando tamanhos efeitos devastadores no historiador dos tempos modernos, produzindo na Alemanha, Grã-Bretanha e nos Estados Unidos uma enorme e crescente massa de histórias factuais, fragmentadas e pulverizadas, de monografias minuciosamente especializadas de pretensos historiadores; que sabem cada vez mais sobre cada vez menos, mergulhados sem vestígios num oceano de fatos. Suspeito que tenha sido esta heresia - mais do que o alegado conflito entre a lealdade ao liberalismo e ao catolicismo - que frustrou Acton enquanto historiador. Num de seus primeiros ensaios disse de seu professor Dollinger: “Ele jamais escreveria com dados imperfeitos e para ele os dados eram sempre imperfeitos”¹². Acton estava certamente pronunciando um veredicto antecipado de si mesmo que constituiu um estranho fenômeno como historiador, pois era considerado por muitos como o mais notável ocupante da *Regius Chair of Modern History* que esta universidade jamais teve - mas que não escreveu história. E Acton escreveu seu próprio epitáfio,

na nota introdutória do primeiro volume da *Cambridge Modern History*, publicado logo depois de sua morte, onde lamentou que as exigências que pressionavam o historiador “ameaçassem transformá-lo de homem de letras em compilador de enciclopédias”¹³. Alguma coisa tinha saído errado. O que andou errado foi a convicção nesta incansável e interminável acumulação de fatos difíceis como fundamento da história, a convicção de que os fatos falam por si mesmos e que nós não podemos ter fatos demais. Uma convicção naquela época tão inquestionável que poucos historiadores de então consideraram necessário - e alguns ainda hoje julgam desnecessário - colocar a pergunta “Que é história?”

O fetichismo dos fatos do século XIX era completado e justificado por um fetichismo de documentos. Os documentos eram sacrário do templo dos fatos. O historiador respeitoso aproximava-se deles de cabeça inclinada e deles falava em tom reverente. Se está nos documentos é porque é verdade. Mas o que nos dizem esses documentos - decretos, tratados, registros de arrendamento, publicações parlamentares, correspondência oficial, cartas e diários particulares - quando nos ocupamos deles? (Nenhum documento pode nos dizer mais do que aquilo que o autor pensava - o que ele pensava que havia acontecido, o que devia acontecer ou o que aconteceria, ou talvez apenas o que ele queria que os outros pensassem que ele pensava, ou mesmo apenas o que ele próprio pensava pensar. Nada disso significa alguma coisa, até que o historiador trabalhe sobre esse material e decifre-o. Os fatos, mesmo se encontrados em documentos, ou não, ainda têm de ser processados pelo historiador antes que se possa fazer qualquer uso deles: o uso que se faz deles é, se me permitem colocar dessa forma, o processo do processamento.

Darei um exemplo do que estou tentando dizer citando algo que conheço bem.

Quando Gustav Stresemann, ministro do Exterior da República de Weimar,

morreu em 1929, deixou atrás de si uma enorme massa - 300 caixas cheias - de papéis oficiais, semi-oficiais e particulares, quase todos relacionados com os seis anos de seu mandato como ministro do Exterior. Seus amigos e parentes naturalmente pensaram em fazer uma obra monumental em homenagem a um homem tão ilustre. Seu dedicado secretário Bernhard pôs-se a trabalhar, em três anos foram publicados três volumes maciços, com cerca de 600 páginas cada, de documentos selecionados daquelas 300 caixas, com o título pomposo de *Stresemanns Vermächtnis*. Normalmente os documentos se teriam desfeito em pó em algum porão ou sótão e desaparecido para sempre; ou talvez em cem anos ou mais algum literato curioso tê-los-ia encontrado e se disposto a compará-los com o texto de Bernhard. O que aconteceu foi ainda mais dramático. Em 1945, os documentos caíram nas mãos dos governos inglês e americano, que os fotografaram e colocaram as cópias fotostáticas à disposição dos estudiosos no *Public Record Office* em Londres e nos Arquivos Nacionais de Washington, de maneira que, se tivermos paciência e curiosidade suficientes, podemos descobrir exatamente o que Bernhard fez. O que ele fez não foi muito comum nem muito chocante. Quando Stresemann morreu, sua política ocidental parecia ter sido coroada por uma série de sucessos brilhantes - Locarno, a admissão da Alemanha na Liga das Nações, os planos *Dawes* e *Young* e os empréstimos americanos, a retirada dos exércitos de ocupação aliados das terras do Reno*.

* N.R. Os planos Dawes e Young, respectivamente de 1924 e 1929, foram patrocinados pelos Aliados vencedores e impostos à Alemanha vencida na Guerra de 1914-1918, com o objetivo de cobrar “reparações”, estabelecendo, sobretudo pelo primeiro plano, rigorosos controles sobre as finanças internas alemãs.

Isto parecia a parte importante e compensadora da política externa de Stresemann; não era estranho que tivesse sido super-representada na seleção

de documentos de Bernhard. A política oriental de Stresemann, por outro lado, suas relações com a União Soviética, não foi particularmente bem sucedida; além disso, uma vez que massas de documentos sobre negociações que apenas produziram resultados triviais não eram muito interessantes e nada acrescentavam à reputação de Stresemann, o processo de seleção podia ser mais rigoroso. Stresemann, na verdade, dedicou uma atenção muito mais constante e ansiosa às relações com a União Soviética, e elas desempenharam um papel muito maior na sua política externa como um todo, do que o leitor da seleção de Bernhard suporia. Mas os volumes de Bernhard ganham em comparação, imagino eu, com muitas coleções de documentos publicadas em que o historiador comum se fia implicitamente.

Este não é o fim da minha história. Logo depois da publicação dos volumes de Bernhard, Hitler subiu ao poder. O nome de Stresemann ficou esquecido na Alemanha e os volumes saíram de circulação: muitos dos exemplares, talvez a maioria, devem ter sido destruídos. Hoje, *Stresemanns Vermächtnis* é um livro raro. Mas a reputação de Stresemann no Ocidente permaneceu elevada. Em 1935 um editor inglês publicou uma tradução resumida do trabalho de Bernhard - uma seleção da seleção de Bernhard; talvez um terço do original tenha sido omitido. Sutton, tradutor de alemão bastante conhecido, fez seu trabalho muito bem e com competência. A versão inglesa, explicou ele no prefácio, era “ligeiramente condensada, mas apenas pela omissão de uma certa quantidade daquilo que, sentia-se, era assunto mais efêmero... de pequeno interesse para leitores ou estudantes ingleses”¹⁴. Mais uma vez é natural. Mas o resultado é que a política oriental de Stresemann, já sub-representada em Bernhard, retira-se ainda mais do panorama, e a União Soviética, aparece nos volumes de Sutton meramente como uma intrusa ocasional e muito mal recebida na política externa predominantemente ocidental de Stresemann. Ainda assim é a opinião geral, salvo para alguns

especialistas, que Sutton e não Bernhard - e ainda menos os próprios documentos - representa para o mundo ocidental a voz autêntica de Stresemann.

Tivessem os documentos sucumbido no bombardeio de 1945 e tivessem os volumes restantes de Bernhard desaparecido, a autenticidade e autoridade de Sutton nunca teriam sido questionadas. Muitas coleções de documentos impressas, largamente aceitas por historiadores na falta dos originais, repousam em bases não mais seguras do que esta.

Quero, porém, levar a história mais além. Deixemos de lado Bernhard e Sutton e reconheçamos que podemos, se quisermos, consultar os documentos autênticos de alguém que teve um papel importante na história européia recente. O que nos dizem estes documentos? Entre outras coisas, contêm registros de algumas centenas das conversas de Stresemann com o embaixador soviético em Berlim e de uma vintena ou mais com Chicherin. Estes registros têm uma característica em comum. Eles descrevem Stresemann como tendo a parte do leão nas conversas, e revelam seus argumentos como invariavelmente bem colocados e convincentes, enquanto os de seu interlocutor são na maioria estreitos, confusos e não muito convincentes. Esta é uma característica familiar de todos os registros de conversações diplomáticas. Os documentos não nos contam o que aconteceu, mas somente o que Stresemann pensou que aconteceu, ou o que ele queria que outros pensassem, ou talvez o que ele próprio queria pensar que tivesse acontecido. Não foi Sutton nem Bernhard, mas o próprio Stresemann, quem começou o processo de seleção. Se nós tivéssemos, digamos, os registros de Chicherin destas mesmas conversas, assim mesmo apreenderíamos delas o que Chicherin pensou, e o que realmente aconteceu ainda teria de ser reconstruído na mente do historiador. Naturalmente, os fatos e os documentos são essenciais ao historiador. Mas que não se tornem fetiches. Eles por si

mesmos não constituem a história; não fornecem em si mesmos respostas pronta a esta exaustiva pergunta: “Que é história?”

Neste ponto eu gostaria de dizer algumas palavras sobre porque os historiadores do século XIX eram em geral indiferentes à filosofia da história. A expressão foi inventada por Voltaire e tem sido, desde então, usada em diferentes sentidos; caso eu a utilize será para responder à pergunta “Que é história?” O século XIX foi, para os intelectuais da Europa ocidental, um período confortável, transpirando confiança e otimismo. Os fatos eram em conjunto satisfatórios; a inclinação para perguntar e responder questões difíceis sobre eles era respectivamente fraca. Ranke acreditava piamente que a Divina Providência cuidaria do significado da história, caso ele tomasse conta dos fatos; Burckhardt, com um toque mais moderno de cinismo, observou que “nós não somos iniciados nos propósitos da sabedoria eterna”. O professor Butterfield, por volta de 1931, notou com aparente satisfação que “os historiadores refletem pouco sobre a natureza das coisas e mesmo sobre a natureza de seus próprios assuntos”¹⁵. Mas meu antecessor nestas conferências, Dr. A. L. Rowse, mais precisamente crítico, escreveu sobre *World crisis* de Sir Winston Churchill - seu livro sobre a Primeira Guerra Mundial - que, enquanto competia com a História da Revolução Russa de Trotski em personalidade, brilhantismo e vigor, era inferior num aspecto: não apresentava “uma filosofia da história”¹⁶.

Os historiadores britânicos recusaram-se a ser persuadidos, não porque acreditassem que a história não tinha significado, mas porque acreditavam que seu significado era implícito e evidente por si próprio. No século XIX, a visão liberal da história tinha uma afinidade próximo à doutrina econômica do *laissez-faire* - também produto de uma visão serena e autoconfiante do mundo. Que cada um trate de si, e a mão oculta cuidará da harmonia universal. Os fatos da história eram eles próprios uma demonstração do fato

supremo de um progresso benéfico e aparentemente infinito em direção a coisas mais altas. Esta era a idade da inocência e os historiadores caminhavam no Jardim do Paraíso, sem um fragmento de filosofia para cobri-los, nus e sem vergonha diante do deus da história. Desde então conhecemos o Pecado e experimentamos a Expulsão do Paraíso; os historiadores que hoje fingem prescindir da filosofia da história estão meramente tentando, inútil e auto-conscientemente, como membros de uma colônia nudista, recriar o Jardim do Paraíso em seu subúrbio ajardinado. Hoje esta difícil pergunta não pode mais ser evitada.

Nos últimos 50 anos muitos foram os trabalhos sérios feitos sobre a pergunta “Que é história?” Partiu da Alemanha, o país que estava prestes a fazer tanto para abalar o confortável reinado do liberalismo do século XIX, o primeiro desafio, nas décadas de 1880 e 1890, à doutrina da primazia e da autonomia de fatos na história. Os filósofos que fizeram o desafio são agora pouco mais do que nomes: Dilthey é o único deles que recentemente recebeu algum reconhecimento tardio na Grã-Bretanha. Antes da passagem do século, prosperidade e confiança eram ainda grandes demais na Inglaterra para que qualquer atenção fosse prestada aos hereges que atacavam o culto dos fatos. Mas logo no princípio do novo século a tocha passou para a Itália, onde Croce começou a propor uma filosofia da História que obviamente devia muito aos mestres alemães. Toda história é “história contemporânea”, declarou Croce¹⁷, querendo assim dizer que a história consiste essencialmente em ver o passado através dos olhos do presente e à luz de seus problemas, que o trabalho principal do historiador não é registrar mas avaliar; porque, se ele não avalia, como pode saber o que merece ser registrado? Em 1910 o historiador americano Carl Becker argumentou, em linguagem deliberadamente provocadora, que “os fatos da história não existem para qualquer historiador até que ele os crie”¹⁸. Estes desafios foram pouco

notados naquela época. Foi somente após 1920 que Croce começou a ficar em grande moda na França e na Grã-Bretanha. Isto não foi talvez porque Croce era um pensador mais sutil ou melhor estilista do que seus antecessores alemães, mas porque, após a Primeira Guerra Mundial, os fatos pareciam sorrir para nós menos favoravelmente do que nos anos anteriores a 1914 e estávamos, portanto, mais acessíveis a uma filosofia que procurava diminuir o seu prestígio. Croce foi uma influência importante no filósofo e historiador de Oxford Collingwood, o único pensador britânico no século atual que fez uma abalizada contribuição à filosofia da história. Ele não viveu o suficiente para escrever a exposição sistemática que planejou; mas seus artigos publicados e notas não publicadas sobre o assunto foram reunidos, após sua morte, num volume intitulado *The idea of history*, editado em 1945.

As opiniões de Collingwood podem ser reunidas como se segue. A filosofia da história não é relacionada com “o passado em si” nem com “o pensamento do historiador sobre o passado em si mesmo”, mas com “as duas coisas em suas relações mútuas”. (Esta opinião reflete os dois significados correntes da palavra “história” -a pesquisa conduzida pelo historiador e as séries de acontecimentos passados em que ele investiga.) “O passado que o historiador estuda não é um passado morto mas um passo que, em algum sentido, está ainda vivo no presente.” Mas um ato passado está morto, isto é, sem significado para o historiador, a menos que ele possa apreender o pensamento que está por trás deste passado, desde que “toda história é a história do pensamento” e “a história é a revalidação da mente do historiador do pensamento cuja história ele está estudando”. A reconstituição do passado na mente do historiador está na dependência da evidência empírica. Mas não é em si mesmo um processo empírico e não pode consistir de uma mera narração de fatos. Ao contrário, o processo de reconstituição governa a seleção e interpretação dos fatos: isto, aliás, é o que faz deles fatos históricos.

“História”, diz o professor Oakeshott, que neste ponto se aproxima de Collingwood, “é a experiência do historiador. Ela não é ‘feita’ por ninguém exceto pelo historiador: escrever história é a única maneira de fazê-la”¹⁹.

Esta crítica aguda, embora requeira algumas reservas sérias, revela certas verdades negligenciadas.

Em primeiro lugar, os fatos da história nunca chegam a nós “puros”, desde que eles não existem nem podem existir numa forma pura: eles são sempre refratados através da mente do registrador. Como consequência, quando pegamos um trabalho de história, nossa primeira preocupação não deveria ser com os fatos que ele contém, mas com o historiador que o escreveu. Exemplificarei com o grande historiador que é o patrono das aulas que ora ministro e em cuja homenagem foram instituídas. G. M.

Trevelyan, como nos conta em sua autobiografia, foi “educado em casa numa tradição um tanto exuberantemente *whig*”²⁰; ele não repudiaria o título, imagino, se o descrevesse como o último, e não o menor, dos grandes historiadores liberais ingleses da tradição *whig*. * Não é por acaso que ele reconstitui sua árvore genealógica, desde o grande historiador *whig*, George Otto Trevelyan até Macaulay, que foi, incomparavelmente, o maior dos historiadores *whigs*. O mais admirável e maduro trabalho de Trevelyan, *England under queen Anne*, foi escrito levando em conta as suas origens e somente terá sentido e importância para o leitor se levar em conta o *background* do historiador. De fato, o autor não deixa outra saída para o leitor, pois se você seguir a técnica dos amantes dos romances policiais e ler primeiro o fim, encontrará nas últimas páginas do terceiro volume o melhor resumo que conheço daquilo que é hoje chamado de interpretação *whig* da história; verá então que o que Trevelyan está tentando fazer é investigar a origem e o desenvolvimento da tradição *whig*, vinculando as suas raízes firmemente aos anos que se seguiram à morte de seu fundador Guilherme III.

Embora esta não seja, talvez, a única interpretação concebível dos acontecimentos no reinado da rainha Ana, é uma interpretação válida e, nas mãos de Trevelyan, frutífera. Mas, a fim de apreciá-la em todo seu valor, o leitor tem de entender o que o historiador está fazendo. Pois como diz Collingwood, o historiador deve reviver no pensamento o que se passou na mente de seus “*dramatis personae*”, a fim de que o leitor, por sua vez, possa reviver o que se passa na mente do historiador. Estude o historiador antes de começar a estudar os fatos. Isto não é, afinal, muito obscuro. É o que já é feito pelo estudante inteligente que, quando recomendado a ler um trabalho de Jones, aquele grande humanista de *St. Jude*, vai procurar um colega em *St. Jude* para perguntar que tipo de cara é Jones e o que ele tem na cabeça. Quando você lê um trabalho de história, procura saber o que se passa na cabeça do historiador.

* N.R. *Whig* foi a denominação dada em oposição a *tory*, ambas de cunho pejorativo na sua origem (final do século XVII), ao partido que advogava a exclusão de Jaime, duque de York, da linha de sucessão ao trono. Com a evolução da Inglaterra nos séculos XVIII e XIX, ambos os nomes passaram a designar os partidos políticos dominantes, cabendo aos *whigs* defender os interesses e o poder da nobreza, representados no Parlamento, face ao absolutismo da Coroa. As mudanças econômicas, operadas sobretudo a partir do final do século XVIII, tiveram nos *whigs* os seus defensores. Da sua ala radical emergiu o Partido Liberal em oposição aos *tories* conservadores. A tradição associa aos *whigs* a vitória do parlamentarismo e a garantia das liberdades individuais.

Se não conseguir, o defeito é seu ou dele. Os fatos na verdade não são absolutamente como peixes na peixaria. Eles são como peixes nadando livremente num oceano vasto e algumas vezes inacessível; o que o historiador pesca dependerá parcialmente da sorte, mas principalmente da parte do oceano em que ele prefere pescar e do molinete que ele usa - fatores estes que são naturalmente determinados pela qualidade de peixes que ele quer pegar. De um modo geral, o historiador conseguirá o tipo de fatos que ele quer. História significa interpretação. De fato, se, utilizando as palavras de Sir

George Clark, eu chamasse história de “um caroço duro de interpretação cercado por uma polpa de fatos discutíveis”, minha afirmação seria, sem dúvida, parcial e desorientadora, mas não tanto quanto ousaria pensar a opinião original.

O segundo ponto, que é o mais conhecido, diz respeito à necessidade por parte do historiador de usar a imaginação para compreender a mente das pessoas com as quais está lidando e o pensamento que conduz os seus atos: digo “compreensão com imaginação” e não “simpatia”, com receio de que simpatia possa significar concordância implícita. O século XIX foi fraco em história medieval porque repudiava demasiadamente as crenças supersticiosas da Idade Média e as barbaridades que elas inspiravam, não podendo ter qualquer compreensão imaginativa do povo da Idade Média. Ou tomemos o comentário crítico de Burckhardt sobre a Guerra dos Trinta Anos: “É escandaloso que um credo, seja católico ou protestante, coloque a sua salvação acima da integridade da nação”²¹. Era extremamente difícil para um historiador liberal do século XIX, educado para acreditar que é certo e louvável matar em defesa do próprio país mas é errado e perverso matar em defesa da própria religião, colocar-se no estado de espírito daqueles que lutaram na Guerra dos Trinta Anos. Tal dificuldade é particularmente aguda no campo em que estou trabalhando agora. Muito do que tem sido escrito nos países de língua inglesa nos últimos dez anos sobre a União Soviética e, na União Soviética, sobre os países de língua inglesa tem sido invalidado por esta inabilidade de alcançar mesmo a medida mais elementar de compreensão imaginativa do que se passa na mente do outro lado, de tal maneira que palavras e ações do outro são sempre feitas de modo a parecerem malignas, sem sentido ou hipócritas. A história não pode ser escrita a menos que o historiador possa atingir algum tipo de contato com a mente daqueles sobre quem está escrevendo.

O terceiro ponto é que nós podemos visualizar o passado e atingir nossa compreensão do passado somente através dos olhos do presente. O historiador pertence à sua época e a ela se liga pelas condições de existência humana. As próprias palavras que usa - tais como democracia, império, guerra, revolução - têm conotações presentes das quais ele não se pode

divorciar. Historiadores voltados para a antigüidade adotaram palavras como *polis e plebs* no original, exatamente para mostrar que não caíram nesta armadilha. Isso não os ajuda. Eles também vivem no presente e não podem enganar a si mesmos sobre o passado usando palavras pouco familiares ou obsoletas, do mesmo modo que não se tornariam melhores historiadores da Grécia ou de Roma se fizessem suas conferências vestindo *chlamys* ou *toga*. Os nomes pelos quais sucessivos historiadores franceses descreveram as multidões parisienses que desempenharam um papel tão proeminente na Revolução Francesa - *les sans-culottes, le peuple, la canaille, les brasmus* - são todos, para aqueles que conhecem as regras do jogo, manifestos de uma afiliação política e de uma interpretação particular. Ainda assim, o historiador é obrigado a escolher; o uso da linguagem impede-o de ser neutro. Também não é um problema apenas de palavras. Nos últimos cem anos, a mudança do equilíbrio do poder na Europa inverteu a atitude de historiadores britânicos em relação a Frederico, o Grande. A mudança do equilíbrio do poder entre catolicismo e protestantismo alterou profundamente suas atitudes em relação a figuras tais como Loyola, Lutero e Cromwell. Basta um conhecimento superficial da obra dos historiadores franceses dos últimos 40 anos, sobre a Revolução Francesa, para reconhecer o quanto a visão sobre ela foi profundamente afetada pela Revolução Russa de 1917. O historiador pertence não ao passado mas ao presente. O professor Trevor-Roper nos diz que o historiador “deve amar o passado”²². Esta é uma injunção dúbia. Amar o passado pode facilmente ser uma expressão do romantismo nostálgico de homens velhos e sociedades velhas, um sintoma de perda de fé e interesse no presente ou no futuro²³. Clichê por clichê, eu preferiria um sobre libertar-se da “mão-morta do passado”. A função do historiador não é amar o passado ou emancipar-se do passado, mas dominá-lo e entendê-lo como a chave para a compreensão do presente.

Se, entretanto, estes são alguns dos discernimentos do que eu me permito chamar de a visão da história de Collingwood, é tempo de se levar em consideração alguns dos perigos. O fato de se enfatizar o papel do historiador na elaboração da história tende, se pressionado à sua conclusão lógica, a rejeitar todo e qualquer objetivo da história: a história é o que o historiador faz. Collingwood parece aliás, num momento, em nota inédita citada por seu editor, ter atingido esta conclusão:

Santo Agostinho via a história do ponto de vista dos primeiros cristãos; Tillamont, do ponto de vista de um francês do século XVII; Gibbon, daquele de um inglês do século XVIII; Mommsen, daquele de um alemão do século XIX. Não há por que perguntar qual era o ponto de vista correto. Cada um era o único possível para o homem que o adotou.²⁴

Isto eleva-se ao ceticismo total, como o comentário de Froude de que história é “uma caixa de letras para criança com a qual nós podemos soletrar qualquer palavra que nos agrada”²⁵. Collingwood, em sua reação contra a “história do tipo tesoura e cola”, contra a visão da história como uma mera compilação de fatos, chega perigosamente quase a tratar a história como algo tecido pelo cérebro humano e retorna à conclusão a que Sir George Clark se referiu na passagem que citamos anteriormente, de que “não há verdade histórica objetiva”. Em lugar da teoria segundo a qual a história não tem significado, aqui nos oferecem a teoria de uma infinidade de significados, nenhum mais certo do que o outro - o que, no fundo, dá no mesmo. A segunda teoria é certamente tão insustentável quanto a primeira. Não podemos concluir que, porque uma montanha parece tomar diferentes formas de acordo com os diversos ângulos de visão, não tem objetivamente ou nenhuma forma em absoluto ou uma infinidade de formas. Não podemos concluir que, porque a interpretação desempenha um papel necessário no estabelecimento dos fatos da história e porque nenhuma interpretação é

completamente objetiva, qualquer interpretação é tão boa quanto outra e que os fatos da história não são, em princípio, responsáveis pela interpretação objetiva. Terei de considerar num estágio mais avançado o que exatamente quero definir como objetividade em história.

Mas um perigo ainda maior esconde-se na hipótese de Collingwood. Se o historiador necessariamente observa o período da história que lhe está interessando com os olhos de seu próprio tempo e estuda os problemas do passado como uma chave para os problemas do presente, não cairá numa visão puramente pragmática dos fatos e sustentará que o critério para uma interpretação correta é a sua adequabilidade a algum propósito atual? Desta hipótese, os fatos da história não são nada, a interpretação é tudo. Nietzsche já enunciara o princípio: “A falsidade de uma opinião não é para nós qualquer objeção a ela... A questão é o quanto ela é promotora de vida, preservadora de vida, preservadora da espécie e talvez criadora de espécie”²⁶: Os pragmatistas americanos se moveram menos explícita e sinceramente ao longo da mesma linha. Conhecimento é conhecimento para algum fim. A validade do conhecimento depende da validade do propósito. Mas mesmo onde tal teoria não foi professada, a prática tem sido com frequência não menos inquietante. No meu próprio campo de estudo tenho visto exemplos demasiados de interpretações extravagantes vagamente baseadas em fatos e que não parecem ligar a isso. Não surpreende que a leitura de alguns dos produtos mais extremos da historiografia das escolas soviética e anti-soviética deva provocar às vezes uma certa nostalgia da segurança ilusória que advinha da história puramente factual do século XIX.

Como então, no meio do século XX, devemos definir o compromisso do historiador para com seus fatos? Reconheço que gastei muitas horas nos últimos anos procurando e examinando documentos e recheando minha narrativa histórica com fatos devidamente anotados com explicações de pé de

página, para escapar à imputação de tratar fatos e documentos com demasiado desdém. O dever do historiador de respeitar seus fatos não termina ao verificar a exatidão deles. Ele deve procurar focalizar todos os fatos conhecidos, ou que possam ser conhecidos, e que tenham alguma importância para o tema em que está empenhado e para a interpretação a que se propôs. Se ele procura descrever o inglês vitoriano como um ser moral e racional, não deve esquecer o que aconteceu em Stalybridge Wakes em 1850. Mas isto, por sua vez, não significa que ele possa eliminar a interpretação, que é o sangue vivo da história. Alguns leigos - quero dizer, amigos não acadêmicos ou amigos de outras disciplinas acadêmicas - perguntam-me às vezes de que forma o historiador trabalha quando escreve história. A suposição mais comum parece ser a de que o historiador divide seu trabalho em duas fases ou períodos rigidamente distintos. Primeiramente, ele leva muito tempo lendo suas fontes e enchendo seus cadernos de anotações com fatos. Depois então, quando esta fase está acabada, ele deixa de lado suas fontes, pega seu caderno de anotações e escreve seu livro do princípio ao fim. Este quadro não me é convincente nem plausível. Quanto a mim, tão logo termino com algumas das fontes que considero mais importantes, o desejo se torna forte demais e eu começo a escrever - não necessariamente do início, mas a partir de qualquer ponto. Daí em diante, leitura e escrita continuam simultaneamente. Na medida em que vou lendo, faço acréscimos à leitura, ou subtrações, reformulo ou cancelo. A leitura é guiada, dirigida, e tornada proveitosa pela escrita: quanto mais escrevo, mais sei o que estou procurando, compreendo melhor o sentido e a relevância daquilo que descubro. Alguns historiadores provavelmente fazem todo este trabalho preliminar de escrita mentalmente, sem usar caneta, papel ou máquina de escrever, da mesma maneira como algumas pessoas já jogam xadrez “de cabeça”, sem recorrer o tabuleiro e a outro enxadrista: este é um talento que invejo mas não posso imitar.

Entretanto, estou convencido de que, para qualquer historiador digno do nome, os dois processos que os economistas chamam de *input* e *output* desenrolam-se simultaneamente e são, na prática, partes de um processo único. Se você tenta separá-los ou dar a um prioridade sobre o outro, cairá numa das seguintes heresias: ou escreve história do tipo tesoura e cola, sem significado ou expressão, ou escreve propaganda ou ficção histórica, usando os fatos do passado como meros enfeites de um tipo de relato que nada tem a ver com a história.

Ao examinarmos a relação do historiador com os fatos da história, encontramos, portanto, numa situação aparentemente precária, navegando cuidadosamente entre Sila, de um lado, uma insustentável teoria da história como sendo uma compilação objetiva de fatos, de inqualificável primado, do fato sobre a interpretação e, de outro lado, Caribde, uma igualmente insustentável teoria da história como um produto subjetivo da mente do historiador, que estabelece os fatos da história e domina-os através do processo de interpretação, entre uma visão da história cujo centro de gravidade é o passado, e outra, cujo eixo gira em torno do presente*. Mas nossa situação é menos precária do que parece. Encontraremos a mesma dicotomia entre fato e interpretação mais adiante, sob outras formas - a particular e a geral, a empírica e a teórica, a objetiva e a subjetiva. O dilema do historiador é um reflexo da natureza do homem. O homem, salvo nos primeiros anos da infância e nos últimos da velhice, não é totalmente envolvido pelo seu meio ou incondicionalmente sujeito a ele. Por outro lado, ele nunca é totalmente independente dele nem o domina incondicionalmente. A relação do homem com seu meio é a relação do historiador com seu tema. O historiador não é um escravo humilde nem um senhor tirânico de seus fatos. A relação entre o historiador e seus fatos é de igualdade e de reciprocidade. Como qualquer historiador ativo sabe, se ele pára para avaliar

o que está fazendo enquanto pensa e escreve, o historiador entra num processo contínuo de moldar seus fatos segundo sua interpretação e sua interpretação segundo seus fatos. É impossível determinar a primazia de um sobre o outro.

O historiador começa com uma seleção provisória de fatos e uma interpretação também provisória, a partir da qual a seleção foi feita - tanto pelos outros quanto por ele mesmo. Enquanto trabalha, tanto a interpretação e a seleção quanto a ordenação de fatos passam por mudanças sutis e talvez parcialmente inconscientes, através da ação recíproca de uma ou da outra.

* N.R. Entre Sila e Caribde (respectivamente, recife e turbilhão do estreito de Messina), i.e., estar entre dois perigos ou escapar de um mal para cair em outro maior.

Essa ação mútua também envolve a reciprocidade entre presente e passado, uma vez que o historiador faz parte do presente e os fatos pertencem ao passado. O historiador e os fatos históricos são necessários um ao outro. O historiador sem seus fatos não tem raízes e é inútil; os fatos sem seu historiador são mortos e sem significado. Portanto, minha primeira resposta à pergunta “Que é história?” é que ela se constitui de um processo contínuo de interação entre o historiador e seus fatos, um diálogo interminável entre o presente e o passado.

1. *The Cambridge Modern History: its origin, authorship and production*, 1907, PP. 10-12.

2. *The New Cambridge Modern History*, introdução, 1957, pp. xxiv-xxv. 44

3. Acton, *Lectures on modern history*, 1906, p. 318.

4. Citado em *Listener*, 19 de junho de 1952, p. 992.

5. *M. Manilii Astronomicon: liber primus*, 2ª ed., 1937, p. 87.

6. T. Parsons e E. Shils, *Towards a general theory of action*, 3ª ed., 1954, p. 167.

7. Lord George Sanger, *Seventy years a showman*, 2ª ed., 1926, pp. 188-9.

8. Dr. Kitson Clark, *The making of victorian England*, 1962.

9. J. B. Bury, *Selected essays*, 1930, p. 52.

10. G. Barraclough, *History in a Changing world*, 1955, p. 14.

11. Lytton Strachey, prefácio de *Eminent victorians*.

12. Citado em G. P. Gooch, *History and Historians in the nineteenth Century*, p. 385; mais tarde, Acton disse de Dollinger que “lhe fora dado formar sua filosofia da história a partir da maior indução que jamais coube ao homem”. In *History of freedom and other essays*, 1907, p. 435.
13. *Cambridge Modern History*, introdução, 1902, p. 4.
14. *Gustav Stresemann, his diaries, letters and papers*, introdução, 1935, nota do editor inglês.
15. H. Butterfield, *The whig interpretation of history*, 1931, p. 67.
16. A. L. Rowse, *The end of an epoch*, 1947, pp. 282-3.
17. O contexto deste aforisma célebre é o seguinte: “As exigências práticas que suportam todo julgamento histórico dá a toda história o caráter de ‘história contemporânea’, porque, mesmo que os eventos assim recontados possam parecer remotos no tempo, a história na verdade refere-se a necessidades presentes e situações presentes, onde aqueles acontecimentos vibram.” In B. Croce, *History as the story of liberty*, tradução inglesa de 1941, p. 19.
18. *Atlantic Monthly*, outubro de 1910, p. 528.
19. M. Oakeshott, *Experience and its modes*, 1933, p. 99.
20. G. M. Trevelyan, *An autobiography*, 1949, p. II.
21. J. Burckhardt, *Judgements on history and historians*, 1959, p. 179.
22. Introdução a J. Burckhardt, *Judgements on history and historians*, 1959, p. 17.
23. Compare-se a visão da história de Nietzsche: “À velhice pertence a ocupação do homem velho de olhar para trás e calcular suas contas, de procurar consolo nas lembranças do passado, na cultura histórica.” In *Thoughts out of season*, tradução inglesa, 1909, ii, pp. 65-6.
24. R. Collingwood, *The idea of history*, 1946, p. xii.
25. A Froude, *Short Studies on great subjects*, introdução, 1894, p. 21.
26. *Beyond good and evil*, capítulo i.

II. A Sociedade e o Indivíduo

A pergunta sobre o que vem primeiro - a sociedade ou o indivíduo - é como a pergunta sobre o ovo e a galinha. Quer se considere a pergunta do ponto de vista lógico ou histórico, quer não, o fato é que nada se pode afirmar, de uma maneira ou de outra, sem que logo surja um ponto de vista oposto e igualmente parcial. A sociedade e o indivíduo são inseparáveis; eles são necessários e complementares um ao outro e não opostos. “Nenhum homem é uma ilha na sua totalidade”, segundo a frase famosa de Donne: “cada homem é um pedaço do continente, uma parte do principal”¹. Esse é um aspecto da verdade. Por outro lado, tomemos a expressão de J. S. Mill, o individualista clássico: “Os homens, quando são colocados juntos, não se convertem em outra espécie de substância”². É claro que não. Mas a falácia está em supor que eles existiam, ou que tinham uma espécie de substância antes de serem “colocados juntos”. Logo que nascemos, o mundo começa a agir sobre nós e a transformar-nos de unidades meramente biológicas em unidades sociais. Todo ser humano em qualquer estágio da história ou da pré-história nasce numa sociedade e, desde seus primeiros anos, é moldado por essa sociedade. A língua que ele fala não é uma herança individual, mas uma aquisição social do grupo no qual ele cresce. Ambos, língua e meio, ajudam a determinar o caráter de seu pensamento: suas primeiras idéias são provenientes de outras. Conforme já se afirmou, o indivíduo, desligado da sociedade, seria incapaz de falar e de pensar. A fascinação persistente do mito de Robinson Crusóe deve-se à sua tentativa de imaginar o indivíduo independente da sociedade. A tentativa não resiste. Robinson não é um indivíduo abstrato mas um inglês de York; ele carrega sua bíblia consigo e reza para seu deus tribal. O mito rapidamente lhe outorga seu homem,

SextaFeira; a construção de uma nova sociedade começa. Outro mito relevante é o Kirilov, em *Demônios* de Dostoievski, que se mata a fim de demonstrar sua liberdade perfeita. O suicídio é o único ato perfeitamente livre franqueado ao homem individual; qualquer outro ato envolve, de uma maneira ou de outra, sua situação de membro da sociedade³.

Os antropólogos afirmam, geralmente, que o homem primitivo é menos individual e mais completamente moldado por sua sociedade do que o homem civilizado. Reside aí um elemento de verdade. As sociedades mais simples são mais uniformes, no sentido de que elas requerem e fornecem oportunidades, para uma diversidade de habilidades e ocupações individuais, muito menor do que a de sociedades mais complexas e avançadas. A crescente individualização neste sentido é um produto necessário da sociedade moderna avançada e percorre todas as suas atividades, do alto para baixo. Mas seria uma falta grave estabelecer uma antítese entre este processo de individualização e a força e a coesão crescentes da sociedade. O desenvolvimento da sociedade e o desenvolvimento do indivíduo caminham de mãos dadas e condicionam-se um ao outro. Aliás, o que nós queremos significar por uma sociedade complexa e avançada é a sociedade em que a interdependência de indivíduos entre si assumiu formas complexas e avançadas. Seria perigoso supor que o poder de que dispõe uma comunidade nacional moderna para modelar o caráter e o pensamento de seus membros individuais e para produzir um certo grau de concordância e uniformidade entre eles é, em qualquer nível, menor do que o de uma comunidade tribal primitiva. O velho conceito de caráter nacional baseado em diferenças biológicas há muito foi desacreditado; mas diferenças de caráter nacional resultantes de diferentes formações nacionais de sociedade e educação são dificilmente negadas. A “natureza humana” como entidade evasiva variou tanto segundo o país e de acordo com o século, que difícil se torna deixar de

encará-la como um fenômeno histórico formado pelas condições e convenções sociais predominantes. Há muitas diferenças entre, digamos, americanos, russos e indianos. Mas algumas - talvez as mais importantes - destas diferenças tomam a forma de atitudes diferentes nas relações sociais entre indivíduos ou, em outras palavras, na maneira em que a sociedade deveria ser constituída, de tal forma que o estudo das diferenças entre as sociedades americana, russa e indiana como um todo possa vir a ser a melhor maneira de estudar as diferenças entre indivíduos americanos, russos e indianos. O homem civilizado, como homem primitivo, é modelado pela sociedade tão eficazmente quanto a sociedade é modelada por ele. Não se pode mais ter o ovo sem a galinha, assim como não se pode ter a galinha sem o ovo.

Não nos teríamos detido em verdades tão óbvias caso elas não nos tivessem sido ocultadas pelo notável e excepcional período da história do qual o mundo ocidental está apenas emergindo. O culto do individualismo é um dos mais penetrantes mitos da história moderna. De acordo com Burckhardt, na sua conhecida obra *A cultura do Renascimento na Itália*, cuja segunda parte tem como subtítulo “O Desenvolvimento do Indivíduo”, o culto do indivíduo começou com o Renascimento, quando o homem, que até então fora “consciente de si mesmo apenas como membro de uma raça, de um povo, destacamento, família ou corporação”, afinal “tornou-se um indivíduo espiritual e reconheceu-se como tal.” Mais tarde, o culto foi relacionado com a ascensão do capitalismo e do protestantismo, com as origens da revolução industrial e com as doutrinas do *laissez-faire*. Os direitos do homem e do cidadão proclamados pela Revolução Francesa eram os direitos do indivíduo. O individualismo foi a base da grande filosofia do século XIX, o utilitarismo. O ensaio de Morley *On compromise*, documento característico do liberalismo vitoriano, chamava individualismo e utilitarismo

de “a religião da felicidade humana e do bem-estar.” “Individualismo vigoroso” era a tônica do progresso humano. Esta pode ser uma análise perfeitamente sólida e válida da ideologia de uma época histórica particular. Mas o que quero deixar claro é que a individualização crescente, que acompanhou o surgimento do mundo moderno, foi um processo normal da civilização em progresso. Uma revolução social trouxe novos grupos sociais para posições de poder. Ela funcionou, como sempre, através de indivíduos e pela oferta de oportunidades ao desenvolvimento individual; e, desde que nos estágios iniciais do capitalismo as unidades de produção e distribuição estavam em grande parte nas mãos de indivíduos isolados, a ideologia da nova ordem social enfatizou fortemente o papel da iniciativa individual na ordem social. Mas todo o processo foi um processo social representando um estágio específico no desenvolvimento histórico e não pode ser explicado em termos de uma revolta de indivíduos das limitações sociais.

Há muitos indícios de que esse período da história está encerrado, mesmo no mundo ocidental, onde se localizava o foco deste desenvolvimento e desta ideologia. Não é preciso insistir aqui no surgimento da chamada democracia de massa nem na substituição gradativa das formas de produção e organização econômicas predominantemente individuais pelas predominantemente coletivas. Mas a ideologia gerada por este período longo e frutífero é ainda uma força dominante na Europa ocidental e em todos os países de língua inglesa. Quando falamos em termos abstratos da tensão entre liberdade e igualdade, ou entre liberdade individual e justiça social, somos levados a esquecer que não há lutas entre idéias abstratas. Não são disputadas propriamente entre indivíduos e a sociedade, mas entre grupos de indivíduos em sociedade, cada grupo esforçando-se por promover políticas sociais que lhes sejam favoráveis e procurando frustrar políticas sociais, que lhes sejam contrárias. O individualismo, no sentido não mais de um grande movimento

social mas de uma falsa oposição entre indivíduos e sociedade, tornou-se hoje o *slogan* de um grupo interessado e, por causa de seu caráter controvertido, uma barreira para nossa compreensão do que se passa no mundo. Nada tenho a dizer contra o culto do indivíduo como um protesto contra a perversão que trata o indivíduo como um meio e a sociedade ou o Estado como um fim. Mas não chegaremos a qualquer compreensão real, quer do passado quer do presente, se tentarmos operar com o conceito de um indivíduo abstrato permanecendo fora da sociedade.

Finalmente, chego ao âmago de minha longa digressão. A visão da história ditada pelo senso comum é a de que algo é escrito por indivíduos sobre indivíduos. Esta visão foi sem dúvida assumida e encorajada pelos historiadores liberais do século XIX e não é substancialmente incorreta. Mas hoje parece supersimplificada e inadequada e precisamos investigá-la mais profundamente. O conhecimento do historiador não é sua propriedade individual e exclusiva: na acumulação desse conhecimento participaram homens, de muitas gerações e de muitos países diferentes. Os homens cujas ações os historiadores estudam não foram indivíduos isolados agindo no vácuo: eles agiram no contexto e sob o estímulo de uma sociedade passada. Na minha última conferência descrevi a história como um processo de interação, um diálogo entre o historiador localizado no presente e os fatos do passado. Agora quero examinar o peso relativo dos elementos individuais e sociais em ambos os lados da equação. Até que ponto são os historiadores indivíduos isolados e até que ponto constituem produtos de suas sociedades e de sua época? Até que ponto constituem os fatos da história fatos sobre indivíduos isolados e até que ponto são eles fatos sociais?

O historiador é, então, um ser humano individual. Como outros indivíduos, ele também é um fenômeno social, tanto o produto como o portavoz consciente ou inconsciente da sociedade à qual pertence; é nesta situação

que ele aborda os fatos do passado histórico. Falamos, às vezes, do curso da história como uma “procissão em movimento”. A metáfora é bastante razoável contanto que não incite o historiador a se considerar como uma águia observando a cena de um penhasco solitário ou como um VIP no palanque. Nada disso!

O historiador nada mais é do que um figurante caminhando com dificuldade no meio da procissão. E à medida que a procissão serpenteia, desviando-se ora para a direita e ora para a esquerda, algumas vezes dobrando-se sobre si mesma, as posições relativas das diferentes partes da procissão estão constantemente mudando, de maneira que pode perfeitamente fazer sentido coerente dizer, por exemplo, que nós estamos mais próximos hoje da Idade Média do que nossos bisavós estavam há cem anos atrás ou que a época de César está mais próxima de nós do que a época de Dante. Novas perspectivas, novos ângulos de visão constantemente aparecem à medida que a procissão - e o historiador com ela - se desloca. O historiador é parte da história. O ponto da procissão em que ele se encontra determina seu ângulo de visão sobre o passado.

Este truísmo não é menos verdadeiro quando o período tratado pelo historiador está mais longínquo do seu próprio tempo. Quando estudei história antiga, os clássicos na matéria eram - e provavelmente ainda são - *História da Grécia* de Grote e *História de Roma* de Mommsen. Grote, ilustrado banqueiro radical, escrevendo por volta de 1840, incorporou as aspirações da crescente e politicamente progressista classe média inglesa num quadro idealizado da democracia ateniense, no qual Péricles figurou como um reformador inspirado em Bentham e Atenas adquiriu um império num acesso de distração do espírito. Não será fantasioso alvitrar que o esquecimento de Grote, quanto ao problema da escravidão em Atenas, refletia a falência do grupo, ao qual pertencia, em enfrentar o problema da nova classe operária

inglesa. Mommsen era um liberal alemão, desiludido com as confusões e humilhações da Revolução Alemã de 1848-9. Escrevendo por volta de 1850 - a década que viu o nascimento do nome e conceito de *Realpolitik* -, Mommsen estava imbuído do sentimento de que era necessário um homem forte para ordenar a balbúrdia deixada pelo fracasso do povo alemão em concretizar suas aspirações políticas; e nunca apreciaremos a história de Mommsen com o devido valor se não percebermos que sua conhecida idealização de César é um produto desta sua ansiedade pelo homem forte que deveria salvar a Alemanha da ruína e que o político-advogado Cícero, aquele tagarela ineficiente e procrastina-dor escorregadio, saiu diretamente dos debates do *Paulikirche* em Frankfurt em 1848. De fato, não seria demasiadamente paradoxal dizer-se que a *História da Grécia* de Grote diz-nos hoje tanto sobre o pensamento da filosofia dos radicais ingleses dos anos de 1840 quanto sobre a democracia ateniense do século V a.C. ou, ainda, que quem desejasse compreender as conseqüências de 1848 sobre os liberais alemães deveria adotar a *História de Roma* de Mommsen como um manual básico. Nem por isto deixam de ser grandes trabalhos históricos. Não tenho paciência para com a moda, estabelecida por Bury na sua conferência inaugural, de atribuir a grandeza de Mommsen não à sua *História de Roma*, mas às suas inscrições e seu trabalho sobre direito constitucional romano: isto é reduzir a história ao nível de compilação. Escreve-se a grande História precisamente quando o historiador tem do passado uma visão que penetra nos problemas do presente, tornando-se, portanto, mais iluminada. Surpreende que Mommsen não tenha continuado sua história além da queda da república. Não lhe faltou tempo, nem oportunidade, nem saber. Mas quando Mommsen escreveu sua história, o homem forte ainda não tinha surgido na Alemanha. Durante sua carreira ativa, o problema de saber o que aconteceu com a tomada do poder pelo homem forte ainda não se fizera realidade. Nada

inspirou Mommsen a projetar este problema na cena romana do passado - e a história do império ficou sem ser escrita.

Seria fácil multiplicar exemplos deste fenômeno entre historiadores modernos. Na minha última conferência prestei homenagem a *England under queen Anne*, de G. M. Trevelyan, como um monumento à tradição *whig* na qual ele fora criado. Consideremos agora a realização grandiosa e importante de alguém que a maioria de nós olharia como o maior historiador britânico a surgir no cenário acadêmico desde a Primeira Guerra Mundial: Sir Lewis Namier. Namier foi um verdadeiro conservador - não um típico conservador inglês que, no fundo, é 75 por cento liberal, mas um conservador como não vemos há mais de cem anos entre historiadores britânicos. Entre os meados do século passado e 1914, o historiador britânico praticamente só concebia a mudança histórica como uma mudança para melhor. Nos anos 20, entramos num período em que a mudança começava a ser associada ao medo do futuro e podia ser considerada como mudança para pior - período esse de renascimento do pensamento conservador. Como o liberalismo de Acton, o conservadorismo de Namier derivava tanto da força como da profundidade de ser enraizado num *background* continental⁴. Diferentemente de Fisher ou de Toynbee, Namier não tinha raízes no liberalismo do século XIX não morria de saudade por ele. Depois que a Primeira Guerra Mundial e a paz abortada revelaram a bancarrota do liberalismo, a reação somente podia vir numa de duas formas - o socialismo ou o conservadorismo. Namier apareceu como o historiador conservador. Ele trabalhou em dois campos escolhidos e a escolha de ambos foi importante. Na história inglesa voltou-se ao último período em que tinha sido possível à classe dominante engajar-se na procura racional de posição e poder numa sociedade ordenada e principalmente estática. Namier foi acusado de retirar a mente da história⁵. Talvez não seja uma frase muito feliz, mas pode-se ver o ponto que o crítico estava tentando atingir. No

momento da ascensão de Jorge III, a política ainda estava imune ao fanatismo das idéias, bem como daquela crença apaixonada no progresso, que iria desabar sobre o mundo com a Revolução Francesa e introduzir-se no século do liberalismo triunfante. Sem idéias, sem revolução, sem liberalismo: dessa forma Namier nos deu um retrato brilhante de uma era ainda segura - embora não fosse permanecer segura por muito tempo e livre de todos estes perigos.

Mas Namier escolheu um segundo tema igualmente importante. Namier passou por cima das grandes revoluções modernas - a inglesa, a francesa e a russa - e nada escreveu de importante sobre qualquer uma delas: preferiu nos dar um estudo penetrante da Revolução Européia de 1848 - uma revolução que fracassou, um retrocesso em toda a Europa para as nascentes esperanças de liberalismo, uma demonstração da vacuidade de idéias diante da força das armas, de democratas quando confrontados com soldados. A intromissão das idéias no assunto sério da política é perigosa e não leva a nada: Namier bateu na tecla da moral chamando a este humilhante fracasso de “a revolução dos intelectuais”. A nossa conclusão não é uma questão de simples dedução; embora Namier não tivesse escrito algo de sistemático sobre filosofia da história, expressou-se num ensaio publicado há poucos anos com sua habitual clareza e maneira incisiva. “Portanto”, escreveu ele, “quanto menos o homem sobrecarrega o livre exercício de sua mente com doutrina e dogma políticos, tanto melhor para seu pensamento”. E, após mencionar, e não rejeitar, a acusação de que suprimira a atuação da mente na história, continuou:

“Alguns filósofos políticos lamentam-se de um ‘marasmo’ e da atual ausência de debate sobre política geral neste país; soluções práticas são procuradas para problemas concretos enquanto programas e ideais são esquecidos por ambos os partidos. Mas para mim esta atitude parece indicar uma maior maturidade nacional e posso apenas desejar que ela consiga continuar por mais tempo, não perturbada pelas atividades da filosofia

política”⁶.

Não quero no momento levantar as questões que esta visão suscita: reservá-las-ei para uma conferência posterior. Meu propósito aqui é meramente ilustrar duas verdades importantes: primeiro, que não se pode compreender ou apreciar completamente o trabalho do historiador a menos que se aprenda antes o ponto de vista que determinou a sua abordagem; segundo, que aquele ponto de vista está ele mesmo enraizado num *background* social e histórico. Não esqueçamos que, como disse Marx, o próprio educador tem de ser educado; no jargão moderno, o cérebro do lavador de cérebros foi ele próprio lavado. O historiador, antes de começar a escrever história, é o produto da história.

Os historiadores de quem acabei de falar - Grote e Mommsen, Trevelyan e Namier - foram cada um deles, moldados, por assim dizer, num único modelo social e político; nenhuma mudança de perspectiva marcante ocorre entre o trabalho inicial e final desses historiadores. Mas, alguns historiadores, em períodos de mudança rápida, refletiram em seus escritos não uma sociedade e uma ordem social, mas uma sucessão de ordens diferentes. O melhor exemplo deste tipo que conheço é o grande historiador alemão Meinecke, cuja amplitude de vida e de trabalho foi extraordinariamente longa e cobriu uma série de transformações revolucionárias e catastróficas no destino de seu país. Temos, de fato, três diferentes Meineckes, cada um porta-voz de uma época histórica diferente e cada um falando através de um dos seus três maiores trabalhos. O Meinecke de *Welbürgerthum and Nationalstaat*, publicado em 1907, vê, com toda segurança, a realização dos ideais nacionais alemães no Reich de Bismarck e - como muitos pensadores do século XIX, de Mazzini em diante - identifica o nacionalismo com a mais alta forma de universalismo: este é o produto da seqüela barroca dos Guilhermes da era bismarquiana. O Meinecke de *Die*

Idee der Staatsräson, publicado em 1925, fala da República de Weimar com a mente dividida e desorientada: o mundo da política tornou-se uma arena do conflito não resolvido entre *raison d'état* e uma moralidade externa à política mas que não pode, em último recurso, por de lado a vida e segurança do Estado. Finalmente, o Meinecke de *Die Entstehung des Historismus*, publicado em 1936, quando já havia sido destituído de suas posições acadêmicas pela torrente nazista, exprime um grito de desespero, rejeitando um historicismo que parece reconhecer que “Seja o que for, é certo” e balançando-se sem jeito entre o relativo histórico e um absoluto super-racional. Por fim, quando Meinecke em sua velhice viu seu país sucumbir a uma derrota militar mais esmagadora do que aquela de 1918, recaiu irremediavelmente, em *Die Deutsche Katastrophe*, de 1946, na crença de uma história à mercê do acaso cego e inexorável⁷. O psicólogo ou biólogo estaria interessado aqui no desenvolvimento de Meinecke como um indivíduo: o que interessa ao historiador é a maneira pela qual Meinecke reflete três - ou mesmo quatro - períodos sucessivos e agudamente contrastantes do tempo presente para o passado histórico.

Vamos tomar um exemplo famoso mais próximo de nós. Nos anos iconoclastas de 1930, quando o Partido Liberal apenas acabara de morrer como força eficaz na política britânica, o professor Butterfield escreveu um livro chamado *The whig interpretation of history*, que desfrutou de grande e merecido êxito. Foi um livro notável de vários modos - em parte porque, embora denunciasse a interpretação *whig* em mais de 130 páginas, não nomeou (tanto quanto posso descobrir sem a ajuda de um índice remissivo) um único *whig*, exceto Fox, que não fosse historiador, nem um único historiador, salvo Acton, que não fosse *whig*⁸. Mas o que faltava ao livro em detalhe e precisão era compensado pela brilhante imaginação. Ao leitor não restava dúvida de que a interpretação *whig* era ruim; e uma das acusações

feitas a esta interpretação era de que ela “estuda o passado tendo o presente como referência”. Neste ponto o professor Butterfield foi categórico e severo:

“O estudo do passado com um olho, por assim dizer, sobre o presente é a fonte de todos os pecados e sofismas em história... É a essência do que queremos significar pela palavra ‘anti-histórico’.”⁹

Transcorreram doze anos. A moda do iconoclasmo desapareceu. O país do professor Butterfield estava engajado numa guerra da qual freqüentemente se dizia ser disputada em defesa das liberdades constitucionais corporificadas na tradição *whig*, sob um grande líder que constantemente invocava o passado “com um olho, por assim dizer, sobre o presente”. Num pequeno livro chamado *The englishman and his history*, publicado em 1944, o professor Butterfield não apenas decidiu que a interpretação *whig* da história era a interpretação “inglesa” por excelência mas falava entusiasticamente da aliança dos “ingleses com sua história” e do “casamento entre o presente e o passado”¹⁰. Chamar a atenção para estas inversões de perspectiva não é uma crítica hostil. Não é meu propósito refutar o proto-Butterfield com o deutero-Butterfield, ou confrontar o professor Butterfield bêbedo com o professor Butterfield sóbrio. Estou completamente cômico de que, se alguém tiver o trabalho de examinar algumas coisas que escrevi antes, durante e depois da guerra, não teria absolutamente dificuldade em convencer-me de contradições e inconsistências pelo menos tão claras quanto qualquer uma das que detectei nos outros. Aliás, não estou certo de que deveria invejar qualquer historiador que pudesse honestamente proclamar ter vivido através dos acontecimentos que abalaram a terra nos últimos 50 anos sem algumas modificações radicais de sua perspectiva. Meu propósito é apenas mostrar com que proximidade o trabalho do historiador reflete a sociedade na qual trabalha. Não são apenas os acontecimentos que estão em fluxo. O próprio historiador está em fluxo. Quando se pega um trabalho histórico, não basta procurar o nome do autor na

capa do livro: procura-se também a data de publicação ou em que época foi escrito - às vezes é inclusive mais revelador. Se o filósofo está certo ao dizer-nos que não podemos caminhar no mesmo rio duas vezes, talvez seja igualmente verdade, e pelas mesmas razões, que dois livros não podem ser escritos pelo mesmo historiador.

E se nos deslocarmos por um momento do historiador individual para o que pode ser chamado de tendências amplas da historiografia, a extensão em que o historiador é o produto de sua sociedade torna-se muito mais aparente. No século XIX, os historiadores britânicos, com raras exceções, viam o curso da história como uma demonstração do princípio do progresso: eles expressavam a ideologia de uma sociedade numa situação de progresso notavelmente rápido. A história estava cheia de significado para os historiadores britânicos, tanto quanto ela parecia estar caminhando a nosso favor; agora, que tomou uma direção errada, a crença no significado da história tornou-se uma heresia. Após a Primeira Guerra Mundial, Toynbee fez uma tentativa desesperada de substituir uma visão linear da história por uma teoria cíclica - a ideologia característica de uma sociedade em declínio¹¹. Desde o fracasso de Toynbee, os historiadores britânicos têm na sua maior parte se contentando em entregar os pontos e declarar que não há em absoluto um padrão geral da história. Um comentário banal de Fisher quanto a isto¹² alcançou uma popularidade quase tão ampla quanto o aforisma de Ranke no século passado. Se alguém me disser que os historiadores britânicos dos últimos 30 anos passaram por esta mudança como o resultado de profunda reflexão individual e de trabalho até altas horas da noite em seus sótãos afastados, não acharei necessário contestar o fato. Mas continuarei a ver todo *este* pensamento individual e o trabalho até altas horas como um fenômeno social, o produto e expressão de uma mudança fundamental no caráter e perspectiva de nossa sociedade desde 1914. Não há indicador mais

significativo do caráter de uma sociedade do que o tipo de história que ela escreve ou deixa de escrever.

Geyl, o historiador holandês, na sua fascinante monografia traduzida para o inglês sob o título *Napoleon for and against*, mostra como os sucessivos julgamentos de historiadores franceses do século XIX sobre Napoleão refletiam os padrões mutáveis e conflitantes da vida e do pensamento políticos franceses através do século. O pensamento de historiadores, como de outros seres humanos, é modelado pelo ambiente do tempo e lugar. Acton, que reconheceu esta verdade plenamente, procurou uma fuga na própria história:

“A história - escreveu ele - deve não apenas nos livrar da influência indevida de outros tempos, mas também da influência indevida do nosso próprio tempo, da tirania do meio e da pressão do ar que respiramos”¹³.

Isto pode parecer uma avaliação demasiadamente otimista do papel da história. Mas atrevo-me a acreditar que o historiador mais consciente de sua própria situação é também o mais capaz de transcendê-la e mais capaz de apreciar a natureza essencial das diferenças entre sua própria sociedade e perspectiva e aquelas de outras épocas e outros países, mais do que o historiador que afirma ruidosamente que ele é um indivíduo e não um fenômeno social. A capacidade do homem de erguer-se acima de sua situação social e histórica parece estar condicionada pela sensibilidade com que reconhece a extensão de seu envolvimento nela.

Na minha primeira conferência disse: antes de estudar a história, estude o historiador. Agora acrescentaria: antes de estudar o historiador, estude seu meio histórico e social. O historiador, sendo um indivíduo, é também um produto da história e da sociedade; e é sob este duplo aspecto que o estudante de história deve aprender a considerá-lo.

Deixemos agora o historiador e consideremos o outro lado da minha

equação - os fatos da história - sob o ponto de vista do mesmo problema. O que constitui o objeto da investigação do historiador, o comportamento dos indivíduos ou a ação das forças sociais? Aqui estou caminhando em terreno bem conhecido. Quando Sir Isaiah Berlin publicou há poucos anos um brilhante e popular ensaio intitulado *Historical inevitability* - cuja tese principal tratarei mais tarde nestas conferências -, encabeçou-o com um mote, tirado das palavras de T. S. Eliot, “vastas forças impessoais”; e por todo o ensaio ele zomba das pessoas que acreditam nas “vastas forças impessoais” mais do que nos indivíduos como o fator decisivo da história. O que chamarei de teoria da “história Rei João, o Mau” - a visão de que o que importa na história é o caráter e o comportamento dos indivíduos - tem uma longa linhagem. O desejo de colocar o gênio individual como a força criadora da história é característico dos estágios primitivos da consciência histórica. O grego antigo gostava de designar os feitos do passado com nomes de heróis epônimos supostamente responsáveis por eles, de atribuir seus épicos a um bardo chamado Homero e suas leis e instituições a um Licurgo ou a um Sólon. A mesma tendência reaparece no Renascimento, quando Plutarco, biógrafo e moralista, foi uma figura muito mais popular e influente do renascimento clássico do que os historiadores da antiguidade. Neste país, em particular, todos nós aprendemos esta teoria, por assim dizer, no colo de nossa mãe; hoje, deveríamos provavelmente reconhecer que há algo infantil - ou, em alguma medida, uma infantilidade - a este respeito. Teve alguma plausibilidade nos dias em que a sociedade era mais simples e os negócios públicos pareciam ser dirigidos por um punhado de indivíduos conhecidos. Evidentemente isto não cabe na sociedade mais complexa de nossos tempos, e o nascimento, no século XIX, da nova ciência da sociologia foi uma resposta a essa crescente complexidade.

Entretanto, a velha tradição morre com dificuldade. No começo deste século,

a frase “a história é a biografia dos grandes homens” era ainda um dito respeitável. Há apenas dez anos um conhecido historiador americano acusou seus colegas, talvez não muito seriamente, do “assassinato em massa dos personagens históricos”, tratando-os como “marionetes das forças sociais e econômicas”¹⁴. Pessoas que aderiram a esta teoria parecem agora envergonhadas; mas, após alguma pesquisa, encontrei uma excelente afirmativa contemporânea na introdução de um dos livros de Miss Wedgwood.

“O comportamento dos homens como indivíduos”, escreveu ela, “é mais interessante para mim do que seu comportamento como grupos ou classes. A história pode ser escrita com qualquer uma destas tendências pré-concebidas; não é mais nem menos desorientadora... Este livro... é uma tentativa de entender como estes homens sentiam e por que, segundo eles próprios, assim agiram”¹⁵.

Esta afirmativa é precisa e, uma vez que Miss Wedgwood é uma escritora popular, muitas pessoas pensam como ela. O Dr. Rowse nos diz, por exemplo, que o sistema elisabetano desfez-se porque Jaime I foi incapaz de entendê-lo e que a Revolução Inglesa do século XVII foi um acontecimento “acidental” devido à estupidez dos dois primeiros reis Stuart¹⁶. Mesmo Sir James Neale, um historiador mais austero que o Dr. Rowse, algumas vezes parece mais ávido em expressar sua admiração pela rainha Elisabete do que em explicar o que a monarquia Tudor representou; e Sir Isaiah Berlin, no ensaio que acabei de citar, está terrivelmente preocupado pela possibilidade de que os historiadores possam fracassar em denunciar Genghis Khan e Hitler como homens maus¹⁷. A teoria do Mau Rei João e da Boa Rainha Bess está especialmente viva quando chegamos a épocas mais recentes. É mais fácil chamar o comunismo de “produto do cérebro de Karl Marx” (tirei esta fina flor de uma recente circular de corretores de valores) do que analisar sua

origem e seu caráter: é mais fácil atribuir a Revolução Bolchevique à estupidez de Nicolau II ou ao ouro alemão do que estudar suas causas sociais profundas, como também é mais fácil ver nas duas guerras mundiais deste século o resultado da perversidade individual de Guilherme II e Hitler do que um colapso, que vinha se armando de longa data, no sistema de relações internacionais.

A afirmativa de Miss Wedgwood, então, combina duas proporções. A primeira é que o comportamento dos homens como indivíduos é distinto do seu comportamento como membros de grupos ou classes e que o historiador pode legitimamente escolher deter-se mais num que no outro. A segunda é que o estudo do comportamento dos homens como indivíduos consiste no estudo dos motivos conscientes de suas ações.

Depois do que já foi dito não é preciso esmiuçar o primeiro ponto. Não é que a visão do homem como indivíduo seja mais ou menos desorientadora do que a sua visão como membro do grupo; é a tentativa de traçar uma distinção entre as duas que é desorientadora. O indivíduo é por definição membro de uma sociedade ou, provavelmente, de mais de uma sociedade - chamemo-la de grupo, classe, tribo, nação ou o que quer que seja. Os primeiros biólogos contentavam-se em classificar espécies de pássaros, quadrúpedes e peixes em gaiolas, aquários e vitrinas e não procuravam estudar a criatura viva em relação ao seu meio ambiente. Talvez as ciências sociais hoje ainda não tenham emergido completamente daquele estágio primitivo. Algumas pessoas *fazem* distinção entre a psicologia como a ciência do indivíduo e a sociologia como a ciência da sociedade; o nome “psicologismo” foi dado à visão de que todos os problemas sociais são, em última instância, redutíveis à análise do comportamento humano individual. Mas o psicólogo que deixe de estudar o meio social do indivíduo não vai muito longe¹⁸. É tentador fazer uma distinção entre biografia, que trata o homem como uma individualidade, e

história, que trata o homem como parte de um todo, e sugerir que a boa biografia faz a má história. “Nada causa mais engano e infidelidade na visão histórica do homem”, escreveu Acton certa vez, “do que o interesse que é inspirado pelos caracteres individuais”¹⁹. Mas esta distinção também é irreal. Nem quero me abrigar atrás do provérbio vitoriano colocado por G. M. Young na página de rosto de seu livro *Victorian England*: “Os criados falam sobre pessoas, a nobreza discute coisas”²⁰. Algumas biografias são contribuições sérias para a história: no meu próprio campo, as biografias de Stálin e de Trotski por Isaac Deutscher são exemplos proeminentes. Outros pertencem à literatura, como o romance histórico. “Para Lytton Strachey”, escreve o professor Trevor-Roper, “problemas históricos eram sempre, e somente, problemas do comportamento individual e da excentricidade individual... Problemas históricos, os problemas da política e da sociedade, ele nunca procurou responder ou mesmo perguntar”²¹. Ninguém é obrigado a escrever ou ler história; e podem-se escrever excelentes livros sobre o passado sem que sejam de história. Acho, porém, que por mera convenção - como me proponho a fazer nestas conferências - temos o direito de reservar a palavra “história” ao processo de exame do passado do homem em sociedade.

O segundo ponto, isto é, o de que a história tem por fim investigar por que os indivíduos, “na sua própria opinião, agiram dessa forma”, parece à primeira vista muito estranho; suspeito que Miss Wedgwood, como outras pessoas sensíveis, não pratica o que prega. Se o faz, deve escrever alguma história muito extravagante. Todo mundo sabe hoje que os seres humanos não agem sempre, ou talvez menos habitualmente, por motivos de que tenham plena consciência ou que estejam querendo confessar; excluir o discernimento dos motivos inconscientes ou inconfessados é certamente uma maneira de tratar o trabalho de alguém com um olho deliberadamente fechado. Isto é, entretanto, de acordo com algumas pessoas, o que o

historiador deve fazer. A questão se coloca dessa forma. Na medida em que alguém se contenta em dizer que a ruindade do rei João consistia na sua avidez ou estupidez ou ambição em desempenhar o papel de tirano, está falando em termos de qualidades individuais que são compreensíveis mesmo ao nível de conto da carochinha. Mas a partir do momento em que se começa a dizer que o rei João era o instrumento inconsciente de interesses adquiridos opostos à ascensão dos barões feudais, introduz-se não apenas uma visão mais complicada e sofisticada da ruindade do rei João, como também dá-se a entender que os acontecimentos históricos são determinados não pelas ações conscientes dos indivíduos e, sim, por algumas forças estranhas e todopoderosas, guiando os desejos inconscientes desses indivíduos. Isto não faz sentido. Quanto a mim, não acredito em providência divina, espírito do mundo, destino manifesto, História com *H* maiúsculo ou em qualquer outra das abstrações que muitas vezes imaginaram guiar o curso dos acontecimentos. Eu deveria endossar sem maiores explicações o comentário de Marx:

“A *história* nada faz, não possui riquezas imensas, não entra em batalhas. É, antes, o *homem*, o *homem* realmente vivo, que faz tudo, que possui e que luta”²².

Os dois comentários que tenho a fazer sobre esta questão não têm nada a ver com qualquer visão abstrata da história e são baseados em observação puramente empírica.

O primeiro é que a história é, em grande parte, uma matéria de números. Carlyle foi responsável pela asserção infeliz de que a “história é a biografia dos grandes homens”. Mas ouçamo-lo no seu maior e mais eloqüente trabalho histórico:

“A fome, a nudez e a opressão aterradora pesando sobre 25 milhões de corações: aí reside, e não na vaidade ferida ou nas filosofias contraditórias de

advogados filosóficos, de ricos negociantes, da nobreza rural, o motor primordial da Revolução Francesa; como da mesma forma será em todas as revoluções deste tipo, em todos os países”²³.

Ou, como disse Lênin: “A política começa onde estão as massas; a política séria começa não onde há milhares, mas onde há milhões”²⁴. Os milhões de Carlyle e Lênin eram milhões de indivíduos: neles nada havia de impessoal. Discussões sobre esta questão às vezes confundem o anônimo com o impessoal. As pessoas não deixam de ser pessoas ou os indivíduos deixam de ser indivíduos porque não sabemos seus nomes. “As vastas forças impessoais” de Eliot eram os indivíduos que Clarendon, um conservador mais ousado e mais franco, chama de “pessoas sujas, sem nome”²⁵. Estes milhões de sem-nome foram indivíduos que, juntos, agiram mais ou menos inconscientemente e constituíram uma força social. O historiador não precisará, em circunstâncias comuns, tomar conhecimento de um camponês insatisfeito isolado ou de uma aldeia insatisfeita. Mas milhões de camponeses insatisfeitos em milhares de aldeias são um fator que nenhum historiador ignorará. As razões que impedem Jones de se casar não interessam ao historiador, a menos que as mesmas razões também impeçam milhares de outros indivíduos da geração de Jones de fazerem o mesmo - acarretando, assim, uma queda substancial na taxa de casamento: neste caso, elas podem ser historicamente significativas. Nem precisamos nos deixar levar pela opinião trivial de que são as minorias que dão início aos movimentos. Todos os movimentos eficazes têm poucos líderes e uma multidão de adeptos; mas isto não significa que a multidão não é essencial ao seu êxito. Números contam para a história.

Minha segunda observação confirma-se ainda mais. Autores de diferentes escolas de pensamento têm concordado em destacar que as ações dos seres humanos individuais dão muitas vezes resultados não intencionais

nem desejados pelos atores, nem mesmo por qualquer outro indivíduo. O cristão acredita que o indivíduo, agindo conscientemente para seus próprios fins quase sempre egoístas, é o agente inconsciente do desígnio divino. A sátira de Mandeville de que “os vícios particulares trouxeram vantagens públicas” constitui um primeiro e deliberado paradoxo desta descoberta*. A “mão oculta” de Adam Smith e a “astúcia da razão” de Hegel são muito conhecidas e dispensam citação; segundo eles, os indivíduos são levados a trabalhar para o público e atingir seus objetivos, embora acreditem que estejam realizando seus próprios desejos pessoais.

* N.R. No original “Mandeville’s ‘private vices public benefits’”. Bernard de Mandeville, filósofo e escritor satírico inglês, embora holandês de nascimento, faleceu em 1733 e celebrizou-se na sua época pela publicação em várias versões da “Fábula das Abelhas ou Vícios Privados fizeram Benefícios Públicos”. Foi originariamente escrita em 1705, como sátira política no momento em que Marlborough estava sendo acusado de fazer a guerra contra a França por motivos pessoais. Segundo ele, os vícios favorecem as invenções e a circulação das riquezas, servindo de estímulo ao processo geral.

“Na produção social de seus meios de produção”, escreveu Marx no prefácio da *Crítica da economia política*, “os seres humanos entram em relações definidas e necessárias que independem da sua vontade”. “O homem vive conscientemente para si mesmo”, escreveu Tolstoi em *Guerra e paz*, repercutindo Adam Smith, “mas é um instrumento inconsciente para atingir os objetivos históricos universais da humanidade”²⁶. E aqui, para encerrar esta antologia que já está bastante longa, citemos o professor Butterfield: “Há algo na natureza dos acontecimentos históricos que torce o curso da história numa direção jamais pretendida pelo homem”²⁷.

Desde 1914, após cem anos de pequenas guerras localizadas, tivemos duas grandes guerras mundiais. Não seria uma explicação plausível deste fenômeno dizer que, na primeira metade do século XX mais do que nos últimos 75 anos do século XIX, um número maior de indivíduos queria a

guerra ou que um número menor queria a paz. É difícil acreditar que qualquer indivíduo quisesse ou desejasse a grande depressão econômica dos anos 30. Ainda assim ela foi indubitavelmente produzida pela ação de indivíduos, cada um conscientemente procurando algum objetivo totalmente diferente. Nem os diagnósticos de uma discrepância entre as intenções do indivíduo e os resultados da sua ação têm sempre de esperar pela retrospectiva do historiador. “Ele não tem intenção de entrar na guerra”, escreveu Lodge a respeito de Woodrow Wilson em março de 1917, “mas acho que ele será levado pelos acontecimentos”²⁸. Resiste à comprovação insinuar que a história se escreve tendo por base as “explicações em termos de intenções humanas”²⁹, ou os relatos de seus motivos feitos pelos próprios participantes explicando “de que modo eles vêem a sua própria ação”. Os fatos da história, são, alias, fatos sobre indivíduos, mas não sobre ações de indivíduos desempenhadas em separado e não sobre os motivos, reais ou imaginários, segundo os quais os próprios indivíduos supõem ter agido. São fatos sobre as relações de indivíduos entre si em sociedade e sobre as forças sociais que, a partir das ações individuais, produzem resultados que nem sempre concordam e, às vezes, se opõem aos resultados que pretendiam.

Um dos erros graves da visão histórica de Collingwood, que discuti na minha última conferência, foi supor que o pensamento por trás do ato, que o historiador era chamado a investigar, era o pensamento individual do ator. Trata-se de um pressuposto. O que o historiador é levado a investigar é o que fica por trás do ato; neste caso, talvez não terá grande importância o pensamento consciente ou o motivo do ator individual.

Eu deveria agora dizer algo sobre o papel do rebelde ou dissidente na história. Seria reintroduzir aqui a falsa antítese entre a sociedade e o indivíduo se empunhássemos a imagem popular do indivíduo em revolta contra a sociedade. Nenhuma sociedade é completamente homogênea. Toda sociedade

é uma arena de conflitos sociais e aqueles indivíduos que se enfileiram contra a autoridade existente não são menos produtos e reflexos da sociedade do que aqueles que a sustentam. Ricardo II e Catarina, a Grande representaram forças sociais poderosas na Inglaterra do século XIV e na Rússia do século XVIII; mas o mesmo representaram Wat Tyler e Pugachev*, o líder da grande rebelião dos servos. Monarcas e rebeldes da mesma forma são o produto de condições específicas de sua época e de seu país. Descrever Wat Tyler e Pugachev como indivíduos em revolta contra a sociedade é uma simplificação que conduz ao erro. Se tivessem sido apenas isso, o historiador jamais teria ouvido falar deles. Eles devem seu papel na história à massa de seus seguidores e são ou não importantes como fenômenos sociais. Ora, vejamos um rebelde proeminente e individualista num nível mais sofisticado. Poucas pessoas reagiram mais violentamente e mais radicalmente contra a sociedade de seu tempo e país do que Nietzsche. No entanto, Nietzsche foi um produto direto da sociedade européia, mais especificamente da sociedade alemã - um fenômeno que não poderia ter ocorrido na China ou no Peru. Uma geração após a morte de Nietzsche, tornou-se mais claro do que havia sido para seus contemporâneos o quanto as forças sociais européias eram fortes, sobretudo as alemãs, de que ele fora a expressão: Nietzsche tornou-se uma figura mais importante para a posteridade do que para sua própria geração.

O papel do rebelde na história tem algumas analogias com o papel do grande homem. A teoria do grande homem na história -um especial exemplo da escola da Boa Rainha Bess - saiu de moda recentemente, embora vez por outra ainda coloque a cabeça do lado de fora. O editor de uma série popular de manuais de história, começada após a Segunda Guerra Mundial, convidou seus autores “a abrirem-na com um tema histórico importante através de uma biografia de um grande homem” A. J. P. Taylor disse-nos num de seus

ensaios de menor valor que “a história da Europa moderna pode ser escrita em termos de três titãs: Napoleão, Bismarck e Lênin”³⁰, embora em seus escritos mais sérios ele não tenha levado avante esse projeto tão irrefletido.

* N.R. Wat Tyler, famoso rebelde inglês que liderou a grande revolta camponesa de 1381. Pugachev, rebelde russo e chefe cossaco, pretendente ao trono russo, liderou uma revolta contra Catarina II e foi executado em 1775.

Qual é o papel do grande homem na história? O grande homem é um indivíduo e, sendo um indivíduo de destaque, é também um fenômeno social de importância destacada. “É uma verdade óbvia”, observou Gibbon, “que os tempos devem ser adaptados aos personagens extraordinários e que o gênio de Cromwell ou de Retz poderiam agora expirar na obscuridade”³¹. Marx, em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, diagnosticou o fenômeno inverso: “A luta de classes na França criou circunstâncias e relações que possibilitaram uma mediocridade vulgar a pavonear-se com garbo de herói”. Tivesse Bismarck nascido no século XVIII - uma hipótese absurda, pois então não teria sido Bismarck -, ele não unificaria a Alemanha e não seria absolutamente um grande homem. Mas acho que não se precisa fazer como Tolstói, que desvalorizou os grandes homens considerando-os nada mais que “rótulos dando nomes a acontecimentos”. Algumas vezes, naturalmente, o culto do grande homem pode ter implicações sinistras. O super-homem de Nietzsche é uma figura repelente. Não é necessário lembrar aqui o caso de Hitler ou as duas conseqüências do “culto da personalidade” na União Soviética. Mas não é meu propósito reduzir a magnitude dos grandes homens; nem quero subscrever a tese de que “grandes homens são quase sempre homens maus”. A visão que eu esperaria desencorajar é a que coloca os grandes homens fora da história e olha-os como impondo-se à história em virtude de suas grandezas, como “palhaço em caixa de surpresa que emerge miraculosamente do desconhecido para interromper a continuidade real da história”³². Mesmo hoje não sei se podemos fazer melhor que a descrição clássica de Hegel:

“O grande homem de uma época é aquele que sabe pôr em palavras a vontade de sua época, aquele que diz à sua época qual é a sua vontade e a realiza. O que ele faz é o centro e a essência de sua época; ele atualiza sua época”³³.

O Dr. Leavis quer dizer aproximadamente a mesma coisa quando afirma que os grandes escritores são “expressivos em termos da consciência humana que eles promovem”³⁴. O grande homem é sempre representativo tanto das forças existentes quanto das forças que ele ajuda a criar através do desafio à autoridade existente. O mais alto grau de criatividade, entretanto, pode talvez ser destinado aos grandes homens que, como Cromwell ou Lênin, ajudaram a modelar as forças que os levaram à grandeza, e não aos homens que, como Napoleão ou Bismarck, marcharam para a grandeza apoiados em forças já existentes. Nem deveríamos esquecer os grandes homens que estiveram tão à frente de seu próprio tempo a ponto de sua grandeza só ter sido reconhecida pelas gerações seguintes. O que me parece essencial é reconhecer no grande homem um indivíduo proeminente que é ao mesmo tempo um produto e um agente do processo histórico, ao mesmo tempo representativo e criador de forças sociais que mudam a forma do mundo e os pensamentos dos homens.

A história, então, em ambos os sentidos da palavra - significando tanto o exame conduzido pelo historiador quanto os fatos do passado que ele examina -, é um processo social em que os indivíduos estão engajados como seres sociais; a antítese imaginária entre a sociedade e o indivíduo nada mais é do que uma pista falsa atravessada no nosso caminho para confundir nosso pensamento. O processo recíproco de interação entre o historiador e seus fatos, o que denominei diálogo entre presente e passado, é um diálogo não entre indivíduos abstratos e isolados, mas entre a sociedade de hoje e a sociedade de ontem. A história, nas palavras de Burckhardt, “é o registro

daquilo que uma época encontra em outra digno de nota”³⁵. O passado é inteligível para nós somente à luz do presente; só podemos compreender completamente o presente à luz do passado. Capacitar o homem a entender a sociedade do passado e aumentar o seu domínio sobre a sociedade do presente é a dupla função da história.

1. *Devotions upon emergent occasions*, n° xvii
2. J. S. Mill, *A System of logic*, vii, 1.
3. Durkheim, em seu famoso estudo sobre o suicídio, inventou a palavra “anomia” para denotar a condição do indivíduo isolado de sua sociedade - um estado que conduz especialmente ao distúrbio emocional e ao suicídio; mas mostrou também que o suicídio não independe das condições sociais.
4. Talvez seja válido acentuar que o outro escritor conservador britânico importante do período de entre guerras, T. S. Eliot, também desfrutou da vantagem de uma formação não britânica. Ninguém educado na Grã-Bretanha antes de 1914 poderia escapar completamente às influências inibidoras da tradição

liberal.

5. A primitiva crítica, publicada num artigo anônimo em *The Times Literary Supplement* de 28 de agosto de 1953, sob o título “A visão histórica de Namier”, foi a seguinte: “Darwin foi acusado de suprimir o papel da idéia no universo; Sir Lewis foi o Darwin da história política - em mais de um sentido.”
6. L. Namier, *Personalities and powers*, 1955, pp. 5-7.
7. Baseamo-nos numa excelente análise do Dr. W. Stark sobre a evolução de Meinecke, feita na sua introdução a uma tradução inglesa de *Die Idee der Staatsräson*, publicada sob o título *Machiavellism* em 1957; o Dr. Stark talvez exagere o elemento super-racional no terceiro período de Meinecke.
8. H. Butterfield, *The whig interpretation of history*, 1931; na página 67 o autor confessa ter “uma saudável espécie de desconfiança” para com “argumentações vazias”.
9. H. Butterfield, *The whig interpretation of history*, 1931, pp. II, 31-2.
10. H. Butterfield, *The englishman and Us history*, 1844, pp. 2, 4-5.
11. Marco Aurélio, no declínio do império romano consolou-se refletindo “como todas as coisas que estão acontecendo agora aconteceram no passado e acontecerão no futuro” (*To himself*, x, p. 27); como é bem conhecido, Toynbee inspirou-se em *Decline of the west* de Spengler.
12. Prefácio, datado de 4 de dezembro de 1934, para *A history of Europe*.
13. Acton, *Lectures on modern history*, 1906, p. 33.
14. *American Historical Review*, Ivi, n° 1, janeiro de 1951, p. 270.
15. C. V. Wedgwood, *The king's peace*, 1955, p. 17.

16. A. L. Rowse, *The England of Elizabeth*, 1950, pp. 261-2 e 382. É justo apontar que num ensaio anterior Rowse censurou “os historiadores que pensam que os Bourbon fracassaram em restabelecer a monarquia na França após 1870 apenas por causa da fidelidade de Henrique V a uma pequena bandeira branca” (*The end of an epoch*, 1949, p. 275); talvez ele reserve tais explicações pessoais para a história inglesa.
17. I. Berlin, *Historical inevitability*, 1954, p. 42.
18. Não obstante, psicólogos modernos têm sido condenados por esta falta: “Os psicólogos como um grupo não têm tratado o indivíduo como uma unidade *num* sistema social em funcionamento, mas antes como o ser humano concreto que foi então concebido como passando a formar sistemas sociais. Eles assim não levaram em conta adequadamente o sentido peculiar em que suas categorias são abstratas” (Talcott Parsons na introdução a Max Weber, *The theory of social and economia organization*, 1947, p. 27). Ver também os comentários sobre Freud, p. 138 embaixo.
19. *Home and Foreign Review*, janeiro de 1863, p. 219.
20. Esta idéia foi elaborada por Herbert Spencer, no seu estilo mais solene, em *The study of sociology*, capítulo 2: “Se você quiser avaliar aproximadamente a capacidade mental de alguém, nada melhor do que observar a proporção que há entre generalidades e personalidades em sua conversa - em que extensão verdades simples sobre indivíduos são substituídas por verdades abstraídas de numerosas experiências de homens e coisas. Quando assim já tiver medido muitas pessoas, você encontrará apenas algumas dispostas a aceitar um pouco além da visão biográfica dos assuntos humanos.”
21. H. R. Trevor-Roper, *Historical essays*, 1957, p. 281.
22. Marx-Engels, *Gesamtausgabe*, I, iii, p. 625. 84 **23**. *History of the French Revolution*, III, iii, capítulo I.
24. Lênin, *Selected works*, vii, p. 295.
25. Clarendon, *A brief view & survey of the dangerous & pernicious errors to Church & State in Mr. Hobbe's book entitled Leviathan*, 1676, p. 320.
26. L. Tolstoi, *War and peace*, ix, capítulo I.
27. H. Butterfield, *The englishman and Ms history*, 1944, p. 103.
28. Citado em B. W. Tuchman, *The Zimmerman telegram*, Nova York, 1958, p. 180.
29. A frase é citada de I. Berlin, *Historical inevitability*, 1954, p. 7, onde ele parece recomendar que se escreva história em tais termos.
30. A. J. P. Taylor, *From Napoleon to Stalin*, 1950, p. 74.
31. Gibbon, *Decline and fall of the roman empire*, capítulo lxx.
32. V. G. Childe, *History*, 1947, p. 43.
33. *Philosophy of right*, tradução inglesa de 1942, p. 295.
34. F. R. Leavis, *The great tradition*, 1948, p. 2.

35. J. Burckhardt, *Judgements on history and on historians*, 1959, p. 158. 90

III. História, Ciência e Moralidade

Quando era criança, fiquei razoavelmente impressionado ao saber que, apesar das aparências, a baleia não é um peixe. Hoje estas questões de classificação já não me tocam tanto; não me preocupo excessivamente quando me asseguram que a história não é uma ciência. Esta questão terminológica é uma excentricidade da língua inglesa. Em qualquer outra língua europeia a palavra equivalente a “ciência” inclui história sem hesitação. Mas no mundo em que se fala inglês esta questão tem um longo passado por trás e os temas de discussão levantados por ela são uma introdução conveniente para os problemas de métodos em história.

No fim do século XVIII, quando a ciência tinha contribuído com tanto sucesso não só para o conhecimento do mundo pelo homem como para o conhecimento pelo homem de seus próprios atributos físicos, começou-se a perguntar se a ciência não poderia também ir mais longe no conhecimento humano da sociedade. A concepção das ciências sociais - e da história entre elas - desenvolveu-se gradualmente através do século XIX; o método pelo qual a ciência estudava o mundo da natureza foi aplicado ao estudo do homem. Na primeira parte desse período, a tradição newtoniana prevaleceu. A sociedade, como o mundo da natureza, era concebida como um mecanismo; o título de um trabalho de Herbert Spencer, *Social statics*, publicado em 1851, é ainda lembrado. Bertrand Russell, criado nesta tradição, mais tarde lembrou-se da época em que ele esperava que haveria, com o tempo, “uma matemática do comportamento humano tão precisa quanto a matemática das máquinas”¹. Darwin então fez outra revolução científica; os cientistas sociais, partindo da biologia, começaram a pensar na sociedade como um organismo. Mas a importância real da revolução

darwiniana foi que Darwin, completando o que Lyell já havia começado na geologia, trouxe a história para a ciência. A ciência não era mais relacionada com algo estático e eterno², mas com um processo de mudança e desenvolvimento. A evolução da ciência confirmou e complementou o progresso da história. Nada, entretanto, ocorreu para alterar a visão indutiva do método histórico que descrevi na primeira conferência: primeiro, colete seus fatos, depois interprete-os. Partia-se do princípio de que este também era o método da ciência. Esta foi a visão que Bury evidentemente tinha em mente quando, nas palavras finais da sua conferência inaugural de janeiro de 1903, descreveu a história como “uma ciência, nem mais nem menos”. Os 50 anos após a conferência inaugural de Bury testemunharam uma forte reação contra esta visão da história. Collingwood, quando escreveu nos anos 30, estava particularmente ansioso por traçar uma linha profunda entre o mundo da natureza, que era o objeto do exame científico e o mundo da história; durante esse período a opinião de Bury foi raramente citada, exceto em termos de zombaria. Mas o que os historiadores deixaram de notar naquele tempo foi que a própria ciência passara por uma profunda revolução, que faz parecer que Bury pode ter estado mais próximo do certo do que supuseram, embora pela razão errada. O que Lyell fez pela geologia e Darwin pela biologia agora tem sido feito pela astronomia, que se tornou uma ciência de como o universo veio a ser o que é; os físicos modernos constantemente nos dizem que o que eles investigam não são fatos, mas acontecimentos. Hoje, o historiador tem alguma justificção para sentir-se mais à vontade no mundo da ciência do que há cem anos.

Vejamos, primeiramente, o conceito de leis. Através dos séculos XVIII e XIX, os cientistas presumiram que as leis da natureza - as leis do movimento de Newton, a lei da gravidade, a lei de Boyle, a lei da evolução e assim por diante - tinham sido descobertas e definitivamente estabelecidas e

que cabia ao cientista descobrir e estabelecer mais leis como estas pelo processo de indução dos fatos observados. A palavra “lei” desceu trilhando nuvens de glória a partir de Galileu e Newton. Estudiosos da sociedade, consciente ou inconscientemente, desejando defender o *status* científico de seus estudos, adotaram a mesma linguagem e eles próprios acreditaram estarem seguindo o mesmo procedimento. Os economistas políticos parecem ter sido os primeiros no campo - com a lei de Gresham e as leis de mercado de Adam Smith. Burke apelou para “as leis do comércio, que são leis da natureza e conseqüentemente as Leis de Deus”³. Malthus propôs uma lei de população; Lassalle, uma lei férrea de salários; Marx, no prefácio de *O capital*, alegou ter descoberto “a lei econômica de transformação da sociedade moderna”. Burke, nas palavras finais de seu *History of Civilization*, expressou a convicção de que no curso dos acontecimentos relativos ao homem havia “um princípio glorioso de uma regularidade universal e fixa”. Hoje esta terminologia soa tão ultrapassada quanto pedante; mas soa quase tão ultrapassada para o cientista físico como também para o cientista social. No ano anterior àquele em que Bury proferiu sua conferência inaugural, o matemático francês Henry Poincaré publicou um pequeno volume intitulado *La science et l'hypothèse*, que começou uma revolução do pensamento científico. A principal tese de Poincaré era a de que as proposições gerais enunciadas pelos cientistas, onde não eram meras definições ou convenções disfarçadas sob o uso da língua, eram hipóteses propostas para cristalizar e organizar o desenvolvimento do pensar e eram sujeitas a verificação, modificação ou refutação. Tudo isto tornou-se agora, em certa medida lugar-comum. A jactância de Newton “Hypotheses non fingo” parece hoje vazia; embora os cientistas, mesmo os cientistas sociais, ainda falem às vezes de leis em homenagens aos velhos tempos, não mais acreditam que elas existiam no sentido em que os cientistas dos séculos XVIII e XIX universalmente

acreditavam. Reconhecidamente, os cientistas fazem descobertas e estão sempre adquirindo novos conhecimentos, não ao estabelecerem leis preciosas e abrangentes, mas enunciando hipóteses que abrem caminho a novas investigações. Um manual padrão sobre método científico, da autoria de dois filósofos americanos, descreve o método da ciência como “essencialmente circular”:

“Obtemos evidência para os princípios recomendando o material empírico, a que, correntemente, se chama de ‘fato’; selecionamos, analisamos e interpretamos o material empírico à base de princípios”⁴.

A palavra “recíproco” teria talvez sido preferível a “circular”, visto que não resulta em retomar o mesmo lugar e, sim, um movimento para adiante de novas descobertas através deste processo de interação entre princípios e fatos, entre teoria e prática. Todo pensamento requer aceitação de certos pressupostos baseados na observação, que possibilitam o pensamento científico mas não sujeitos a revisão à luz daquele pensamento. Estas hipóteses podem bem ser válidas em alguns contextos ou para certos fins, embora tornem-se nulas em outros. De qualquer forma, o teste é empírico, no caso de servirem tais hipóteses para propiciar novas perspectivas e acrescentar algo ao nosso conhecimento. Os métodos de Rutherford foram recentemente descritos por um de seus mais notáveis discípulos e companheiros de trabalho:

“Ele queria muito saber como funcionavam os fenômenos nucleares, assim como alguém que desejasse saber o que se passava na cozinha. Não creio que ele procurasse uma explicação através da maneira clássica, segundo a qual a teoria se utiliza de certas leis básicas; se soubesse o que estava acontecendo, ficaria satisfeito”⁵.

Esta descrição também satisfaz ao historiador que abandonou a procura de leis básicas e contenta-se em investigar como as coisas funcionam.

O status das hipóteses usadas pelo historiador no decorrer da sua investigação parece notavelmente semelhante ao das hipóteses usadas pelo cientista. Tomemos, por exemplo, a famosa análise de Max Weber de uma relação entre protestantismo e capitalismo. Ninguém hoje chamaria isto de lei, embora pudesse ter sido proclamada como tal num período anterior. É uma hipótese que, embora modificada até certo ponto no curso das pesquisas que inspirou, alargou, sem dúvida, nossa compreensão de ambos os movimentos. Ou tomemos uma afirmação como aquela de Marx: “O moinho manual nos dá uma sociedade com um senhor feudal; o moinho a vapor nos dá uma sociedade com um capitalista industrial”⁶. Pela terminologia moderna, não é uma lei, embora Marx provavelmente tivesse dito que era; trata-se, na realidade, de uma hipótese muito rica apontando o caminho para novas investigações e nova compreensão. Tais hipóteses são instrumentos indispensáveis de pensamento. O conhecido economista alemão do princípio do século, Werner Sombart, reconheceu existir uma “sensação confusa” que se apodera daqueles que abandonam o marxismo.

“Quando”, escreveu ele, “perdemos as fórmulas confortáveis que até então tinham sido nossos guias em meios às complexidades da existência... sentimo-nos como se estivéssemos nos afogando no oceano dos fatos até podermos de novo tomar pé ou aprendermos a nadar”⁷.

A controvérsia sobre a periodização na história esquadra-se nesta categoria. A divisão da história em períodos não é um fato, mas uma hipótese necessária ou um instrumento de pensamento, que vale na medida em que for esclarecedora e dependa, para sua validade, da interpretação. Historiadores que divergem quanto ao término da Idade Média divergem no tocante à interpretação de certos acontecimentos. Não se trata de uma questão de fato; mas também não é insignificante. A divisão da história em setores geográficos também não é um fato, mas uma hipótese: falar da história

européia pode ser uma hipótese válida e interessante em alguns contextos, falsa e prejudicial em outros. A maioria dos historiadores afirma que a Rússia faz parte da Europa; alguns o negam com veemência. A tendência do historiador pode ser julgada pela hipótese que ele adota. Preciso citar um pronunciamento geral sobre os métodos da ciência social, já que foi feito por um grande cientista social que começou como físico. Georges Sorel, que foi engenheiro até os 40 anos de idade, quando começou a escrever sobre os problemas da sociedade chamou a atenção para a necessidade de isolar elementos particulares de uma situação mesmo com o risco de supersimplificar:

“Dever-se-ia proceder”, escrever ele, “tateando; experimentar-se-iam hipóteses prováveis e parciais e ficar-se-ia satisfeito com aproximações provisórias de modo a sempre deixar a porta aberta para uma progressiva correção”⁸.

Este é um clamor distante do século XIX, quando cientistas e historiadores como Acton esperavam ansiosos poder por um dia estabelecer, através da acumulação de fatos bem confirmados, um amplo corpo de conhecimentos que fixaria todos os temas controvertidos de uma vez por todas. Hoje, tanto os cientistas como os historiadores mantêm a esperança mais modesta de avançar progressivamente de uma hipótese fragmentária para outra, isolando seus fatos por meio de suas interpretações e testando suas interpretações pelos fatos; os caminhos que eles seguem não me parecem essencialmente diferentes. Na primeira conferência citei um comentário do professor Barraclough, de que a história “não era absolutamente factual, mas uma série de julgamentos aceitos”. Enquanto estava preparando estas conferências, um físico desta universidade, num programa de rádio da BBC, definiu a verdade científica como “uma afirmação que foi publicamente aceita pelos peritos”⁹. Nenhuma destas fórmulas é inteiramente satisfatória - por motivos que

aparecerão quando tratarmos da questão da objetividade. Mas foi surpreendente encontrar um historiador e um físico formulando independentemente o mesmo problema em palavras quase exatamente as mesmas.

Analogias são, entretanto, uma notória armadilha para o desavisado: quero considerar respeitosamente os argumentos por acreditar que, por maiores que sejam as diferenças entre as ciências matemáticas e naturais ou entre ciências diferentes dentro destas categorias, uma distinção fundamental pode ser traçada entre estas ciências e a história, e que esta distinção torna falso chamar história - e talvez também as outras assim chamadas ciências sociais - pelo nome de ciência. Estas objeções - algumas delas mais convincentes do que outras - são, em resumo, as seguintes:

1. a história lida exclusivamente com o que é único, a ciência com o geral;
2. a história não dá lições;
3. a história é incapaz de prever;
4. a história é necessariamente subjetiva, pois é o homem que se observa a si próprio;
5. a história, diferentemente da ciência, envolve problemas de religião e moralidade.

Tentarei examinar cada um desses pontos.

Primeiro, alega-se que a história lida com o que é único e particular e a ciência com o geral e universal. Pode-se dizer que esta visão começou com Aristóteles, quando declarou que a poesia era “mais filosófica” e “mais séria” do que a história, já que a poesia estava relacionada com a verdade geral e a história com o particular¹⁰.

Posteriormente, muitos escritores, inclusive Collingwood¹¹ fizeram uma distinção semelhante entre ciência e história. Isto parece apoiar-se num mal-

entendido. A famosa opinião de Hobbes ainda permanece: “Nada no mundo é universal senão os nomes, porque as coisas nomeadas são cada uma delas individual e singular”¹². Isto certamente é verdade quanto às ciências físicas: não há duas formações geológicas, nem dois animais da mesma espécie e nem dois átomos que sejam idênticos. Da mesma forma, não há dois acontecimentos históricos que sejam iguais. Mas a insistência na unicidade de acontecimentos históricos tem o mesmo efeito paralisante que o lugar-comum adotado por Moore do bispo Butler e que já foi especialmente apreciado pelos filósofos lingüistas: “Tudo é o que é, e não outra coisa”. Aceitando-se este rumo, logo se atinge um tipo de nirvana filosófico em que nada se diz de importante sobre o que quer que seja.

O próprio uso da língua compromete o historiador, assim como o cientista, à generalização. A Guerra do Peloponeso e a Segunda Guerra Mundial foram muito diferentes e ambas foram únicas. Mas o historiador chama-as de guerras e somente o pedante protestará. Quando Gibbon escreveu sobre a fundação do cristianismo por Constantino e a ascensão do islamismo como revoluções¹³, ele estava generalizando dois acontecimentos únicos. Os historiadores modernos fazem o mesmo quando escrevem sobre as revoluções inglesa, francesa, russa e chinesa. O historiador não está realmente interessado no singular, mas no que é geral dentro do singular. Nos anos 20, as discussões entre os historiadores das causas da Guerra de 1914 normalmente partiam da suposição de que ela era devida tanto ao desgoverno dos diplomatas, trabalhando em segredo e não controlados pela opinião pública, quanto à infeliz divisão do mundo em estados territoriais soberanos. Nos anos 30, as discussões continuaram partindo da suposição de que ela se devia às rivalidades entre as potências imperialistas impulsionadas pelas pressões do capitalismo em declínio para a partilha do mundo entre elas.

Todas estas discussões envolviam generalização sobre as causas da guerra ou, pelo menos, sobre a guerra nas condições próprias do século XX. O historiador

constantemente usa a generalização para testar sua evidência. Se a evidência não é clara sobre se Ricardo matou os príncipes na Torre, o historiador se perguntará - talvez mais inconsciente do que conscientemente - se era um hábito dos dirigentes da época liquidar os rivais em potencial do trono; seu julgamento será certamente influenciado por essa generalização.

O leitor, tanto, quanto aquele que escreve a história, é um generalizador crônico, aplicando a observação do historiador a outros contextos históricos que lhe são familiares - ou talvez a sua própria época. Quando leio *A Revolução Francesa* de Carlyle surpreendo-me diversas vezes com as generalizações que eu mesmo faço sobre os seus comentários, aplicando-os ao meu interesse especial na Revolução Russa. Vejamos sobre o terror o seguinte:

“Horrrível, em terras que conheceram igualdade de justiça - não tão desnaturado assim em terras que jamais a conheceram”.

Ou ainda mais significativamente:

“É uma infelicidade, embora muito natural, que a história deste período tenha sido escrita em geral tão histericamente. São abundantes o exagero, a execração, o lamento; no todo, a escuridão”¹⁴.

Ou então desta vez citemos Burckhardt a respeito do desenvolvimento do Estado moderno no século XVI:

“Quanto mais recente é a origem do poder, tanto menos ele permanece estacionário - primeiramente porque aqueles que o criaram acostumaram-se a empreender movimentos rápidos e porque são e serão inovadores *per se*; em segundo lugar, porque as forças por eles despertadas ou subjugadas somente podem ser empregadas através de novos atos de violência”¹⁵.

Não faz sentido dizer que a generalização é alheia à história; a história prospera com as generalizações. Como Elton claramente coloca num volume da nova *Cambridge Modern History*, “o que distingue o historiador do coletor de fatos históricos é a generalização”¹⁶; ele deveria ter acrescentado que a mesma coisa distingue o cientista natural do naturalista ou coletor de espécimes. Mas não suponham que a generalização nos permite construir algum vasto esquema da história em que acontecimentos específicos devam se ajustar. E, desde que Marx é um daqueles que sempre é acusado de construir ou de acreditar em tal esquema, citarei, para resumir, um trecho de uma de suas cartas, que coloca o assunto em sua perspectiva correta:

“Acontecimentos surpreendentemente semelhantes, mas ocorrendo num cenário histórico diferente, levam a resultados completamente diferentes. Estudando cada uma dessas evoluções separadamente e então, comparando-as, é fácil encontrar a chave para a compreensão deste fenômeno; mas nunca é possível chegar a esta compreensão usando o *passe-partout* de alguma teoria histórico-filosófica cuja grande virtude é permanecer acima da história”¹⁷.

A história preocupa-se com a relação entre o particular e o geral. Como historiador, não se pode separá-los ou dar precedência a um sobre o outro, da mesma maneira como não se pode separar o fato da interpretação.

Cabe aqui, talvez, um comentário breve sobre as relações entre história e sociologia. A sociologia atualmente enfrenta dois perigos opostos - o perigo de tornar-se ultrateórica e o perigo de tornar-se ultra-empírica. O primeiro é o perigo de perder-se em generalizações abstratas e sem sentido sobre a sociedade em geral. A Sociedade com *S* maiúsculo é uma falácia tão decepcionante quanto a História com *H* maiúsculo. Este perigo torna-se maior para aqueles que atribuem à sociologia a tarefa exclusiva de generalizar a partir dos acontecimentos ímpares registrados pela história: tem-se até

sugerido que a sociologia se distingue da história por ter “leis”¹⁸. O outro perigo é aquele previsto por Karl Mannheim quase uma geração atrás, e muito atual hoje, de uma sociologia “fracionada numa série de discretos problemas técnicos de reajustamento social”¹⁹. A sociologia preocupa-se com as sociedades históricas, cada uma das quais é única e modelada por antecedentes e condições históricas específicas. Mas tentar evitar a generalização e a interpretação sob a capa dos chamados problemas “técnicos” de quantificação e análise é simplesmente tornar-se o apologista inconsciente de uma sociedade estática. A sociologia, se está para tornar-se um campo fértil de estudo, deve, como a história, preocupar-se com a relação entre o particular e o geral. Mas deve também tornar-se dinâmica - um estudo não de uma sociedade em repouso (porque tal sociedade não existe), mas de mudanças e desenvolvimento social. De resto, diria apenas que quanto mais a história se torna sociológica e quanto mais a sociedade se torna histórica, melhor para ambas. Deixemos a fronteira entre elas manter-se bem aberta para um trânsito de mão dupla.

O problema da generalização está ligado de perto à minha segunda questão: as lições da história. O fundamental sobre a generalização é que através dela nós tentamos aprender a aplicar, a partir da história, a lição tirada de um conjunto de eventos a um outro conjunto de eventos: quando generalizamos, estamos consciente ou inconscientemente tentando fazer isto. Aqueles que rejeitam a generalização e insistem em que a história está relacionada exclusivamente com o particular são, logicamente, aqueles que negam que a história ensine alguma coisa. Mas a afirmativa de que os homens nada aprendem com a história é contrariada por uma multidão de fatos observáveis. Nenhuma experiência é mais comum. Em 1919 eu estava presente à Conferência de Paz de Paris como um jovem membro da delegação britânica. Toda a delegação acreditava que podíamos

aprender a partir das lições do Congresso de Viena, o último grande congresso de paz europeu de um século antes. Um certo capitão Webster, então empregado no War Office (Ministério da Guerra), agora Sir Charles Webster e eminente historiador, escreveu um ensaio dizendo-nos o que foram aquelas lições. Duas delas permaneceram em minha memória. Uma delas foi que era perigoso, quando retraçando o mapa da Europa, negligenciar o princípio da autodeterminação. A outra foi que era perigoso jogar na cesta de lixo documentos secretos cujo conteúdo seria certamente comprado pelo serviço secreto de alguma outra delegação. Estas lições da história foram tomadas como credo e influenciaram nosso comportamento.

Este exemplo é recente e trivial. Mas seria fácil traçar em história comparativa remota a influência das lições de um passado ainda mais remoto. Todos conhecem o impacto da Grécia antiga sobre Roma. Mas não estou certo se algum historiador tentou fazer uma análise precisa das lições que os romanos aprenderam, ou que eles próprios acreditavam ter aprendido, da história da Hélade. Um exemplo das lições que a Europa ocidental, nos séculos XVII, XVIII e XIX, retirou da história do Velho Testamento poderia fornecer resultados compensadores. A revolução puritana inglesa não pode ser completamente entendida sem ele e a concepção do povo escolhido foi um fator importante no surgimento do nacionalismo moderno. O selo de uma educação clássica foi fortemente impresso na nova classe dirigente da Grã-Bretanha do século XIX. Grote, como já mencionei, apontou Atenas como um exemplo para a nova democracia; eu gostaria de ver um estudo das extensas e importantes lições conferidas, consciente ou inconscientemente, aos construtores do império britânico pela história do império romano. No meu próprio campo particular, os autores da Revolução Russa foram profundamente marcados - alguém poderia dizer, obcecados - pelas lições da Revolução Francesa, das revoluções de 1848 e da Comuna de Paris de 1871.

Mas recordarei aqui a qualificação imposta pelo duplo caráter da história. Aprender a partir da história nunca é simplesmente um processo num só sentido. Estudar o presente à luz do passado significa também estudar o passado à luz do presente. A função da história é promover uma compreensão mais profunda de ambos - o passado e o presente - através da interrelação entre eles. Mas terceiro ponto é o papel da previsão na história. Diz-se que não se aprendem lições da história porque a história, ao contrário da ciência, não pode prever o futuro. Esta questão está envolvida por um encadeamento de mal-entendidos. Como vimos, os cientistas já não estão mais tão ansiosos como antes para falar sobre as leis da natureza. As assim chamadas leis das ciências que afetam nossa vida comum são de fato afirmações de tendência, afirmações do que acontecerá se outras coisas forem iguais ou em condições de laboratório. Eles não dizem que prevêem o que acontecerá em casos concretos. A lei da gravidade não prova que aquela maçã em particular cairá no chão: alguém pode apará-la com uma cesta. A lei da ótica segundo a qual a luz desloca-se em linha reta não prova que um raio de luz em particular não possa ser refratado ou dispersado por algum objeto que se interponha. Mas isto não significa que estas leis não têm valor ou não sejam válidas em princípio. As teorias da física moderna, dizem-nos, tratam apenas das probabilidades de ocorrerem acontecimentos. A ciência hoje está mais inclinada a lembrar que a indução pode logicamente levar apenas a probabilidades ou à crença razoável e está mais ansiosa em tratar seus pronunciamentos como regras gerais ou guias, cuja validade pode ser testada apenas em ações específicas. “Science, d’où prévoyance; prévoyance, d’ou action”*, como a coloca Comte²⁰. O indício para a questão de previsão em história consiste nesta distinção entre o geral e o específico, entre o universal e o particular. O historiador, como vimos, está destinado a generalizar: agindo assim, ele fornece guias gerais para a ação futura que, apesar de não

serem previsões específicas, são tão válidas quanto úteis. Mas ele não pode prever acontecimentos e específicos, por que o específico é único e porque nele entra o elemento acidental. Esta distinção, que preocupa a filósofos, é perfeitamente clara para o homem comum. Se duas ou três crianças numa escola pegam sarampo, você concluirá que a epidemia se espalhará; esta previsão, se se quiser chamá-la assim, baseia-se numa generalização da experiência passada e é um guia de ação válido e útil. Mas não se pode prever que Carlos ou Maria pegarão sarampo. O historiador procede da mesma maneira. As pessoas não esperam que o historiador preveja que a revolução irromperá na Ruritânia no próximo mês. O tipo de conclusão que eles procurarão traçar, em parte através do conhecimento específico dos negócios ruritanos e em parte através de um estudo da história, é o que as condições na Ruritânia são tais que uma revolução está para ocorrer num futuro próximo se alguém a fizer explodir, ou a menos que alguém do lado do governo faça algo para detê-la.

Esta conclusão pode ser acompanhada de estimativa baseada parcialmente na analogia com outras revoluções e com a atitude que se espera seja adotada por diferentes setores da população.

*N.T. “Ciência implica em previsão: previsão implica em ação.”

A previsão, se assim pode ser chamada, só se realiza através da ocorrência de acontecimentos únicos que não podem eles próprios ser previstos. Mas isto não significa que interferências traçadas a partir da história sobre o futuro não tenham valor ou que não possuam uma validade condicional que serve tanto como um guia de ação quanto como uma chave para nossa compreensão de como as coisas acontecem. Não quero sugerir que as inferências do cientista social ou do historiador podem competir em precisão com as do físico, ou que sua inferioridade nesse aspecto seja devida apenas ao atraso maior das ciências sociais. O ser humano é, sob qualquer visão, a entidade natural mais

complexa que conhecemos, e o estudo de seu comportamento pode bem envolver dificuldades de tipo diferente daquelas com que se defronta o físico. Tudo o que quero estabelecer é que seus objetivos e métodos não são fundamentalmente diferentes.

Meu quarto ponto introduz um argumento bem mais convincente para traçar uma linha de demarcação entre as ciências sociais, incluindo a história, e as ciências físicas. Trata-se do argumento de que nas ciências sociais sujeito e objeto pertencem à mesma categoria e interagem reciprocamente um sobre o outro. Os seres humanos não são apenas as mais complexas e variáveis entidades naturais, mas também têm de ser estudados por outros seres humanos, não por observadores independentes, de uma outra espécie. Aqui o homem não mais se contenta, como nas ciências biológicas, em estudar sua própria composição física e reações físicas. O sociólogo, o economista ou o historiador precisam penetrar em formas de comportamento humano em que a vontade é ativa, para averiguar por que os seres humanos que são o objeto de seu estudo resolveram agir como tal. Isto estabelece uma relação que é peculiar à história e às ciências sociais, entre o observador e aquilo que é observado. O ponto de vista do historiador entra irrevogavelmente em toda observação que ele faz; a história é atingida inúmeras vezes pela relatividade. Nas palavras de Karl Mannheim, “mesmo as categorias em que experiências são classificadas, coletadas e ordenadas variam de acordo com a posição social do observador”²¹. Mas não é verdade apenas que o preconceito do cientista social necessariamente entra em todas as suas observações. Também é verdade que o processo de observação afeta e modifica o que está sendo observado. Isto pode acontecer de duas maneiras opostas. Os seres humanos, cujo comportamento é tornado o objeto de análise e previsão, podem ser prevenidos com antecedência pela previsão de conseqüências desagradáveis para eles e ser induzidos por isso a modificar sua ação, de maneira que a

previsão, embora baseada corretamente na análise, demonstra-se frustrante. Uma razão por que a história raramente se repete entre pessoas historicamente conscientes é que os personagens do drama no segundo desempenho estão cientes do desenlace do primeiro e sua ação é afetada por tal conhecimento²².

Os bolcheviques sabiam que a Revolução Francesa terminara num Napoleão e temiam que sua própria revolução pudesse terminar da mesma maneira. Desconfiaram, portanto, de Trotski, que, entre seus líderes, era o que mais se parecia com um Napoleão, e confiaram em Stálin, o que menos se parecia com um Napoleão. Mas esse processo pode funcionar numa direção inversa. O economista que, através de uma análise científica de condições econômicas existentes, prevê um *boom* ou uma baixa se aproximando, se sua autoridade for grande e seus argumentos convincentes, contribui, em virtude de sua previsão, para que ocorra o fenômeno previsto. O cientista político que, pela força de observações históricas, alimenta a convicção de que o despotismo tem vida curta pode contribuir para a queda do déspota. Todo mundo é familiarizado com o comportamento de candidatos a serem eleitos, que prevêm sua própria vitória com o propósito consciente de recompensar o provável cumprimento da previsão; alguns suspeitam que economistas, cientistas políticos e historiadores, quando se arriscam à previsão, às vezes são inspirados pela esperança inconsciente de apressar a realização da previsão. Tudo o que talvez se possa dizer seguramente sobre estas relações complexas é que a interação entre o observador e o que é observado, entre o cientista social e seus dados, entre o historiador e seus fatos, é contínua e varia continuamente e que isto parece ser uma feição distinta da história e das outras ciências sociais.

Caberia talvez observar aqui que alguns físicos, de uns anos para cá, vêm falando de sua ciência em termos que parecem sugerir as mais

surpreendentes analogias entre o universo físico e o mundo do historiador. Em primeiro lugar, diz-se que seus resultados envolvem um princípio de incerteza ou de indeterminação. Falarei na próxima conferência da natureza e dos limites do chamado determinismo na história. Mas, se a indeterminação da física moderna reside na natureza do universo ou se é meramente um indício da nossa compreensão até então imperfeita (este ponto ainda está em debate), eu teria as mesmas dúvidas quanto a encontrar aí analogias importantes com a nossa capacidade de fazer previsões históricas, assim como se tinha há alguns anos dúvidas quanto às tentativas de alguns entusiastas que buscavam comprovar o funcionamento do livre-arbítrio no universo. Em segundo lugar, dizem-nos que na física moderna as distâncias no espaço e os lapsos de tempo têm medidas que dependem do movimento do “observador”. Na física moderna todas as medidas estão sujeitas a variações inerentes devido à impossibilidade de estabelecer uma relação constante entre o “observador” e o objeto sob observação; tanto o “observador” quanto a coisa observada - tanto o sujeito como o objeto - entram no resultado final da observação. Mas enquanto estas descrições se aplicariam com um mínimo de mudança às relações entre o historiador e os objetos de sua observação não estou convencido de que a essência de tais relações seja, em algum sentido real, comparável com a natureza das relações entre o físico e seu universo; embora eu esteja em princípio preocupado em reduzir mais do que aumentar as diferenças que separam a abordagem do historiador daquela do cientista, de nada servirá tentar fazer desaparecer essas diferenças misteriosamente, apoiando-me em analogias imperfeitas.

Embora considere que o envolvimento do cientista social ou do historiador com o objeto de seu estudo seja diferente do envolvimento do cientista físico e que os problemas levantados pela relação entre sujeito e objeto sejam infinitamente mais complicados, o assunto não se encerra aqui.

As teorias clássicas do conhecimento que prevaleceram nos séculos XVII, XVIII e XIX, todas pressupunham uma dicotomia aguda entre o sujeito conhecedor e o objeto conhecido. Entretanto, o processo foi concebido: o modelo construído pelos filósofos mostrou sujeito e objeto, o homem e o mundo exterior, divididos e separados. Foi esta a grande fase do nascimento e desenvolvimento da ciência; as teorias do conhecimento foram fortemente influenciadas pela perspectiva dos pioneiros da ciência. O homem foi colocado claramente contra o mundo exterior. Atracou-se com ele como a uma coisa intratável e potencialmente hostil - intratável porque era difícil de compreender, potencialmente hostil porque era difícil de dominar. Com os êxitos da ciência moderna, esta perspectiva foi radicalmente modificada. O cientista de hoje está muito menos propenso a pensar que as forças da natureza sejam algo que se enfrenta do que algo em que coopere e que seja domado segundo os seus objetivos. As clássicas teorias do conhecimento não mais se adaptam à ciência mais nova e muito menos à ciência da física. Não surpreende que, durante os últimos 50 anos, os filósofos tenham começado a abordá-las em discussão e a reconhecer que o processo de conhecimento, longe de colocar sujeito e objeto distintamente separados, envolve uma medida de interrelação e interdependência entre eles. Isto é, entretanto, extremamente significativo para as ciências sociais. Na primeira conferência sugeri que o estudo de história é difícil de conciliar com a tradicional teoria empirista do conhecimento.

Gostaria agora de argumentar que as ciências sociais como um todo, desde que elas envolvem o homem, tanto como sujeito quanto como objeto, tanto como investigador quanto como coisa investigada, são incompatíveis com qualquer teoria do conhecimento que acentue um divórcio rígido entre sujeito e objeto. A sociologia, em sua tentativa de estabelecer-se como um corpo de doutrina coerente, erigiu muito justamente um ramo chamado de

sociologia do conhecimento. Isto, entretanto, ainda não foi muito longe - principalmente, suponho, porque tem se contentado em dar voltas e voltas dentro da gaiola de uma teoria tradicional do conhecimento. Se os filósofos, sob o impacto inicial da ciência física moderna, e agora da ciência social moderna, estão começando a fugir dessa gaiola e a construir, para os processos de conhecimento, algum modelo mais atual do que o velho modelo da bola de bilhar que foi o impacto exercido pelos dados sobre uma consciência passiva - eis aí um bom presságio para as ciências sociais e para a história em particular. Trata-se de uma questão importante à qual voltarei mais tarde, quando vier a considerar o que queremos significar com objetividade em história.

Por último, mas nem por isso menos importante, resta falar da opinião de que a história, estando intimamente envolvida em questões de religião e moralidade, distingue-se, em consequência, da ciência em geral e talvez mesmo das outras ciências sociais. Da relação da história com a religião direi apenas o mínimo necessário para deixar clara minha própria posição. O fato de ser um bom astrônomo não impede de acreditar num Deus que criou e ordenou o universo. Mas não é compatível com a crença num Deus que intervenha à vontade para mudar o curso de um planeta, para adiar um eclipse ou para alterar as regras do jogo cósmico. Da mesma maneira, aventa-se, por vezes, que um historiador competente pode acreditar num Deus que ordenou, dando-lhe sentido, o curso da história como um todo, embora ele não possa acreditar no tipo de Deus do Velho Testamento que intervém para matar as amalecitas ou burlar o calendário, estendendo as horas de luz do dia para ajudar o exército de Josué. Nem ele pode invocar Deus como uma explicação de acontecimentos históricos particulares. O padre D'Arcy, num livro recente, tentou fazer esta distinção:

“Não adiantaria para um estudante responder qualquer questão de

história dizendo que foi o dedo de Deus. Mas só nos será permitido tecer considerações mais amplas quando conseguirmos ordenar a maior parte dos acontecimentos terrenos e o drama da humanidade”²³.

O esquisito desta posição é que ela parece tratar a religião como o coringa no baralho, que é reservado para jogadas realmente importantes que não poderiam ser ganhas sem ele. Karl Barth, teólogo luterano, fez melhor ao declarar a total separação entre a história divina e a secular, sendo esta entregue ao braço secular. O professor Butterfield, pelo que dele entendo, quer significar a mesma coisa quando fala de história “técnica”. A história técnica é o único tipo de história que você ou eu temos probabilidade de algum dia escrever, ou ele próprio sempre escreveu. Mas, pelo uso deste epíteto estranho, ele se reserva o direito de acreditar numa história esotérica e providencial com a qual os outros não precisam se preocupar. Escritores como Berdyaev, Niebuhr e Maritain propõem-se a sustentar o *status* autônomo da história mas insistem em que o fim ou os objetivos da história estão fora da história. Pessoalmente acho difícil conciliar a integridade da história com a crença em alguma força suprahistórica da qual dependem seu significado e seu sentido - seja essa força o Deus de um Povo Escolhido, um Deus cristão, a Mão Oculta do deísta, ou seja o Espírito do Mundo de Hegel. Para os objetivos destas conferências, digamos que o historiador deve solucionar seus problemas sem recorrer a qualquer *deus ex machina*, que a história é uma partida jogada, por assim dizer, sem coringa no baralho.

A relação da história com a moralidade é mais complicada e as discussões sobre ela, no passado, foram prejudicadas por diversas ambigüidades. Não seria mais necessário, nos dias de hoje, provar que o historiador não precisa emitir julgamentos morais sobre a vida particular dos personagens em sua história. Os pontos de vista do historiador e do moralista não são idênticos. Henrique VIII pode ter sido um mau marido e um bom rei. Mas o historiador está interessado nele, na sua qualidade de marido, apenas

na medida em que ela afetou os acontecimentos históricos. Se seus delitos morais tivessem tido um efeito aparente tão pequeno sobre os negócios públicos quanto os de Henrique II, o historiador não precisaria preocupar-se com eles. Isto é válido no tocante às virtudes tanto quanto no tocante aos vícios. Dizem que Pasteur e Einstein foram homens de vida privada exemplar e até mesmo santa. Mas suponhamos que tivessem sido maridos infiéis, pais cruéis e colegas inescrupulosos: teriam sido menores as suas realizações históricas? Estas são as preocupações do historiador. Dizem que Stálin comportou-se cruel e insensivelmente com sua segunda esposa. Entretanto, como historiador dos assuntos soviéticos, isto não me interessa. O que não significa que a moral particular não seja importante ou que a história da moral não seja uma parte legítima da história. Mas o historiador não muda de rumo para emitir julgamentos morais sobre a vida privada dos indivíduos que aparecem em suas páginas. Ele tem outras coisas a fazer.

A ambigüidade mais séria surge com a questão dos julgamentos morais sobre ações públicas. A crença no dever do historiador de preferir julgamentos morais sobre os personagens do seu drama tem uma longa linhagem. Ela jamais foi tão poderosa na Grã-Bretanha do século XIX, quando foi reforçada pelas tendências moralizantes da época e pelo culto desinibido do individualismo. Rosebery acentuou que o que o povo inglês queria saber sobre Napoleão era se ele foi “um homem bom”²⁴. Acton, em sua correspondência com Creighton, declarou que “a inflexibilidade do código moral é o segredo da autoridade, da dignidade e da utilidade da história” e invocou fazer da história “um árbitro de controvérsia, um guia do errante, um sustentáculo daquele padrão moral que os próprios poderes da terra e da religião tendem constantemente a comprimir”²⁵ - uma visão baseada na crença quase mística de Acton na objetividade e na supremacia dos fatos históricos, o que exige do historiador e lhe dá o direito de, em nome

da história, com um tipo de poder supra-histórico, emitir julgamentos morais sobre a participação dos indivíduos nos acontecimentos históricos. Esta atitude ainda reaparece às vezes sob formas inesperadas. O professor Toynbee descreveu a invasão da Abissínia, atual Etiópia, por Mussolini em 1935 como um “pecado pessoal deliberado”²⁶; e Sir Isaiah Berlin, num ensaio já citado, insiste com grande veemência que é o dever do historiador “julgar Carlos Magno ou Napoleão ou Genghis Khan ou Hitler ou Stálin por seus massacres”²⁷. Esta visão foi severamente criticada pelo professor Knowles, que em sua conferência inaugural citou a denúncia de Felipe II por Motley (“se há vícios... dos quais ele estava isento, é porque não é permitido pela natureza humana atingir a perfeição mesmo no mal”) e a descrição do rei João por Stubbs (“contaminado por todos os crimes que podiam desgraçar um homem”) como exemplos de julgamentos morais sobre indivíduos que não está dentro da competência do historiador proferir: “O historiador não é um juiz, muito menos um juiz que enforca”²⁸. Mas Croce também tem uma passagem admirável sobre este ponto, que eu gostaria de citar:

“A acusação esquece a grande diferença de que nossos tribunais (sejam jurídicos ou morais) são tribunais de hoje, destinados a homens vivos, ativos e perigosos, enquanto que aqueles outros homens já compareceram ao tribunal de seu tempo e não podem ser condenados ou absolvidos duas vezes. Eles não podem ser responsabilizados perante qualquer tribunal, qualquer que seja, apenas por serem homens do passado, que pertencem à paz do passado e como tal só podem ser sujeitos da história e não podem passar por outro julgamento a não ser por aquele que penetre e compreenda o espírito de seu trabalho... Aqueles que, sob a alegação de narrarem história, agitam-se como juizes, condenando aqui e absolvendo lá, porque pensam que esta é a função

da história... são geralmente reconhecidos como desprovidos de sentido histórico.”²⁹

E se formos recriminados por declararmos que não nos cabe emitir julgamento moral sobre Hitler ou Stálin - ou, se preferirem, sobre o senador McCarthy -, isto é porque eles foram contemporâneos da maioria de nós, porque centenas de milhares daqueles que sofreram direta ou indiretamente suas ações ainda estão vivos e porque, exatamente por estas razões, é difícil para nós abordá-los como historiadores e despojarmo-nos de outras capacidades que poderiam nos justificar emitir julgamento sobre seus feitos: esta é uma das dificuldades - deveria dizer, a principal dificuldade - para o historiador do contemporâneo. Mas, de que adiantaria hoje denunciar os pecados de Carlos Magno ou de Napoleão?

Rejeitamos, portanto, a idéia que se tem do historiador como um juiz que enforca e passemos para a questão mais difícil, porém mais proveitosa, de emitir julgamentos morais não sobre indivíduos, mas sobre acontecimentos, instituições ou políticas do passado. Tais são os julgamentos importantes do historiador; aqueles que insistem com tanto fervor na condenação moral do indivíduo às vezes fornecem inconscientemente um alibi para grupos e sociedades inteiros. O historiador francês Lefévre, procurando livrar a Revolução Francesa da responsabilidade pelos desastres e derramamentos de sangue das guerras napoleônicas, atribuiu-os à “ditadura de um general... cujo temperamento... não podia se acomodar espontaneamente à paz e à moderação”³⁰. Os alemães hoje dão boas-vindas à denúncia da perversidade individual de Hitler como uma alternativa satisfatória para o julgamento moral do historiador sobre a sociedade que o produziu. Russos, ingleses e americanos unem-se prontamente em ataques pessoais a Stálin, Neville Chamberlain ou McCarthy como bodes expiatórios para suas faltas coletivas. Além disso, julgamentos morais laudatórios sobre

indivíduos podem ser tão decepcionantes e perniciosos quanto a denúncia moral de indivíduos. O reconhecimento de que alguns donos de escravos eram individualmente bem intencionados foi usado com frequência como uma desculpa para não condenar a escravidão como imoral. Max Weber refere-se à “escravidão sem senhores, em cujas malhas o capitalismo envolve o operário ou o devedor” e corretamente argumenta que o historiador deveria emitir julgamento moral sobre a instituição, mas não sobre os indivíduos que a criaram³¹. O historiador não se arroga o direito de julgar um déspota oriental isolado. Mas não se requer dele que permaneça indiferente e imparcial, digamos entre o despotismo oriental e as instituições de Atenas na época de Péricles. Ele não emitirá julgamento sobre o dono de escravos isolado. Mas isto não o impede de condenar a sociedade escravista. Os fatos históricos, como vimos, pressupõem certa dose de interpretação e as interpretações históricas sempre envolvem julgamentos morais - ou, caso prefiram uma expressão que soe mais neutra, julgamentos de valores.

Eis aí, entretanto, apenas o começo de nossas dificuldades. A história é um processo de luta no qual os resultados, bons ou maus, são atingidos por alguns grupos direta ou indiretamente - e, com mais frequência, mais direta do que indiretamente - à causa dos outros. Os perdedores pagam. O sofrimento nasce com a história. Todos os grandes períodos da história têm seus desastres e suas vitórias. Trata-se de uma questão muito complicada porque não temos meio que nos permita pesar o maior bem de alguns contra o sacrifício de outros: no entanto, deve-se tentar pesar. Não se trata de um problema exclusivamente de história. Na vida comum deixamo-nos levar, mais frequentemente do que julgamos, pela necessidade de preferir o mal menor ou de fazer o mal para provocar o bem. Em história a questão às vezes é discutida sob a rubrica “custo do progresso” ou “o preço da revolução”. Isto pode dar errado. Como Bacon diz no ensaio *On innovations*, “a retenção

teimosa de um costume é uma coisa tão turbulenta quanto uma inovação”. O custo da preservação cai tão pesadamente sobre os desprivilegiados quanto o custo da inovação sobre aqueles que perdem seus privilégios. A tese de que o bem de alguns justifica o sofrimento de outros está implícita em qualquer governo e é uma doutrina tão conservadora quanto radical. O Dr. Johnson invocou vigorosamente o argumento do menor mal para justificar a manutenção das desigualdades existentes:

“Que alguns sejam felizes é melhor do que nenhum ser feliz, o que seria o caso num estado geral de igualdade.”³²

Mas é em períodos de mudança radical que o problema aparece em sua forma mais dramática; é aqui que achamos mais fácil estudar a atitude do historiador em relação a ele.

Tomemos o exemplo da industrialização da Grã-Bretanha entre, digamos, por volta de 1780 e 1870. De fato, todo historiador tratará a revolução industrial, provavelmente sem discussão, como uma realização grande e progressista. Ele também descreverá a expulsão dos camponeses da terra, o arrebanhamento de trabalhadores em fábricas insalubres e residências anti-higiênicas, a exploração do trabalho infantil.

Provavelmente dirá que ocorreram abusos no funcionamento do sistema e que alguns padrões foram mais impiedosos do que os outros, deter-se-á com algum fervor no crescimento gradual de uma consciência humanitarista, uma vez estabelecido o sistema. Mas presumirá, mais uma vez sem reconhecê-lo, que, seja como for, as medidas de coerção e exploração nos primeiros estágios foram uma parte inevitável do preço da industrialização. Nunca ouvi um historiador dizer que, em vista do custo, teria sido melhor abrir mão do progresso e não se industrializar; se tal historiador existisse, sem dúvida pertenceria à escola de Chesterton e Belloc - e, bem apropriadamente, não seria levado a sério por historiadores sérios. Este exemplo é de particular interesse

para mim porque espero em breve, na minha história da Rússia soviética, abordar o problema da coletivização do camponês como parte do preço da industrialização; bem sei que se eu, seguindo o exemplo de historiadores de revolução industrial inglesa, deplorar as brutalidades e os abusos da coletivização, mas tratar processo como uma parte inevitável do custo de uma política de industrialização desejável e necessária, incorrerei em acusações de cinismo e de justificação de coisas más. Historiadores justificam a colonização da Ásia e da África no século XIX pelas nações ocidentais baseados não apenas em seus efeitos imediatos sobre a economia mundial mas também em suas conseqüências a longo prazo para os povos atrasados destes continentes. Afinal, diz-se, a Índia moderna é filha da dominação inglesa; a China moderna é o produto do cruzamento do imperialismo ocidental do século XIX com a influência da Revolução Russa. Infelizmente, não foram os operários chineses que trabalharam nas fábricas de propriedades dos ocidentais, nos portos abertos pelos tratados, ou nas minas sulafricanas, ou no *front* ocidental da Primeira Guerra Mundial, que sobreviveram para desfrutar a glória ou os benefícios, quaisquer que tenham sido, decorrentes da Revolução Chinesa. Aqueles que pagam o custo raramente são aqueles que colhem os benefícios. A bem conhecida e elaborada citação de Engels é muito adequada:

“A história é talvez a mais cruel de todas as deusas e conduz seu carro triunfal sobre montes de cadáveres, não somente na guerra, mas também no desenvolvimento econômico ‘pacífico’. E nós, homens e mulheres, somos infelizmente tão estúpidos que nunca tomamos coragem para empreender o progresso real a menos que sejamos pressionados por sofrimentos que parecem desproporcionais”³³.

O famoso gesto de desafio de Ivan Karamazov é uma falácia heróica. Nascemos dentro da sociedade, nascemos dentro da história. Em nenhum

momento nos é oferecido um bilhete de entrada com a opção de aceitá-lo ou rejeitá-lo. Não mais do que o teólogo, o historiador tem uma resposta conclusiva para o problema do sofrimento. Também ele recorre à tese do mal menor e do bem maior.

Mas o fato de o historiador, diferentemente do cientista, envolver-se, pela natureza de seu material nestas questões de julgamento moral implicará na submissão da história a um padrão de valores supra-histórico? Não acho que implique. Vamos admitir que concepções abstratas como “bom” e “mau” e seu desenvolvimento mais sofisticado fiquem além dos limites da história. Mas, mesmo assim, estas abstrações desempenham no estudo da moralidade histórica exatamente o mesmo papel que as fórmulas matemáticas e lógicas na ciência física. Elas são categorias de pensamento indispensáveis; mas são desprovidas de significado ou aplicação até que adquiram um conteúdo específico. Se preferirem uma metáfora diferente, os preceitos morais que aplicamos em história ou na vida cotidiana são como cheques bancários: possuem uma parte impressa e uma escrita. A parte impressa consiste de palavras abstratas como liberdade e igualdade, justiça e democracia. Estas são as categorias, essenciais. Mas o cheque é sem valor até que preenchamos a outra parte, que afirma quanta liberdade nos propomos a transferir para alguém, quem reconhecemos como nosso igual e em que quantidade. A maneira pela qual, de tempos em tempos, preenchamos o cheque é o assunto de história. O processo pelo qual o conteúdo histórico específico é dado a concepções morais abstratas é um processo histórico; aliás, nossos julgamentos morais são feitos dentro de uma estrutura conceitual que é ela própria a criação da história. A forma favorita da controvérsia internacional contemporânea sobre tendências morais é um debate de apelos rivais para liberdade e democracia. As concepções são abstratas e universais. Mas o seu conteúdo variou através da história, no tempo e no espaço; qualquer questão

prática de sua aplicação só pode ser entendida e debatida em termos históricos. Para tomar um exemplo ligeiramente menos popular, tentou-se usar o conceito de “racionalidade econômica” como um critério objetivo e não controvertido pelo qual as políticas econômicas, naquilo que tinham de desejáveis, podiam ser testados e julgados. A tentativa logo falhou. Teóricos formados nas leis da economia clássica condenam, em princípio, o planejamento como uma intrusão irracional em processos econômicos racionais; por exemplo, os planejadores recusam que sua política de preços seja limitada pela lei da oferta e da procura e que os preços sob o planejamento não possam ter base racional. Pode naturalmente ser verdade que os planejadores freqüentemente se comportem irracionalmente e, portanto, tolamente. Mas o critério pelo qual eles devem ser julgados não é a velha “racionalidade econômica” da economia clássica. Pessoalmente, simpatizo mais com o argumento inverso de que foi a economia descontrolada e desorganizada do *laissez-faire* que foi essencialmente irracional e de que o planejamento é uma tentativa de introduzir “racionalidade econômica” no processo. Mas o único ponto que desejo destacar no momento é a impossibilidade de erigir um padrão abstrato e supra-histórico pelo qual as ações históricas possam ser julgadas. Ambos os lados derivam inevitavelmente de tal padrão o conteúdo específico apropriado às suas próprias condições e aspirações históricas.

Esta é a acusação real daqueles que procuram erigir um padrão ou critério suprahistórico à luz do qual se faz o julgamento das situações ou dos acontecimentos históricos - quer seja aquele padrão derivado de alguma autoridade divina postulada pelos teólogos, quer seja de uma Razão estática ou de uma Natureza postulada pelos filósofos da Ilustração. Não é que ocorram deficiências na aplicação dos padrões ou defeitos no próprio padrão. É que a tentativa de erigir tal padrão é anti-histórica e contradiz a própria

essência da história. Ela fornece uma resposta dogmática para questões que o historiador está inclinado, por sua vocação, a levantar incessantemente: o historiador que aceita respostas antecipadas para estas questões trabalha com os olhos vendados e renuncia à sua vocação. História é movimento e movimento implica em comparação. Eis por que os historiadores tendem a expressar seus julgamentos morais em palavras da natureza comparada, como “progressista” e “reacionário”, e não em absolutos não comprometedores tais como “bom” e “mau”, estas são tentativas de definir sociedades ou fenômenos históricos diferentes não em relação a algum padrão absoluto, mas em sua relação um com o outro. Além disso, quando examinamos estes valores supostamente absolutos e extra-históricos, achamos que eles também estão de fato enraizados na história. A emergência de um certo valor ou ideal em determinado tempo ou lugar explica-se pelas condições históricas de tempo e lugar. O conteúdo prático de absolutos hipotéticos como igualdade, liberdade, justiça ou direito natural varia segundo a época e segundo o continente. Todo grupo tem seus próprios valores que estão enraizados na história. Todo grupo protege-se contra a intrusão de valores alheios e inconvenientes, marcando-os com epítetos injuriosos tais como burguês e capitalista, ou antidemocrático ou totalitário, ou, ainda mais cruelmente, como antiinglês ou antiamericano. O padrão ou valor abstrato divorciado da sociedade e divorciado da história é, como o indivíduo abstrato, uma ilusão. O historiador sério é aquele que reconhece o caráter de todos os valores historicamente condicionados, não aquele que reivindica para seus próprios valores uma objetividade acima da história. As crenças que mantemos e os padrões de julgamento que colocamos são parte da história e estão tanto sujeitos à investigação histórica como qualquer outro aspecto do comportamento humano. Poucas são as ciências - menos ainda as ciências sociais - que iriam hoje reivindicar independência total. Mas a história não

depende fundamentalmente de qualquer coisa fora de si mesma que a diferencie de qualquer outra ciência.

Vamos resumir o que tentei dizer sobre a reivindicação da história para ser incluída entre as ciências. A palavra ciência já cobre tantos ramos diferentes de conhecimento, empregando tantos métodos e técnicas diferentes, que o ônus parece ficar com aqueles que procuram excluir a história mais do que com aqueles que procuram incluí-la. É importante que os argumentos para exclusão não venham de cientistas ansiosos por excluir historiadores de sua seleta companhia, mas de historiadores e filósofos ansiosos por reivindicar o *status* da história como um ramo das letras humanas. A disputa reflete o preconceito da velha divisão entre as humanidades e a ciência, em que as humanidades supunham-se representar a cultura ampla da classe dominante e a ciência, a perícia dos técnicos que a serviam. As palavras “humanidades” e “humanas” são elas próprias, neste contexto, uma sobrevivência deste preconceito de longa data; o fato de que a antítese entre a ciência e história só faz sentido na língua inglesa sugere o caráter peculiarmente insular do preconceito. Minha objeção ocasião principal à recusa de chamar história uma ciência é que ela justifica e perpetua a brecha entre as chamadas “duas culturas”. A brecha em si é um produto deste antigo preconceito, baseado numa estrutura de classe da sociedade inglesa que pertence ao passado; eu mesmo não estou convencido de que o abismo que separa o historiador do geólogo é em alguma medida mais profundo ou mais intransponível do que o abismo que separa o geólogo do físico. Mas a maneira de emendar a brecha não é, segundo penso, ensinar ciência elementar aos historiadores ou história elementar aos cientistas. Trata-se de um beco sem saída para o qual temos sido levados pelo pensamento obscuro. Afinal, os próprios cientistas não se comportam dessa maneira. Nunca ouvi falar de engenheiros

sendo aconselhados a freqüentar aulas elementares de botânica.

Sugeriria, como remédio, melhorar o padrão de nossa história, torná-la - se assim ousou dizer - mais científica, exigir mais rigor daqueles que a fazem. A história como uma disciplina acadêmica nesta universidade, é às vezes considerada como o último recurso para aqueles que acham os clássicos difíceis demais e a ciência séria demais. Uma impressão que espero transmitir nestas conferências é que a história é um assunto bem mais difícil do que os clássicos e tão séria quanto qualquer ciência. Mas este remédio implicaria numa fé mais forte entre os próprios historiadores naquilo que eles estão fazendo, Sir Charles Snow, numa recente conferência sobre este tema, abordou um ponto em que contrastou o otimismo “obstinado” do cientista com a “voz velada” e o “sentimento anti-social” do que ele chamou o “intelectual literário”³⁴. Alguns historiadores - e a maioria daqueles que escrevem sobre história sem ser historiadores - pertencem a esta categoria de “intelectuais literários”. Eles estão tão ocupados dizendonos que a história não é uma ciência e explicando o que não pode e não deve ser ou fazer, que não têm tempo para suas realizações e suas potencialidades.

A outra maneira de remediar a brecha é promover uma compreensão mais profunda da identidade de objetivo entre cientistas e historiadores; este é o valor principal do novo e crescente interesse na história e na filosofia da ciência. Cientistas, cientistas sociais e historiadores estão todos engajados em ramos diferentes do mesmo estudo: o estudo do homem e seu meio ambiente, dos efeitos do homem sobre seu meio ambiente e do meio ambiente sobre o homem. O objeto de estudo é o mesmo: aumentar a compreensão que o homem tem do seu meio ambiente e aumentar o seu domínio sobre eles. As pressuposições e os métodos do físico, do geólogo, do psicólogo e do historiador diferem largamente quanto aos pormenores; nem quero me comprometer com a proposição de que o historiador, a fim de ser mais

científico, deve seguir mais de perto os métodos da ciência física. Mas historiador e cientista físico estão unidos pelo propósito fundamental de procurar explicar e pelo procedimento fundamental de perguntar e responder. O historiador, como qualquer outro cientista, é um animal que incessantemente faz a pergunta “Por quê”? Na próxima conferência examinarei as maneiras pelas quais ele coloca a pergunta e tenta respondê-la.

1. B. Russell, *Portraits from memory*, 1958, p. 20.
2. Mais tarde, por volta de 1874, Bradley fez a distinção entre ciência e história como estando a ciência relacionada com o eterno e “permanente”. In F. H. Bradley, *Collected essays*, 1935, introdução, p. 36.
3. *Thoughts and details on scarcity*, 1795, em *The works of Edmund Burke*, 1846, iv, p. 270; Burke deduziu que não estava “dentro da competência do governo, tomado como governo, ou mesmo do rico, como rico, fornecer ao pobre aqueles necessários que aprove à Divina Providência negar-lhes por enquanto”.
4. M. R. Cohen e E. Nagel, *Introduction to logic and Scientific method*, 1934, p. 596.
5. Sir Charles Ellis em *Trinity Review*, Cambridge, Lent Term, 1960, p. 14.
6. Marx-Engels, *Gesamtausgabe*, I, vi, p. 179.
7. W. Sombart, *The quintessence of capitalism*, tradução inglesa de 1915, p. 354.
8. G. Sorel, *Matériaux d'une théorie du prolétariat*, 1919, p. 7.
9. Dr. J. Ziman em *The Listener*, 18 de agosto de 1960.
10. *Poetics*, capítulo ix.
11. R. G. Collingwood, *Historical imagination*, 1935, p. 5.
12. *Leviathan*, I, iv.
13. *Decline and fall of the roman empire*, capítulo xx, 1. 98
14. *History of the French Revolution*, I, v. capítulo 9; III, introdução, capítulo 1.
15. J. Burckhardt, *Judgements on history and historians*, 1959, p. 34.
16. *Cambridge Modern History*, ii, 1958, p. 20.
17. Marx e Engels, *Works*, edição russa, xv, p. 378. A carta da qual esta passagem é citada apareceu no jornal russo *Otechiestvennye Zapiski* em 1877. O professor Popper parece associar Marx àquilo que ele chama “o erro central do historicismo”, a crença de que tendências ou orientações históricas “podem ser derivadas imediatamente de leis universais por si só”. (*The poverty of historicism*, 1957, pp. 128-9) Isto é precisamente o que Marx negou.
18. Esta parece ser a opinião do professor Popper em *The open Society*, 2ª ed., 1952, ii, p. 322. Infelizmente, ele dá um exemplo de uma lei sociológica: “Sempre que a liberdade de

pensamento e a de comunicação de pensamento são efetivamente protegidas por instituições legais e instituições que assegurem a publicidade de discussão, haverá progresso científico”. Isto foi escrito em 1942 ou 1943 e foi evidentemente inspirado pela crença de que as democracias ocidentais, em virtude de seus dispositivos institucionais, permaneceriam na vanguarda do progresso científico - crença esta desde então afastada ou severamente modificada pela evolução dos acontecimentos na União Soviética.

Longe de ser uma lei, nem mesmo foi uma generalização válida.

19. K. Mannheim, *Ideology and utopia*, tradução inglesa de 1936, p. 228.
20. *Cours de philosophie positive*, introdução, p. 51.
21. K. Mannheim, *Ideology and utopia*, 1936, p. 130.
22. Este argumento foi desenvolvido pelo autor em *The bolshevik revolution, 1917-1923*, introdução, 1950, p. 42.
23. M.C. D’Arcy, *The sense of history: secular and Sacred*, 1959, p. 164. Ele fora precedido por Políbio: “Sempre que é possível descobrir a causa do que está acontecendo, não se deveria recorrer aos deuses”. Citado por K. Von Fritz, *The theory of the mixed constitution in antiquity*, Nova York, 1954, p. 390.
24. Rosebery, *Napoleon: the last phase*, p. 364.
25. Acton, *Historical essays and Studies*, 1907, p. 505.
26. *Survey of International affairs*, 1935, ii, 3.
27. I. Berlin, *Historical inevitability*, pp. 76-7. A atitude de Sir Isaiah recorda as visões daquele violento jurista conservador do século XIX, Fitzjames Stephen: “O direito criminal baseia-se, assim, no princípio de que é moralmente correto odiar os criminosos... É altamente desejável que os criminosos sejam odiados, que as penas que lhes são impostas sejam concebidas de modo a dar expressão àquele ódio e a justificá-lo na medida em que o público possua os meios de exprimir e de gratificar um saudável sentimento natural capaz de justificá-lo e encorajá-lo”. In *A history of the criminal law of England*, 1883, ii, pp. 81-2, citado em L. Radzinowicz, *Sir James Fitzjames Stephen*, 1957, p. 30. Nem todos os criminologistas ainda possuem estas opiniões; mas minha querela com todas opiniões é que, seja qual for sua validade em qualquer outro lugar, elas não são aplicáveis aos veredictos da história.
28. D. Knowles, *The historian and character*, 1955, pp. 4-5, 12 e 19.
29. B. Croce, *History as the story of liberty*, tradução inglesa de 1941, p. 47.
30. *Peuples et civilisations*, volume xiv: *Napoléon*, p. 58.
31. Citado em *From Max Weber: essays in sociology*, 1947, p. 58.
32. Boswel, *Life of doctor Johnson*, 1776, Everyman (ed.), ii, p. 20. Este tem o mérito da franqueza; Burckhardt, em *Judgements on history and historians* p. 85, derrama lágrimas sobre os “lamentos silenciados” das vítimas do progresso, “que, como regra, nada mais queriam a não *ser parta tueri*”, mas ele próprio silencia sobre os lamentos das vítimas do

ancien régime que, como regra, nada tinham a preservar.

33. Carta de 24 de fevereiro de 1893 para Danielson em Karl Marx an Friedrich Engels: Correspondence 1846-1895, 1934, p. 510.
34. C. P. Snow, *The two cultures and the Scientific revolution*, 1959, pp. 4-8.

IV. A Causa na História

O leite, quando ferve na leiteira, derrama. Não sei, e nunca quis saber, por que isto acontece; se me pressionarem, provavelmente atribuiria o fenômeno a uma propensão do leite para derramar quando ferve, o que é verdade mais nada explica. Da mesma maneira alguém pode ler, ou mesmo escrever, sobre os acontecimentos do passado sem querer saber por que eles aconteceram, ou contentar-se em dizer que a Segunda Guerra Mundial ocorreu por que Hitler queria a guerra, o que também é verdade mais nada explica. Mas não se deveria então cometer o solecismo de chamar tal pessoa de estudiosa da história ou de historiadora. O estudo da história, é um estudo de causas. O historiador, como dissemos no fim da última conferência, continuamente faz a pergunta “por quê?”, e não descansa enquanto não tiver uma resposta. O grande historiador - ou talvez devesse dizer mais amplamente, o grande pensador - é o homem que faz a pergunta “por quê?” sobre coisas novas ou em novos contextos.

Heródoto, o pai da história, definiu seu propósito na abertura da sua obra: preservar a memória dos feitos dos gregos e dos bárbaros e “em particular, além de tudo o mais, dar a causa da luta que travaram entre si”. Heródoto teve poucos discípulos no mundo antigo: mesmo Tucídides foi acusado de não ter uma concepção clara de causa¹. Mas quando começaram a ser lançados, no século XVIII, os fundamentos da historiografia moderna, Montesquieu, em *Considerações sobre as causas da grandeza dos romanos e da sua ascensão e queda*, tomou como ponto de partida os princípios de que “há causas gerais, morais ou físicas, que funcionam em toda a monarquia, levantando-a, mantendo-a ou derrubando-a” e que “tudo o que ocorre está sujeito a estas causas”. Poucos anos mais tarde, no *Espírito das leis*, Montesquieu

desenvolveu e generalizou esta idéia. Era absurdo supor que “o destino cego produziu todos os resultados que vemos no mundo”. Os homens “não eram governados unicamente por suas fantasias”; o comportamento deles seguia certas leis ou princípios derivados da “natureza das coisas”². A partir daí, durante cerca de duzentos anos, historiadores e filósofos da história estiveram muito ocupados tentando organizar a experiência passada da humanidade através da descoberta das causas dos acontecimentos históricos e das leis que as regeram. Às vezes as causas e as leis eram imaginadas em termos mecânicos e às vezes biológicos; outras vezes eram tidas como metafísicas, como econômicas ou, ainda, como psicológicas. Mas era aceita a doutrina de que a história consistia em organizar os acontecimentos do passado numa seqüência ordenada de causa e efeito. “Se você nada tem a dizer-nos”, escreveu Voltaire em seu artigo sobre a história para a Enciclopédia, “salvo que um bárbaro sucedeu a outro nas margens do Oxus e do Iaxarte, que importância tem isto para nós?”*. Nos últimos anos o quadro foi um pouco modificado. Como vimos na última conferência, não mais falamos, hoje em dia, de “leis” históricas; mesmo a palavra “causa” saiu de moda, em parte devido a certas ambigüidades filosóficas de que não tratarei aqui e, em parte, devido a sua suposta associação como o determinismo, de que passarei a tratar. Algumas pessoas, portanto, não falam de “causas” na história, mas de “explicação” ou de “interpretação” ou de “lógica da situação”, ou ainda de “lógica interna dos acontecimentos” (isto vem de Dicey), ou rejeitam a abordagem causai (por que isto aconteceu) em favor da abordagem funcional (como isto aconteceu), embora pareça envolver inevitavelmente a questão de como isto veio a acontecer e, assim, leva-nos de volta à pergunta: “Por quê?”

Outras pessoas distinguem tipos diferentes de causa - mecânica, biológica, psicológica e assim por diante - e consideram a causa histórica como uma categoria que lhe é própria. Embora alguma destas distinções

sejam, até certo ponto, válidas, talvez seja interessante acentuar, para os presentes objetivos, o que é comum a todos os tipos de causa e, não, o que as separa. Quanto a mim, contentar-me-ei em usar a palavra “causa” no sentido popular, deixando de lado estes refinamentos peculiares.

Vamos começar perguntando o que faz o historiador na prática quando se defronta com a necessidade de atribuir causas aos acontecimentos. A primeira característica da abordagem do historiador ao problema da causa é que ele comumente atribuirá diversas causas ao mesmo acontecimento. Marshall, o economista, certa vez escreveu que “as pessoas devem ser prevenidas de todas as maneiras possíveis para que não considerem a ação de qualquer causa... Sem levar em consideração as outras causas cujas conseqüências estão misturadas com ela”³. O candidato que num exame, em resposta à pergunta “Por que a revolução irrompeu na Rússia em 1917?”, apresentasse apenas uma causa teria muita sorte de ser aprovada com um “simplesmente”. O historiador lida com uma multiplicidade de causas.

* N.R. O Oxus ou Oaxes, hoje Amu-Daria ou Djihun, desemboca ao Sul do lago Aral e o Iaxarte, chamado Araxe por Heródoto, é hoje o Sir-Daria que deságua ao Norte do mesmo lago.

Se lhe pedissem para apresentar as causas da Revolução Bolchevique, ele enumeraria as sucessivas derrotas militares da Rússia, o colapso da economia russa em virtude da guerra, a propaganda eficaz dos bolcheviques, a falência do governo czarista em resolver o problema agrário, a concentração nas fábricas de Petrogrado de um proletariado miserável e explorado, o fato de que Lênin sabia o que queria e ninguém do outro lado sabia - em resumo, uma confusão fortuita de causas econômicas, políticas, ideológicas e pessoais, de causas a curto e a longo prazos.

Chegamos, assim, à segunda característica da abordagem do historiador. O candidato que, em resposta à nossa pergunta, ficou satisfeito

por alinhar, uma após outra, uma dúzia de causas da Revolução Russa e não foi mais além talvez obtivesse uma melhor nota, mas dificilmente um “muito bem”; “bem informado mas sem imaginação” seria provavelmente o julgamento dos examinadores. O verdadeiro historiador, confrontado com esta lista de causas de sua própria compilação, sentiria uma compulsão profissional para colocá-la em ordem, para estabelecer alguma hierarquia de causas que fixaria suas relações recíprocas e talvez decidir que causa, ou que categoria de causas, deveria ser vista “em último recurso” ou “na análise final” (frases favoritas dos historiadores) como a causa fundamental, a causa de todas as causas. Esta é a sua interpretação do tema; o historiador é conhecido pelas causas que invoca. Gibbon atribuiu o declínio e a queda do império romano ao triunfo do barbarismo e da religião. No século XIX, os historiadores ingleses da tendência *whig* atribuíram o poder e a prosperidade da Grã-Bretanha ao desenvolvimento das instituições políticas que incorporaram os princípios de liberdade constitucional. Gibbon e os historiadores ingleses do século XIX parecem hoje fora de moda, porque eles ignoram as causas econômicas que foram postas em primeiro plano pelos historiadores modernos. Todo argumento histórico gira em torno da questão da prioridade de causas.

Henri Poincaré, na obra que citei na última conferência, observou que a ciência estava avançando simultaneamente “em direção da variedade e da complexidade” e “em direção da unidade e da simplicidade”, e que este processo duplo e aparentemente contraditório foi uma condição necessária do conhecimento⁴. No tocante à história, isto também é verdadeiro. O historiador, ao expandir e aprofundar a sua pesquisa, acumula um número cada vez maior de respostas à pergunta “por quê?”. A proliferação, nos últimos anos, de história econômica, social, cultural e jurídica - para não mencionar os novos métodos de penetrar nas complexidades da história

política e as novas técnicas da psicologia e da estatística - aumentaram enormemente o número e a gama de nossas respostas. Bertrand Russell descreveu com precisão a situação da história ao observar que “cada progresso de uma ciência afasta-nos das cruas uniformidades que são observadas pela primeira vez com uma maior diferenciação de antecedentes e conseqüentes, e dentro de um círculo sempre maior de antecedentes que são reconhecidos como importantes”⁵. Mas o historiador, em virtude da sua necessidade de compreender o passado, é compelido simultaneamente, como o cientista, a simplificar a multiplicidade de suas respostas, a subordinar uma resposta a outra e a introduzir alguma ordem e unidade no caos de ocorrências e no caos das causas específicas. “Um Deus, uma Lei, um Elemento e um Acontecimento Divino longínquo”; ou Henry Adam, que buscava “uma grande generalização que acabaria com os clamores de alguém por uma educação”⁶ - tais coisas parecem hoje anedotas fora de moda. Mas ao historiador compete trabalhar através da simplificação tanto quanto através da multiplicação de causas. A história, como a ciência, avança por meio deste processo duplo e aparentemente contraditório.

Devo agora passar, sem grande entusiasmo, para dois temas que foram postos no nosso caminho como despistamento: um rotulado “determinismo na história ou a perversidade de Hegel”, e outro, “Acaso na história ou o nariz de Cleópatra”. Primeiramente, devo dizer uma palavra ou duas sobre como eles chegaram a figurar aqui. O professor Karl Popper, que, nos anos 30 em Viena, escreveu um pesado trabalho sobre a nova visão em ciência (recentemente traduzido para o inglês sob o título *The logic of Scientific enquiry*), publicou em inglês, durante a guerra, dois livros de caráter mais popular: *The open Society and its enemies* e *The poverty of historicism*⁷. Ambos foram escritos sob a forte influência emocional da reação contra Hegel, que era tratado, junto com Platão, como o antecessor espiritual do

nazismo e contra o marxismo bem superficial que era o clima intelectual da esquerda britânica dos anos 30. Os principais alvos eram as filosofias da história, pretensamente deterministas, da autoria de Hegel e Marx, grupadas sob a denominação ultrajante de “historicismo”⁸. Em 1954, Sir Isaiah Berlin publicou seu ensaio sobre *Historical inevitability*. Não atacou Platão, talvez porque ainda tivesse respeito por aquele velho baluarte do *establishment* que era a Universidade de Oxford⁹; acrescentou à acusação o argumento, não encontrado em Popper, de que o “historicismo” de Hegel e Marx é objetável porque, examinando as ações humanas em termos causais, implica numa negação do livre arbítrio do homem e encoraja os historiadores a fugirem da sua suposta obrigação (de que falei na última conferência) de condenar moralmente os Carlos Magos, os Napoleões e os Stálin da história. Aliás, pouco mudou. Mas Sir Isaiah Berlin é um escritor merecidamente popular e amplamente lido. Durante os últimos cinco a seis anos, praticamente quem, neste país ou nos Estados Unidos, escreveu um artigo sobre história, ou mesmo uma recensão séria de uma obra histórica, mandou Hegel, Marx e o determinismo às favas e chamou a atenção para o absurdo de não reconhecerem o papel do acaso na história. Talvez seja injusto responsabilizar Sir Isaiah por seus discípulos. Mesmo quando diz disparates, Isaiah merece nossa indulgência, por dizer o que diz de uma forma sedutora e atraente. Os discípulos repetem o disparate e não o tornam atraente. De qualquer maneira, não há nisto tudo novidade alguma. Charles Kingsley, que não foi o mais notável de nossos professores régios* de história moderna, que provavelmente nunca lera Hegel ou nunca ouvira falar de Marx, falou na sua conferência inaugural, em 1860, do “misterioso poder do homem para desrespeitar as leis do seu próprio ser”, como prova de que não poderia existir uma “seqüência inevitável” na história¹⁰. Mas felizmente esquecemos Kingsley. O professor Popper e Sir Isaiah Berlin foram os que tentaram dar

ao historicismo uma aparência de vida; será necessária alguma paciência para esclarecer a confusão.

Primeiramente, analisemos o determinismo, que espero definir, sem controvérsias, como a crença de que tudo o que acontece tem uma causa ou várias causas, não podendo ter acontecido de outro modo, a menos que algo, na causa ou nas causas, também tivesse sido diferente¹¹. O determinismo não é um problema de história, mas de todo comportamento humano. O ser humano - cujas ações não têm causa e são, portanto, indeterminadas - é uma abstração tão grande quanto o indivíduo fora da sociedade de que tratamos numa conferência anterior. A afirmação do professor Popper de que “tudo é possível quando se trata do homem”¹² tem importância ou então é falsa. Normalmente ninguém acredita ou pode acreditar em tal coisa. O axioma de que tudo tem uma causa é uma condição da nossa capacidade de entender o que se passa à nossa volta¹³. A sensação de pesadelo dos romances de Kafka reside no fato de que nada do que acontece tem uma causa aparente ou uma causa que possa ser explicada: isto leva à total desintegração da personalidade humana, o que se baseia no pressuposto de que os acontecimentos têm causas, descobrindo-se que muitas dessas causas constroem na mente humana um padrão do passado e do presente, suficientemente coerente para guiar a ação.

* N.R. O professor régio é nomeado pelo rei em universidades como Oxford ou Cambridge. (N. T.)

A vida cotidiana seria impossível, a menos que se presumisse que o comportamento humano foi determinado por causas que são em princípio verificáveis. Em certa época algumas pessoas consideraram blasfêmia investigar as causas dos fenômenos naturais, desde que estes eram obviamente governados pela vontade divina. A objeção de Sir Isaiah Berlin à nossa explicação do *por quê* da ação humana, à base de que estas ações eram governadas pelo arbítrio do homem, pertence à mesma ordem de idéias e

talvez indique que as ciências sociais estão hoje no mesmo estágio de desenvolvimento em que estavam as ciências naturais quando esse tipo de argumento foi dirigido contra elas.

Vejam como enfrentamos esse problema no dia-a-dia. No decorrer de seus afazeres cotidianos, você habitualmente encontra Smith. Você o cumprimenta amavelmente, com um comentário genérico sobre o tempo ou sobre a situação geral da faculdade ou da universidade; ele responde com uma observação igualmente amável e genérica sobre o tempo ou a situação geral. Mas, suponhamos que numa determinada manhã Smith, ao invés de responder ao seu cumprimento da maneira habitual, iniciasse uma violenta diatribe contra sua aparência ou seu caráter pessoal. Será que você daria de ombros e acharia que se tratava de uma prova do livre arbítrio de Smith e do fato de que tudo é possível quando se trata do homem? Acredito que não. Pelo contrário, provavelmente você diria mais ou menos o seguinte: “Coitado do Smith! Como você sabe, o pai dele morreu num hospício”. Ou então: “Coitado do Smith! Ele deve estar tendo os maiores problemas com a mulher”. Em outras palavras, você procuraria diagnosticar a causa do comportamento aparentemente inexplicável de Smith, na firme convicção de que deve haver uma causa. Dessa forma, tenho a impressão de que você incorreria na ira de Sir Isaiah Berlin, que o acusaria amargamente, ao fornecer uma explicação causal do comportamento de Smith, de ter engolido os pressupostos deterministas de Hegel e Marx e de ter deixado de cumprir sua obrigação de denunciar Smith como um indivíduo malcriado. Mas ninguém normalmente aceita esta posição nem supõe que tanto o determinismo quanto a responsabilidade moral estejam em jogo. O dilema lógico sobre o livre arbítrio e o determinismo não aparece na vida real. Não é que algumas ações humanas sejam livres e outras determinadas. O fato é que todas as ações humanas são ao mesmo tempo livres e determinadas, de

acordo com o ponto de vista de quem as considere. A questão prática é outra vez diferente. A ação de Smith tinha uma causa, ou várias causas; mas, na medida em que não foi causada por alguma compulsão externa, mas pela própria compulsão de sua personalidade, ele foi moralmente responsável, desde que é uma condição da vida social que seres humanos normais adultos sejam moralmente responsáveis por suas próprias personalidades. Considerá-lo responsável nesse caso em particular é assunto para seu julgamento prático. Mas, se você o responsabiliza, isto não significa que você veja sua ação como não tendo causa: causa e responsabilidade moral são categorias distintas.

A Universidade de Cambridge criou, recentemente, um Instituto e uma Cadeira de Criminologia. Acho que não ocorreria, a quem estivesse ocupado em investigar as causas do crime, supor que assim estaria comprometido em negar a responsabilidade moral do criminoso.

Tomemos agora o historiador. Como qualquer outra pessoa, o historiador acredita que as ações humanas têm causas que, em princípio, podem ser averiguadas. Sem este pressuposto, a história, como a vida cotidiana, seria impossível. A função especial do historiador é a de investigar estas causas. Talvez isto lhe dê um especial interesse pelo aspecto determinado do comportamento humano: mas ele não rejeita o livre arbítrio - exceto na hipótese insustentável de que as ações voluntárias não têm causa. Nem ele se preocupa com a questão da inevitabilidade. Os historiadores, como as outras pessoas, às vezes caem numa linguagem retórica e falam de uma ocorrência como “inevitável” quando querem apenas significar que a conjunção de fatores que levaram a esperá-la era irresistivelmente forte. Recentemente, andei procurando a palavra ofensiva na minha própria historiografia e não posso dar a mim mesmo um atestado de que “nada consta”. Num determinado trecho escrevi que, após a Revolução de 1917, um

confronto entre os bolcheviques e a Igreja ortodoxa era “inevitável”. Sem dúvida teria sido mais sensato dizer “extremamente provável”. Mas posso ser acusado de achar a correção um pouco pedante? Na prática, os historiadores não afirmam que os acontecimentos sejam inevitáveis antes que eles tenham ocorrido. Frequentemente discutem cursos alternativos que podem ser tomados pelos personagens da história, na suposição de que havia opção, embora prossigam explicando, com razão, por que se preferiu um caminho e não outro. Nada na história é inevitável, exceto no sentido formal de que, para ter acontecido de outra forma, as causas antecedentes deveriam ter sido diferentes. Como historiador, estou perfeitamente preparado para passar sem “inevitável”, “irrevogável”, e mesmo “inelutável”. A vida será mais monótona. Mas deixemos o assunto para os poetas e metafísicos.

Esta acusação de inevitabilidade parece tão estéril e sem objetivos e tão grande foi a veemência com que ela foi tratada nos últimos anos que devemos procurar os seus motivos mais profundos. Suspeito de que a sua principal fonte foi aquilo que podemos chamar de escola de pensamento do “poderia ter sido” ou da emoção. Prende-se quase exclusivamente à história contemporânea. No último semestre, aqui em Cambridge, vi o anúncio de uma conferência que seria pronunciada perante uma associação qualquer, sob o título “Foi a Revolução Russa inevitável?” Tenho certeza de que ela pretendia ser uma conferência perfeitamente séria. Mas se tivéssemos visto o anúncio de uma palestra com o título “Foi a Guerra das Rosas inevitável?”, pensaríamos logo que se tratava de uma piada. O historiador escreve sobre a conquista normanda ou sobre a guerra de independência dos Estados Unidos como se o que aconteceu estivesse de fato destinado a acontecer, e como se fosse seu ofício simplesmente explicar o que aconteceu e por quê; ninguém o acusa de ser determinista e de deixar de discutir a possibilidade alternativa de que Guilherme, o Conquistador, ou os rebeldes americanos talvez pudessem

ter sido derrotados. Quando, entretanto, escrevo sobre a Revolução Russa de 1917 precisamente desta maneira - a única maneira própria para o historiador -, sou atacado pelos meus críticos por ter implicitamente descrito o que aconteceu como algo que estava destinado a acontecer e deixado de examinar todas as outras coisas que poderiam ter acontecido. Suponhamos, dizem eles, que Stolypin tivesse tido tempo para completar sua reforma agrária, ou que a Rússia não tivesse entrado na guerra: talvez a revolução não tivesse ocorrido; ou suponhamos que o governo Kerenski tivesse sido bem sucedido e que a liderança da revolução tivesse sido assumida pelos mencheviques ou pelos sociais revolucionários ao invés dos bolcheviques. Estas suposições são, teoricamente, concebíveis; sempre se pode fazer um jogo de salão com os “poderia ter sido” da história. Mas nada têm a ver com o determinismo, pois o determinista retrucará apenas que, para que estas coisas acontecessem, as causas também teriam sido diferentes. Também elas nada têm a ver com a história. Ocorre que hoje ninguém deseja seriamente inverter os resultados da conquista normanda ou da independência americana nem exprimir um protesto apaixonado contra estes fatos; ninguém objeta quando o historiador os trata como assunto encerrado. Mas muitas pessoas que sofreram diretamente ou indiretamente as conseqüências da vitória bolchevique ou ainda temem as suas conseqüências mais remotas desejam registrar seu protesto contra ela; isto toma a forma, quando estudam a história, de deixarem sua imaginação à solta sobre as coisas mais agradáveis que poderiam ter acontecido e de ficarem indignados com o historiador que continua calmamente com seu trabalho de explicar o que aconteceu e por que seus agradáveis sonhos permanecem irrealizados. A dificuldade da história contemporânea reside no fato de que as pessoas se recordam do tempo em que todas as opções ainda estavam em aberto e acham difícil adotar a atitude do historiador, para quem estas opções haviam sido substituídas pelo *fait*

accompli. Trata-se de uma reação puramente emocional e anti-histórica, mas que forneceu a maior parte do combustível para a recente campanha contra a suposta doutrina da “inevitabilidade histórica”. Vamo-nos livrar deste falso problema de uma vez por todas.

A outra fonte do ataque é o famoso enigma do nariz de Cleópatra. Esta é a teoria de que a história é, de um modo geral, um capítulo de acidentes, uma série de acontecimentos determinados por coincidência do acaso e atribuíveis somente às causas mais casuais. O resultado da Batalha de Actium não foi devido ao tipo de causas comumente postuladas pelos historiadores, mas à paixão de Marco Antônio por Cleópatra. Quando Bajazet foi impedido de invadir a Europa central por um ataque de gota, Gibbon observou que “uma indisposição que afete a fibra de um homem pode evitar ou suspender a infelicidade das nações”¹⁴. Quando o rei Alexandre da Grécia morreu no outono de 1920 devido a uma mordida de um macaco de estimação, este acidente acarretou uma série de acontecimentos que levaram Sir Winston Churchill a comentar que “duzentas e cinqüenta mil pessoas morreram desta mordida de macaco”¹⁵. Tomemos outra vez o comentário de Trotski sobre a febre que contraiu enquanto caçava patos e que o pôs fora de ação num dos momentos críticos de sua luta com Zinoviev, Kamenev e Stálin no outono de 1923: “Pode-se prever uma revolução ou uma guerra, mas é impossível prever as conseqüências de uma caçada de patos selvagens no outono”¹⁶. A primeira coisa a ser esclarecida é que esta questão não tem relação alguma com o problema do determinismo. A paixão de Marco Antônio por Cleópatra ou o ataque de gota de Bajazet, ou o calafrio de febre de Trotski, foram determinados tão casualmente quanto qualquer outra coisa. É desnecessariamente descortês com a beleza de Cleópatra sugerir que a paixão de Marco Antônio não tinha causa. A conexão entre a beleza feminina e a paixão masculina é das mais regulares seqüências de causa e efeito

observadas na vida cotidiana. Os chamados acidentes na história representam uma seqüência de causa e efeito que interrompe - e, por assim dizer, com ela se choca a seqüência que o historiador está primordialmente interessado em investigar. Bury, bem corretamente, fala de uma “colisão de duas correntes causais independentes”¹⁷. Sir Isaiah Berlin, que abre seu ensaio sobre *Historical inevitability* citando com louvor um artigo de Bernard Berenson sobre “A visão acidental da história” é um dos que confundem, neste sentido, acidente com uma ausência de determinação causal. Mas, afora esta confusão, temos um problema real em nossas mãos. Como se pode descobrir na história uma seqüência coerente de causa e efeito e achar qualquer significado na história quando nossa seqüência está sujeita a romper-se ou a ser desviada a qualquer momento por alguma outra seqüência, que é irrelevante segundo o nosso ponto de vista?

Podemos aqui fazer uma pausa por um momento, para falar da origem desta insistência, recente e difundida, sobre o papel do acaso na história. Políbio parece ter sido o primeiro historiador a ocupar-se com isto de maneira sistemática; Gibbon foi rápido em desmascarar a razão. “Os gregos”, observou Gibbon, “após seu país ter sido reduzido a uma província, atribuíram os triunfos de Roma não ao mérito, mas à sorte da república”¹⁸. Tácito, também historiador da decadência de seu país, foi outro historiador antigo a entregar-se a extensas reflexões sobre o acaso. A insistência renovada por parte dos historiadores britânicos sobre a importância do acidental na história data do crescimento de uma atmosfera de incerteza e apreensão que se estabeleceu no século atual e tornou-se marcante após 1914. O primeiro historiador britânico a bater nesta tecla depois de um longo intervalo parece ter sido Bury, que, num artigo de 1909 sobre o “Darwinismo na história”, chamou a atenção para “o elemento de coincidência casual” que, em grande parte, “ajuda a determinar acontecimentos na evolução social”; um

artigo especial foi dedicado, em 1916, a este tema, sob o título “O nariz de Cleópatra”¹⁹. H. A. L. Fisher, no trecho já citado que reflete a sua desilusão com a falência dos sonhos liberais após a Primeira Guerra Mundial, pede a seus leitores que reconheçam “o desempenho da contingência e do imprevisto na história”²⁰. A popularidade neste país de uma teoria da história como um capítulo de acidentes coincidiu com a ascensão na França de uma escola de filósofos que pregam que a existência - cito o famoso *L'être et le néant* de Sartre - não tem “causa, nem razão, nem necessidade”. Na Alemanha, o veterano historiador Meinecke, como já observamos, impressionou-se, no final de sua vida, com o papel do acaso na história. Meinecke censurou Ranke por não prestar suficiente atenção a isto; após a Segunda Guerra Mundial, atribuiu os desastres nacionais dos últimos 40 anos a uma série de acidentes, à vaidade do Kaiser, à eleição de Hindenburg para a Presidência da República de Weimar, ao caráter obsessivo de Hitler, e assim por diante - a falência da mente de um grande historiador sob a tensão das desgraças de seu país²¹. Verifica-se que, num grupo ou numa nação que não se encontra na crista dos acontecimentos históricos, predominam as teorias que acentuam o papel do acaso ou do acidental na história. A visão de que resultados de exame são todos uma loteria será sempre popular entre aqueles que foram alunos medíocres.

Revelar, porém, as origens de uma crença não implica em desprezá-la; ainda se está por descobrir exatamente o que o nariz de Cleópatra está fazendo nas páginas da história. Aparentemente foi Montesquieu quem primeiro tentou defender as leis da história contra esta intromissão. “Se uma causa em particular, como o resultado acidental de uma batalha, arruinou um Estado”, escreveu em sua obra sobre a grandeza e o declínio dos romanos, “havia uma causa geral que fez com que a queda desse Estado resultasse de uma única batalha”. Os marxistas também tiveram alguma dificuldade com

esta questão. Marx escreveu sobre ela apenas uma vez e numa única carta:

“A história mundial teria um caráter muito místico se não houvesse lugar para o acaso. O acaso em si torna-se, naturalmente, parte de tendência geral de desenvolvimento e é compensado por outras formas de acaso. Mas a aceleração e o retardamento dependem de tais ‘acidentes’, o que inclui o caráter ‘casual’ dos indivíduos que estão à frente de um movimento desde o início”²².

Marx fez, assim, a apologia do acaso na história sob três aspectos. Primeiro, não era muito importante; ele podia “acelerar” ou “retardar”, mas não, por implicação, radicalmente alterar o curso dos acontecimentos. Segundo, um acaso era compensado por outro, de maneira que, no final, o acaso se anulava. Terceiro, o acaso era especialmente ilustrado no caráter dos indivíduos²³. Trotski reforçou a teoria da compensação e do autocancelamento dos acidentes por uma engenhosa analogia:

“O processo histórico é inteiramente uma refração da lei histórica através do acidental. Na linguagem da biologia, poderíamos dizer que a lei histórica se realiza através da seleção natural de acidentes”²⁴.

Confesso que acho esta teoria insatisfatória e não convincente. O papel do acidente na história é hoje extremamente exagerado por aqueles que estão interessados em acentuar sua importância. Mas ele existe, e dizer que meramente acelera ou retarda mas não altera é fazer mágica com palavras. Nem vejo razão alguma para acreditar que uma ocorrência acidental - digamos, a morte prematura de Lênin aos 54 anos de idade - é automaticamente compensada por outro acidente a fim de que seja restabelecido o equilíbrio do processo histórico.

Igualmente inadequada é a opinião de que o acidente em história nada mais é que a medida de nossa ignorância - apenas um nome para algo que não conseguimos compreender²⁵. Isto, sem dúvida, às vezes acontece. Os planetas

receberam o nome de planetas - que quer dizer “errantes” - quando se supunha que eles vagavam ao acaso pelo céu e não se compreendia a regularidade de seus movimentos. Descrever algo como uma fatalidade é a maneira favorita de isentar-se da obrigação cansativa de investigar a sua causa; quando alguém me diz que a história é um capítulo de acidentes, logo suspeito de sua preguiça mental ou baixa capacidade intelectual. É comum entre os historiadores competentes salientar que algo até então tratado como accidental não era absolutamente um acidente, mas que pode ser racionalmente explicado e encaixado num padrão mais amplo de acontecimentos. Mas isto também não responde completamente a nossa pergunta. Acidente não é simplesmente algo que não conseguimos entender. A solução do problema do acidente na história deve, creio, ser procurada numa ordem de idéias bem diferente.

Num estágio anterior, vimos que a história começa com a seleção e a ordenação dos fatos pelo historiador para que se tornem fatos históricos. Nem todos os fatos são fatos históricos. Mas a distinção entre fatos históricos e não históricos não é rígida ou constante; qualquer fato pode, por assim dizer, ser promovido ao *status* de fato histórico a partir do momento que se distinguem sua relevância e sua significação. Vemos agora que um processo de certa forma semelhante está em funcionamento na abordagem das causas pelo historiador. A relação entre este e suas causas tem o mesmo caráter duplo e recíproco que a relação entre o historiador e seus fatos. As causas determinam sua interpretação do processo histórico e a interpretação determina sua seleção e ordenação das causas. A hierarquia das causas, a importância relativa de uma causa ou conjunto de causas, é a essência de sua interpretação, e isto fornece a indicação para o problema do accidental na história. O formato do nariz de Cleópatra, o ataque de gota de Bajazet, a mordida de macaco que matou o rei Alexandre, a morte de Lênin, foram

acidentes que modificaram o curso da história. Não faz sentido tentar dar sumiço a estes fatos nem fingir que eles não tiveram a menor conseqüência. Por outro lado, na medida em que eles foram acidentais, não entram em qualquer interpretação racional da história ou na hierarquia de causas importantes para o historiador. O professor Popper e o professor Berlin - citos os mais uma vez como os representantes mais distintos e mais conhecidos da escola - supõem que a tentativa do historiador no sentido de encontrar significação no processo histórico e daí tirar conclusões é equivalente a uma tentativa de reduzir o “o todo da experiência” a uma ordem simétrica e que a presença do acidente na história condena à falência qualquer tentativa. Mas nenhum historiador de sã consciência pretende fazer algo tão fantástico como abranger “o todo da experiência”; ele não pode abranger mais do que uma fração diminuta dos fatos, mesmo de seu setor escolhido, ou aspecto, da história. O mundo do historiador, assim como o mundo do cientista, não é uma cópia fotográfica do mundo real, mas antes um modelo funcional que lhe possibilita mais ou menos eficazmente compreendê-lo e dominá-lo. O historiador filtra da experiência do passado, ou do tanto de experiência do passado que lhe é acessível, aquela parte que ele reconhece como sujeita a explicação e interpretação racionais e dela tira conclusões que podem servir como um guia de ação. Um escritor popular recente, falando das realizações da ciência, refere-se graficamente aos processos da mente humana, que, “inspecionando no saco de retalhos de ‘fatos’ observados, seleciona, junta e compõe os fatos observados *relevantes*, rejeitando o *irrelevante*, até que ele os costure juntos como uma colcha lógica e racional de *conhecimento*”²⁶. Com alguma ressalva aos perigos do subjetivismo excessivo, aceito isso como uma imagem da maneira pela qual trabalha a mente do historiador.

Este procedimento pode espantar e chocar filósofos e mesmo alguns historiadores. Mas é perfeitamente familiar às pessoas comuns, atarefadas

com os assuntos práticos da vida. Exemplifiquemos: Jonas voltando de uma festa em que bebeu mais do que o habitual, num carro cujos freios estavam desregulados num trecho onde a visibilidade é notoriamente fraca, atropela e mata Robinson, que estava atravessando a rua para comprar cigarros na loja da esquina. Após a confusão ter sido resolvida, encontramos, digamos, na delegacia de polícia para investigar as causas da ocorrência. Teria sido em virtude do estado de semi-embriaguez do motorista - o que acarretaria um processo criminal”, ou foi devido ao defeito nos freios? Neste caso, não caberia alguma responsabilidade à oficina que revisara o carro uma semana antes? Ou foi devido à má visibilidade da rua? Neste caso, não seria necessário chamar a atenção das autoridades de trânsito para o assunto?

Enquanto estamos discutindo estas questões práticas, dois cavalheiros distintos - não tentarei identificá-los - irrompem na sala e começam a contar-nos, com grande fluência, que, se Robinson não tivesse ficado sem cigarros aquela noite, ele não estaria atravessando a rua e não teria sido morto; que o desejo de cigarros por parte de Robinson foi, portanto, a causa de sua morte; que qualquer inquérito que despreze esta causa será mero desperdício de tempo e quaisquer conclusões daí tiradas não farão sentido. Bem, que fazemos?

Logo que nos foi possível interromper o fluxo de eloquência, impelimos nossos dois visitantes, gentil mas firmemente, em direção da porta, instruímos o porteiro para que não os admitisse de novo sob qualquer argumento e continuamos nosso inquérito. Mas que resposta temos para os cavaleiros que nos interromperam? Naturalmente Robinson foi morto porque fumava. Tudo o que os adeptos do acaso e da contingência na história dizem é perfeitamente verdadeiro e perfeitamente lógico. Tem o tipo de lógica insensível que encontramos em *Alice no país das maravilhas* e em *Através do espelho*. Mas, enquanto não rendo minha admiração a qualquer pessoa por estes exemplos

oportunos da erudição de Oxford, prefiro manter meus diferentes métodos de lógica em compartimentos separados. O método dodgsoniano não é o método da história.

A história portanto, é um processo de seleção em termos de significação histórica. Pedindo mais uma vez emprestada a frase de Talcott Parson, a história é ‘um sistema seletivo’ não apenas de orientações cognitivas, mas também causais, da realidade. Assim como o historiador seleciona do oceano infinito de fatos aqueles que são importantes para seu propósito, assim também ele extrai, da multiplicidade de seqüências de causa e efeito, aqueles, e somente aqueles, que são importantes historicamente; o padrão de importância histórica é a sua habilidade para encaixá-los em seu padrão de explicação e interpretação racionais. Outras seqüências de causa e efeito tem de ser rejeitadas como acidentais, não porque a relação entre causa e efeito seja diferente, mas porque a seqüência em si é irrelevante. O historiador não pode fazer coisa alguma com ela, uma vez que não está sujeita a uma interpretação racional e não tem sentido algum tanto para o passado quanto para o presente. E verdade que o nariz de Cleópatra, ou a gota de Bajazet, ou a mordida de macaco de Alexandre ou a morte de Lênin, ou os cigarros de Robinson, tiveram conseqüências. Mas não faz sentido, como uma proposição geral, dizer que generais perdem batalhas porque estão apaixonados por lindas rainhas, ou que as guerras ocorrem porque os reis têm macacos de estimação, ou que as pessoas são atropeladas e mortas nas estradas porque fumam. Se, por outro lado, alguém diz ao homem comum que Robinson foi morto porque o motorista estava bêbado, ou porque os freios não funcionaram, ou porque havia um trecho de má visibilidade na rua, isto lhe parecerá uma explicação perfeitamente sensata e racional; se ele prefere discriminar, pode mesmo dizer que esta, e não o desejo de cigarros

por parte de Robinson, foi a causa “real” da morte de Robinson. Da mesma forma, se alguém disser ao estudante de história que as lutas na União Soviética nos anos 20 foram devidas às discussões sobre a taxa de industrialização ou sobre os melhores meios de induzir os camponeses a cultivarem cereal para alimentarem as cidades, ou mesmo às ambições pessoais de líderes rivais, ele sentirá que estas são explicações racionais e historicamente importantes, no sentido de que elas também poderiam ser aplicadas a outras situações históricas e que são causas “reais” do que aconteceu, enquanto o acidente da morte prematura de Lênin não o foi. Ele pode mesmo, se é dado à reflexão sobre estas coisas, recordar-se da frase muito citada e muito mal entendida, de Hegel na introdução à *Filosofia do direito* que “o que é racional é real e o que é real é racional”.

Vamos retornar por um momento às causas da morte de Robinson. Não tivemos dificuldade em reconhecer que algumas das causas eram racionais e “reais” e que outras eram irracionais e acidentais. Mas por qual critério fizemos a distinção? A faculdade da razão é normalmente exercida por algum propósito. Determinados intelectuais podem algumas vezes raciocinar, ou pensar que raciocinam, por brincadeira. Mas, de maneira geral, os seres humanos raciocinam com um objetivo. Quando reconhecemos certas explicações como racionais e outras como não racionais, estamos fazendo distinção entre explicação que serviram a algum fim e explicações que não serviram. No caso em discussão, fez sentido supor que a repressão ao desregramento alcoólico dos motoristas, ou um controle mais rigoroso sobre a condição dos freios, ou um melhoramento no traçado das ruas, pode contribuir para reduzir o número de acidentes fatais do tráfego. Mas não fazia sentido supor que o número de acidentes fatais do tráfego pudesse ser reduzido impedindo-se as pessoas de fumarem. Este foi o critério pelo qual fizemos nossa distinção. O mesmo se aplica à nossa atitude em relação a

causas na história. Aí, também, distinguimos entre as causas racionais e acidentais. As primeiras, desde de que são potencialmente aplicáveis a outros países, outras épocas e outras condições, levam a generalizações férteis e à lições que delas podem ser tiradas; servem para alargar e aprofundar a nossa compreensão²⁷. As causas acidentais não podem ser generalizadas; desde que são únicas, no sentido mais completo da palavra, nada ensinam e não levam a conclusões.

Mas aqui preciso fazer uma outra ressalva. É precisamente esta noção de um fim em vista que fornece a chave para nossa maneira de tratar a causa na história; isto envolve, necessariamente, julgamentos de valor. A interpretação na história é, como vimos na última conferência, sempre ligada aos julgamentos de valor e a causalidade está ligada à interpretação. Nas palavras de Meinecke - o grande Meinecke, o Meineck dos anos 20 -, “a procura de causalidade na história é impossível sem referência a valores... Por trás da procura de causalidades sempre permanece, direta ou indiretamente, a procura de valores”²⁸. Isto lembra o que disse à respeito da função dupla e recíproca da história - promover nossa compreensão do passado à luz do presente e do presente à luz do passado. Qualquer coisa que, como a paixão de Marco Antônio pelo nariz de Cleópatra, deixa de contribuir para este duplo objetivo é do ponto de vista do historiador, inútil e estéril.

A esta altura chegou a hora de confessar que empreguei, até aqui, um truque bastante usado. Uma vez que vocês não tiveram dificuldades em percebê-lo e uma vez que ele me possibilitou em diversas ocasiões encurtar e simplificar o que eu tinha a dizer, vocês talvez tenham sido bastante indulgentes em tratá-lo como uma maneira abreviada de falar. Tenho até aqui usado continuamente a frase convencional “passado e presente”. Mas, como todos sabemos, o presente não tem mais do que uma existência ideal, como uma linha divisória imaginária entre o passado e o futuro.

Falando do presente, já introduzi uma outra dimensão de tempo na discussão. Acho que seria fácil de mostrar que, desde que passado e futuro são partes do mesmo intervalo de tempo, o interesse no passado e o interesse no futuro estão interligados. A linha de demarcação entre os tempos pré-históricos e históricos é traçada quando as pessoas cessam de viver apenas no presente e tornam-se conscientemente interessadas tanto em seu passado quanto em seu futuro. A história começa com o legado da tradição; tradição significa a transferência dos hábitos e lições do passado para o futuro. Registros do passado começam a ser mantidos em benefício das gerações futuras. “O pensamento histórico”, escreve o historiador holandês Huizinga, “é sempre teleológico”²⁹. Sir Charles Snow recentemente escreveu sobre Rutherford, que “como todos os cientistas... tinha, quase sem pensar o que significava, o futuro na Massa do Sangue”³⁰. Julgo que os bons historiadores, quer pensem sobre isto quer não, têm o futuro em seu sangue. Além da pergunta “por quê?”, o historiador também faz a pergunta “para onde?”

1. F. M. Cornford, *Thucydides mythistoricus*, passim.
2. *De l'esprit des lois*, prefácio e capítulo I.
3. *Memoriais of Alfred Marshall*, ed. A. C. Pigou, 1925, p. 428.
4. H. Poincaré, *La Science et l'hypothèse*, 1902, pp. 202-3. 124
5. B. Russell, *Mysticism and logic*, 1918, p. 188.
6. *The education of Henry Adams*, Boston, 1928, p. 224.
7. *The poverty of historicism* foi publicado pela primeira vez como livro em 1957. mas consiste de artigos originariamente publicados em 1944 e 1945.
8. Evitei a palavra “historicismo”, exceto numa ou duas passagens onde não se exigia precisão, desde que os escritos amplamente conhecidos do professor Popper sobre o assunto esvaziaram o termo de significado preciso. A insistência constante na definição de termos é pedante, mas deve-se saber sobre o que se está falando, e o professor Popper aplica “historicismo” a qualquer opinião sobre história de que ele não goste, incluindo algumas que me parecem boas e outras que não são hoje aceitas com seriedade. Como ele próprio admite (*The poverty of historicism*, p. 3), inventa argumentos “historicistas” que nunca foram usados por qualquer “historicista” conhecido. Em seu escrito, historicismo cobre tanto as doutrinas que assimilam a história na ciência, quanto as doutrinas que diferenciam as duas nitidamente.

Em *A sociedade aberta*, Hegel, que evitava previsões, é tratado como o sumo sacerdote do historicismo; na introdução a *The poverty of historicism*, historicismo é descrito como “uma abordagem às ciências sociais, a qual presume que a *previsão histórica* é seu principal objetivo”. Até então, o “historicismo” foi usado normalmente como a versão inglesa do alemão “historismus”; agora o professor Popper distingue historicismo de “historismo”, assim acrescentando maior confusão além do já confuso uso do termo. M. C. D’ Arcy, *The sense of history: secular and sacred*, 1959, p. 11, usa a palavra “historicismo” como “idêntica a uma filosofia da história”.

9. O ataque a Platão como o primeiro fascista originou-se, entretanto, numa série de programas de rádio por um professor de Oxford, R. H. Crossman, *Plato today*, 1937.
10. C. King Sley, *The limits of exact science as applied to history*, 1860, p. 22.
11. “Determinismo... significa... que, os dados sendo o que são, o que quer que aconteça acontece definitivamente e não podia ser diferente. Afirmar que podia significa apenas que poderia se os dados fossem diferentes.” S. W. Alexander em *Essays presented to Ernst Cassirer*, 1936, p. 18.
12. K. R. Popper, *A sociedade aberta*, 2^a ed., 1952, ii, p. 197.
13. “A lei da causalidade não nos é imposta pelo mundo”, mas “talvez seja para nós o método mais conveniente de adaptarmo-nos ao mundo.” J. Rueff, *From the physical to the social sciences*, Baltimore, 1929, p. 52. O próprio professor Popper (*The logic of Scientific enquiry*, p. 248) chama a crença na causalidade de uma “hipostatização metafísica de uma norma metodológica bem justificada”.
14. *Decline and fall of the roman empire*, cap. lxiv.
15. W. Churchill, *The world crisis: the aftermath*, 1929, p. 386.
16. L. Trotski, *Minha vida* (tradução inglesa, 1930), p. 425.
17. Para o argumento de Bury sobre este ponto, ver *The idea of progress*, 1920, pp. 303-4.
18. *Decline and fall of the roman empire*, cap. xxxviii. É divertido notar que os gregos, após sua conquista pelos romanos, também se entregaram ao jogo do que “poderia ter sido” na história - o consolo favorito dos derrotados; se Alexandre, o Grande, não tivesse morrido jovem, diziam eles para si mesmos, “ele teria conquistado o Ocidente e Roma teria sido submetida aos reis gregos”. In K. von Fritz, *The theory of the mixed constitution in antiquity*, Nova York, 1954, p. 395.
19. Ambos os artigos foram republicados em J. B. Bury, *Selected essays*, 1930. Para os comentários de Collingwood sobre as visões de Bury, ver *The idea of history*, pp. 148-50.
20. Para a citação, ver p. 43 acima. A citação de Toynbee da opinião de Fisher em *A study of history*, ver, p. 414, revela uma completa incompreensão: ele o vê um produto da “crença moderna ocidental na onipotência do acaso”, que “fez nascer” o *Laissez-faire*. Os teóricos do *laissez-faire* acreditavam não em acaso, mas na mão oculta que impôs regularidades benéficas na diversidade do comportamento humano; e o comentário de Fisher foi um

produto não do liberalismo do *laissez-faire*, mas da sua derrubada nos anos 20 e 30.

21. As passagens importantes são citadas por W. Stark em sua introdução a F. Meinecke, *Machiavellism*, pp. xxxv-xxxvi.
22. Marx e Engels, *Works*, edição russa, xxvi, p. 108.
23. Tolstoi, em *Guerra e Paz*, epílogo i, igualou “sorte” e “talento” como termos expressivos da incapacidade humana de entender as causas fundamentais.
24. Leon Trotski, *Minha vida*, 1930, p. 422.
25. Tolstoi adotou esta posição: “Somos forçados a recair no fatalismo como uma explicação de acontecimentos irracionais, isto é, de acontecimentos cuja racionalidade não entendemos”. In *Guerra e paz*, livro ix, capítulo i: ver também a passagem citada na página 101, nota 3 (nota 23 deste capítulo).
26. L. Paul, *The annihilation of man*, 1944, p. 147.
27. O professor Popper em dado momento tropeça neste ponto, mas não chega a compreendê-lo. Tendo presumido “uma pluridade de interpretações que estão fundamentalmente no mesmo nível tanto da sugestionabilidade quanto da arbitrariedade” (seja qual for exatamente a implicação destas duas palavras); ele acrescenta num parêntesis que “algumas delas podem ser distinguidas por sua fertilidade - aspecto este de certa importância”. (In *The poverty of historicism*, p. 151.) Não se trata de um aspecto de certa importância, mas de o aspecto, o qual prova que “historicismo” (em alguns significados do termo) não é, afinal, tão pobre.
28. Kausalitäten un Werte in der Geschichte, 1928, traduzido in F. Stern, *Varieties of history*. 1957, pp. 268 e 273.
29. J. Huizinga, traduzido im *Varieties of history*, ed. F. Stern, 1957, p. 293.
30. The baldiwin age, ed. John Raymond, 1960, p. 246.

V. História como Progresso

Comecemos com uma citação do professor Powicke em sua aula inaugural como professor régio de história moderna, em Oxford, há 30 anos:

“O anseio por uma interpretação da história é tão profundamente enraizado que, se não tivermos uma perspectiva construtiva do passado,

somos levados ao misticismo ou ao cinismo”¹.

“Misticismo” representará, penso, a visão de que o significado da história fica em algum lugar fora da história, nos domínios da teologia ou escatologia - tal é a visão de escritores como Berdyaev ou Niebuhr ou Toynbee². “Cinismo” representa a visão, da qual citei diversos exemplos, de que a história não tem sentido, ou tem inúmeros sentidos igualmente válidos ou não válidos, ou o sentido que arbitrariamente resolvemos dar-lhe. Estas são, atualmente, talvez as duas visões mais populares da história. Mas rejeitarei ambas sem hesitação. Ficamos, assim, com aquela estranha mas sugestiva expressão: “uma perspectiva construtiva do passado”. Não tendo como saber o que o professor Powicke tinha em mente quando usou a definição, tentarei dar-lhe minha própria interpretação.

Como as antigas civilizações da Ásia, as civilizações clássicas da Grécia e de Roma foram basicamente a-históricas. Como já vimos, Heródoto, como pai da história, teve poucos filhos; os escritores da antigüidade clássica foram no conjunto tão pouco ligados ao futuro quanto ao passado. Tucídides acreditava que nada de importante ocorrera na época anterior aos acontecimentos por ele descritos e que nada de importante provavelmente aconteceria depois. Lucrécio deduziu a indiferença do homem em relação ao futuro da sua própria indiferença em relação ao passado:

“Veja como não nos interessam os anos da eternidade que antecederam o nosso nascimento. Este é um espelho que a natureza nos mostra do tempo futuro após nossa morte.”³

Imagens poéticas de um futuro mais brilhante tomaram a forma de imagens de uma volta a uma idade de ouro do passado - uma visão cíclica que assimilou os processos da história aos processos da natureza. A história não tinha destino: como não havia sentido de passado, não havia, da mesma forma, sentido de futuro. Apenas Virgílio, que na sua quarta écloga já dera o

quadro clássico de um retorno à idade de ouro, inspirou-se momentaneamente, na *Eneida*, para quebrar a concepção cíclica: “imperium sine fine dedi” foi o pensamento menos clássico, que mais tarde rendeu a Virgílio o reconhecimento de profeta quase cristão.

Foram os judeus, e depois deles os cristãos, que introduziram um elemento inteiramente novo ao postularem uma meta em direção da qual se move o processo histórico -a visão teleológica da história. Assim, a história adquiriu um sentido e fim, mas à custa de perder seu caráter secular. Alcançar a meta da história significaria automaticamente o fim da história: a própria história tornou-se uma teodicéia. Tal foi a visão medieval da história. A Renascença restaurou a visão clássica de um mundo antropocêntrico e do primado da razão, mas a visão clássica pessimista do futuro foi substituída por uma visão otimista derivada da tradição judaico-cristã. O tempo, que já fora hostil e corrosivo, tornava-se agora amistoso e criativo: contrapunha “*Damnosa quid non imminuit dies?*” de Horácio ao “*Ventas temporis filia*” de Bacon. Os racionalistas da ilustração, que foram os fundadores da historiografia moderna, mantiveram a visão teleológica judaico-cristã, mas secularizaram o objetivo; estavam assim capacitados a restaurar o caráter racional do próprio processo histórico. A história tornou-se o progresso para a meta de perfeição da situação humana na terra. Gibbon, o maior dos historiadores da Ilustração, não deixou de registrar, apesar da natureza de seu assunto, o que ele chamou de “a conclusão agradável de que a cada novo período aumentou e ainda aumenta no mundo a riqueza real, a felicidade, o saber - e, talvez, a virtude da raça humana”⁴ O culto ao progresso alcançou seu ponto culminante no momento em que, na Grã-Bretanha, a prosperidade, o poder e a autoconfiança atingiram seu ponto máximo; escritores e historiadores britânicos estavam entre os mais ardentes devotos do culto. O fenômeno é demasiado conhecido para exigir explicações; farei apenas uma

ou duas citações para mostrar como a fé no progresso permaneceu até recentemente um postulado de todo o nosso pensamento. Acton, no relatório de 1896 sobre o projeto da *Cambridge Modern History*, que citei na primeira conferência, referiu-se à história como “uma ciência progressiva”; na introdução ao primeiro volume da *History*, escreveu que “somos obrigados a admitir um progresso da humanidade como hipótese científica sobre a qual a história deve ser escrita”. No último volume da *History*, publicado em 1910, Dampier, que foi professor em Cambridge quando eu era estudante, não teve dúvida de que “no futuro, será ilimitado o poder do homem sobre os recursos da natureza e a maneira inteligente de usá-los para o bemestar de sua raça”⁵.

Tendo em vista o que estou prestes a dizer, devo admitir que esta foi a atmosfera em que fui educado e que poderia subscrever sem reservas as palavras de Bertrand Russell, de meia geração anterior à minha: “Cresci em plena onda do otimismo vitoriano e... algo permaneceu em mim da confiança que era, então, tranqüila⁶.”

Em 1920, quando Bury escreveu seu livro *The idea of progress*, reinava um clima de desânimo que ele, repetindo argumentos muito em voga, atribuía aos “doutrinadores que estabeleceram o atual reinado de terror na Rússia”, embora ainda considerasse o progresso como “a idéia que animava e controlava a civilização ocidental”⁷. Após esta nota, foi o silêncio. Diz-se que Nicolau I da Rússia baixou uma ordem banindo a palavra “progresso”: atualmente os filósofos e historiadores da Europa ocidental, e mesmo dos Estados Unidos, vieram a concordar tardiamente com ele. A hipótese de progresso foi refutada. O declínio do Ocidente tornou-se uma expressão tão familiar que já não mais se exigiam aspas. Mas o que, fora desse clamor, realmente aconteceu? Por quem esta nova corrente de opinião foi formada?

Há dias, surpreendeu-me deparar com o que julgo ter sido a única observação de Bertrand Russell que me parecia deixar transparecer um agudo

sentido de classe: “Há, no conjunto, muito menos liberdade no mundo agora do que havia cem anos atrás.”⁸ Não tenho uma escala para medir a liberdade e não sei como equilibrar a menor liberdade de poucos contra a maior liberdade de muitos. Mas em qualquer padrão de medida posso apenas olhar a afirmativa como fantasticamente inverídica. Gosto mais daquelas pinceladas fascinantes que A. J. P. Taylor por vezes nos faz da vida acadêmica de Oxford. Toda esta conversa sobre o declínio da civilização, escreve ele, “significa apenas que professores universitários que costumavam ter empregados domésticos agora lavam a sua própria louça”⁹. Naturalmente, para os antigos empregados domésticos, a lavagem de louça pelos professores pode ser um símbolo de progresso. A perda da supremacia branca na África, que preocupa os fiéis ao império, os republicanos da África do Sul e os investidores em ações de ouro e cobre, pode parecer progresso para outros. Não vejo razão por que nesta questão de progresso deveria *ipso facto* preferir o veredicto dos anos 50 ao dos anos de 1890, o veredicto do mundo de língua inglesa ao da Rússia, da Ásia e da África, ou o veredicto do intelectual de classe média ao do homem comum, que, de acordo com Macmillan, nunca esteve tão bem de vida. Deixemos em suspenso, por enquanto, o julgamento sobre a questão de saber se estamos vivendo num período de progresso ou de declínio e examinemos um pouco mais de perto o que está implícito no conceito de progresso, quais os seus pressupostos e em que medida estes se tornaram insustentáveis.

Gostaria, antes de mais nada, de esclarecer a confusão entre progresso e evolução. Os pensadores da Ilustração adotaram duas posições aparentemente incompatíveis. Procuraram justificar o lugar do homem no mundo da natureza: as leis da história foram igualadas às leis da natureza. Por outro lado, acreditavam no progresso. Mas que base havia para tratar a natureza como progressiva, avançando constantemente em direção a um fim? Hegel

enfrentou a dificuldade separando incisivamente a história, que era progressiva, da natureza, que não era. A revolução darwinista pareceu remover todas as dificuldades igualando evolução com progresso: verificou-se, no final, que a natureza, assim como a história, era progressiva. Mas isto abriu caminho para uma incompreensão mais grave, confundindo herança biológica, que é a fonte da evolução, com aquisição social, que é a fonte do progresso em história. A distinção é familiar e óbvia. Coloque uma criança européia numa família chinesa e a criança crescerá com a pele branca, mas falando chinês. A pigmentação é uma herança biológica; a língua, uma aquisição social transmitida por meio do cérebro humano. Evolução por herança tem de ser medida em milênios ou em milhões de anos; não se conhece qualquer mudança biológica mensurável ocorrida no homem desde o início da história escrita. O progresso por aquisição pode ser medido em gerações. A essência do homem como um ser racional é que ele desenvolve suas capacidades potenciais acumulando a experiência de gerações passadas. Diz-se que o homem moderno não possui um cérebro maior nem uma capacidade inata de pensamento maior do que o seu ancestral de cinco mil anos atrás.

Mas a eficácia do seu pensamento foi multiplicada muitas vezes ao aprender e ao incorporar à sua experiência e experiência de gerações que se interpuseram. A transmissão de características adquiridas, que é rejeitada pelo biólogo, é o próprio fundamento do progresso social. A história é o progresso através da transmissão de habilidades adquiridas de uma geração a outra.

Em segundo lugar, não precisamos, nem deveríamos, conceber progresso como tendo um começo ou um fim finitos. A crença, que foi popular há menos de 50 anos, de que a civilização foi criada no vale do Nilo no quarto milênio a.C. hoje não merece mais fé do que a cronologia que

fixava a criação do mundo em 4 004 a.C. A civilização, cujo nascimento talvez possamos tomar como um ponto de partida para nossas hipóteses de progresso, não foi por certo uma invenção, mas um processo de desenvolvimento infinitamente lento, em que saltos espetaculares provavelmente ocorreram de tempos em tempos. Não precisamos nos preocupar com a questão de quando o progresso - ou a civilização - começou. A hipótese de um fim finito para o progresso levou a incompreensões mais sérias. Hegel foi justamente condenado por ver na monarquia prussiana o fim do progresso - consequência aparente de uma interpretação exagerada da sua idéia de impossibilidade de previsão. A aberração de Hegel foi excedida por aquele eminente vitoriano, Arnold de Rugby, que em sua conferência inaugural como professor régio de história moderna em Oxford, em 1841, pensava que a história moderna seria o último estágio da história da humanidade: “Parece apresentar sinais da totalidade do tempo, como se não houvesse história futura além dela.”¹⁰. A previsão de Marx de que a revolução proletária realizaria o objetivo final de uma sociedade sem classes foi lógica e moralmente menos vulnerável; mas a pressuposição de um fim da história tem um círculo escatológico mais apropriado ao teólogo do que ao historiador e retrocede à falácia de uma meta fora da história. Sem dúvida um objetivo finito exerce atração sobre a mente humana; a visão de Acton da mancha da história como um progresso interminável em direção à liberdade parece fria e vaga. Mas se o historiador quer salvar sua hipótese de progresso, acho que deve estar preparado para tratá-la como um processo em que as demandas e as condições de períodos sucessivos colocarão seu próprio conteúdo específico. E isto é o que está dito na tese de Acton de que a história não é somente um registro do progresso, mas uma “ciência progressiva”, ou, se preferirem, que a história, em ambos os sentidos da palavra - como curso de acontecimentos e como registro de tais acontecimentos -, é progressiva.

Vamos recordar a descrição feita por Acton do avanço da liberdade na história:

“É pelos esforços combinados dos fracos, feitos sob pressão, para resistir ao domínio da força e da constante injustiça que, na mudança rápida mas de lento progresso, de quatrocentos anos, a liberdade foi preservada, assegurada, estendida e finalmente compreendida.”¹¹

A história como curso dos acontecimentos foi concebida por Acton como progresso em direção à liberdade; a história como registro daqueles acontecimentos e como progresso em direção da compreensão da liberdade: ambos os processos avançaram lado a lado¹². O filósofo Bradley, escrevendo numa época em que analogias da evolução estavam em moda, comentou que “para a fé religiosa o fim da evolução é apresentado como aquele que... já evoluiu”¹³. Para o historiador, o fim do progresso ainda não ocorreu. É alguma coisa ainda infinitamente remota; os seus indicadores só se tomam visíveis quando avançamos. Isto não diminui sua importância. A bússola é um guia valioso e, aliás, indispensável. Mas não é um mapa do caminho. O conteúdo da história só pode ser percebido quando o experimentamos.

Em terceiro lugar, ninguém de sã consciência jamais acreditou num tipo de progresso que avançasse numa linha reta contínua sem reveses, nem desvios ou quebra de continuidade, de maneira que mesmo o revés mais agudo não é necessariamente fatal à crença. Há, nitidamente, períodos de regressão e períodos de progresso. Além disso, seria imprudente supor que, após uma retirada, o avanço seria retomado do mesmo ponto ou seguindo a mesma linha. As três ou quatro civilizações de Hegel ou de Marx, as 21 civilizações de Toynbee, a teoria do ciclo de vida das civilizações passando pela ascensão, decadência e queda são esquemas que intrinsecamente não fazem sentido. Mas são sintomas de que o esforço necessário para levar avante a civilização desaparece num lugar e é, mais tarde, retomado em

outro; assim sendo, o progresso que observamos na história certamente não é contínuo, no tempo nem mesmo no espaço. Aliás, se me fosse dado formular leis para a história, uma dessas leis seria a de que o grupo - seja uma classe, uma nação, um continente, uma civilização ou o que quer que seja - que desempenha o papel principal no progresso da civilização num período determinado dificilmente desempenhará papel semelhante no período seguinte, justamente pelo fato de que estará excessivamente imbuído de tradições, interesses e ideologias do período anterior para ser capaz de adaptar-se às exigências e condições do novo período¹⁴. Assim, pode muito bem acontecer que o que parece ser um período de decadência para um grupo pode parecer o nascimento de um novo avanço para outro. O progresso não significa, nem pode significar, progresso igual e simultâneo para todos. É significativo que quase todos os nossos mais recentes profetas do declínio, nossos cétricos que não vêem sentido na história e supõem que o progresso esteja morto, pertencem àquele setor do mundo e àquela classe da sociedade que desempenharam triunfalmente o papel principal e predominante no avanço da civilização por diversas gerações. Não se consolam quando lhes dizem que o papel desempenhado pelo seu grupo no passado será agora transferido a outros. Logicamente, uma história que lhes pregou uma peça tão vil não pode ser um processo significativo e racional. Mas se nos propomos a conservar a hipótese de progresso, penso que devemos aceitá-la com reticências.

Finalmente, chego à questão do que é o conteúdo essencial do progresso em termos de ação histórica. As pessoas que lutam, digamos, para estender os direitos civis a todos, ou para reformar a prática penal, ou para eliminar as desigualdades de raça ou de riqueza, estão conscientemente procurando fazer apenas estas coisas; não estão conscientemente procurando atingir o “progresso”, concretizar alguma “lei” ou “hipótese” histórica. É o

historiador quem aplica às suas ações sua hipótese de progresso e interpreta-as como progresso. Mas isto não invalida o conceito de progresso. Neste ponto fico satisfeito por estar de acordo com Sir Isaiah Berlin quando afirma que “progresso e reação, por mais que se tenha abusado destas palavras, não são conceitos vazios”¹⁵.

É um pressuposto da história que o homem é capaz de tirar proveito (não que ele necessariamente o faça) da experiência de seus antecessores e que o progresso na história, diferentemente da evolução na natureza, baseia-se na transmissão de bens adquiridos. Esta herança inclui tanto bens materiais quanto a capacidade de dominar, transformar e utilizar o meio ambiente. Aliás, os dois fatores estão muito interligados e agem um sobre o outro. Marx trata o trabalho humano como o alicerce de todo o edifício; esta fórmula parece aceitável se for dado um sentido suficientemente amplo à palavra “trabalho”. Entretanto, a mera acumulação de recursos será inútil, a menos que traga maior conhecimento técnico e social e experiência e, ainda, maior domínio sobre o meio ambiente do homem, no seu sentido mais amplo. Atualmente, penso que poucas pessoas questionariam o fato do progresso, tanto na acumulação de bens materiais e conhecimento científico, quanto no domínio sobre o meio ambiente, no sentido tecnológico. O que se questiona é se houve no século XX algum progresso em nossa organização da sociedade, em nosso domínio do meio social, nacional ou internacional, ou se não teria havido, na realidade, uma acentuada regressão. Não terá a evolução do homem como ser social se atrasado fatalmente em relação ao progresso da tecnologia?

Os sintomas que inspiram esta pergunta são óbvios. Suspeito entretanto, de que ela está colocada erradamente. A história conheceu muitos momentos de transição, onde a liderança e a iniciativa passaram de um grupo, de um setor do mundo, para outro: o período de ascensão do Estado moderno, o

deslocamento do centro de poder do Mediterrâneo para a Europa ocidental e o período da Revolução Francesa foram proeminentes exemplos modernos. Tais períodos são sempre marcados por levantes violentos e lutas pelo poder. As antigas autoridades enfraquecem, as antigas fronteiras desaparecem; a nova ordem emerge de um severo choque de ambições e ressentimentos. Acho que agora estamos atravessando um desses períodos. Parece-me simplesmente inverídico dizer que nossa compreensão dos problemas de organização social ou que nossa boa vontade em organizar a sociedade à luz daquela compreensão tenham regredido: na realidade, deveria dizer que aumentaram consideravelmente. Não é que nossas aptidões tenham diminuído ou que nossas qualidades morais tenham declinado. Mas o período de conflito e levante, devido ao deslocamento do equilíbrio do poder entre continentes, nações e classes, por que estamos passando, aumentou enormemente a tensão sobre estas aptidões e qualidades, limitando e frustrando sua eficácia para realizações positivas.

Embora não deseje subestimar a força do desafio dos últimos 50 anos à crença no progresso do mundo ocidental, ainda não estou convencido de que o progresso na história tenha chegado ao fim. Mas se me pedirem para dizer algo mais sobre o conteúdo do progresso, acho que só poderia responder como se segue.

A noção de que o progresso tem na história um objetivo finito e claramente definido, tão freqüentemente postulada por pensadores do século XIX, mostrou-se inaplicável e estéril. A crença no progresso significa não uma crença no processo automático ou inevitável, mas no desenvolvimento gradativo das potencialidades humanas. O progresso é um termo abstrato; os fins concretos almejados pela humanidade surgem de tempos em tempos no curso da história, sendo provenientes de algo que se situe fora dela. Não acredito na perfeição do homem ou num futuro paraíso terrestre. Nisso

concordo com os teólogos e os místicos ao afirmarem que não se atinge a perfeição na história. Mas ficarei satisfeito com a possibilidade de progresso ilimitado - ou progresso não sujeito a limites que possamos ou precisamos visualizar - em direção a metas que só podem ser definidas à medida que avançamos em sua direção e cuja validade só pode ser verificada num processo que leva a atingi-las. Por outro lado, não sei como a sociedade pode sobreviver sem tal concepção de progresso. Toda sociedade civilizada impõe sacrifícios à geração do presente em benefício de gerações do futuro. Justificar estes sacrifícios em nome de um mundo melhor no futuro é a contrapartida secular da sua justificação em nome de algum objetivo divino. Nas palavras de Bury, “o princípio do dever para com a posteridade é um corolário direto da idéia de progresso”¹⁶. Talvez este dever não exija justificação. Se exige, não conheço alguma outra maneira de justificá-lo.

Isto me traz ao famoso problema da objetividade na história. A palavra em si gera confusões e interrogações. Numa conferência anterior, já argumentei que as ciências sociais - e entre elas a história - não podem se harmonizar com uma teoria de conhecimento que coloque sujeito e objeto separadamente e que reforce uma separação rígida entre o observador e a coisa observada. Precisamos de um novo modelo que faça jus ao processo complexo de inter-relação e interação entre eles. Os fatos da história não podem ser puramente objetivos, desde o momento em que eles se tornam fatos da história em virtude do significado que lhes dá o historiador. Caso ainda tenhamos que usar o termo convencional, a objetividade na história não pode ser uma objetividade de fato, mas somente de relação, da relação entre fato e interpretação, entre passado, presente e futuro. Não preciso voltar às razões que me levam a rejeitar como não histórica a tentativa de julgar acontecimentos históricos erigindo um padrão de valores absolutos, fora da história e dela independente. Mas o conceito de verdade absoluta também não

é apropriado ao mundo da história - ou, suponho, ao mundo da ciência. Somente a afirmação histórica do tipo mais simples pode ser julgada como absolutamente verdadeira ou absolutamente falsa. Num nível mais sofisticado, o historiador que contesta, digamos, o veridicto de um antecessor seu normalmente condená-lo-á, não como absolutamente falso, mas como inadequado, parcial, ilusório, ou o produto de um ponto de vista que foi considerado obsoleto ou irrelevante por provas posteriores. Dizer que a Revolução Russa foi devida à estupidez de Nicolau II ou ao gênio de Lênin é totalmente inadequado - tanto inadequado como totalmente enganoso. Mas não pode ser considerado como absolutamente falso. O historiador não lida com absolutos deste tipo.

Voltemos ao triste caso da morte de Robinson. A objetividade da investigação que fizemos sobre aquele acontecimento não dependia de conseguir os fatos corretamente - estes não estavam em discussão -, mas se distinguir entre fatos reais ou importantes, nos quais estávamos interessados, e os fatos acidentais, que poderíamos deixar de lado. Achamos fácil fazer esta diferença, porque nosso padrão ou teste de importância, base de nossa objetividade, era claro e importante para o objetivo em vista, isto é, a redução de mortes em estradas. Mas o historiador tem menos sorte que o investigador que tem diante de si o propósito simples e finito de reduzir as fatalidades do tráfego. O historiador, da mesma forma, precisa, na sua tarefa de interpretação, do seu padrão de importância, que é também o seu padrão de objetividade, a fim de distinguir entre o significativo e o ocasional; mas, para ele essa importância depende do fim que se tem em vista. Trata-se, porém, de um fim que se desenvolve gradativamente, pois a interpretação que se desenvolve do passado é uma função necessária da história. O pressuposto tradicional de que a mudança sempre tem de ser explicada em termos de algo fixo e imutável é contrária à experiência do historiador. “Para o historiador”,

diz o professor Butterfield, talvez reservando implicitamente para si um campo no qual os historiadores não precisam segui-lo, “o único absoluto é a mudança”¹⁷. O absoluto na história não é algo no passado de onde partimos; não é algo no presente, pois todo pensamento presente é necessariamente relativo. É algo ainda incompleto e em processo de vir a ser - algo no futuro em direção do qual nos movemos, que só começa a tomar forma à medida que nos deslocamos em sua direção, ao nos movermos, e segundo o qual, na medida em que avançamos, moldamos gradativamente nossa interpretação do passado. Esta é a verdade secular por trás do mito religioso de que o sentido da história será revelado no Dia do Juízo Final. Nosso critério não é um absoluto no sentido de algo que permanece o mesmo ontem, hoje e para sempre: tal absoluto é incompatível com a natureza da história. Mas é um absoluto diante de nossa interpretação do passado. Rejeita a visão relativista de que uma interpretação é tão boa quanto outra, ou de que toda interpretação é verdadeira no seu próprio tempo e lugar e fornece a prova pela qual nossa interpretação do passado será julgada em última instância. É este sentido de direção na história que, por si só, nos possibilita ordenar e interpretar os acontecimentos do passado - a tarefa do historiador - e liberar e organizar as energias humanas no presente, tendo em vista o futuro - a tarefa do estadista, do economista e daquele que quer reformar a sociedade.

Mas o processo em si permanece gradual e dinâmico. Nosso sentido de direção e nossa interpretação do passado estão sujeitos a constante modificação e evolução à medida que prosseguimos.

Hegel revestiu o seu absoluto com a forma mística de um espírito do mundo e cometeu o erro fundamental de fazer o curso da história terminar no presente, ao invés de projetá-lo no futuro. Reconheceu um processo de evolução contínua no passado e incongruente negou-o no futuro. Aqueles que, desde Hegel, refletiram mais profundamente sobre a natureza da

história nela viram uma síntese do passado e do futuro. Tocqueville, que não se libertou inteiramente da linguagem teológica de seu tempo e deu um conteúdo por demais estreito ao seu absoluto, teve, no entanto, a essência da questão. Tendo falado do desenvolvimento da igualdade como um fenômeno universal e permanente, prosseguiu:

“Se os homens de nosso tempo fossem levados a ver o desenvolvimento gradual e progressivo da igualdade como, simultaneamente, o passado e o futuro de sua história, esta única descoberta daria àquele desenvolvimento o caráter sagrado da vontade de seu senhor e mestre.”¹⁸

Poder-se-ia escrever um importante capítulo da história sobre este tema ainda inacabado. Marx, que teve algumas das inibições de Hegel quanto ao futuro e estava interessado, sobretudo, em vincular seus ensinamentos à história do passado, foi levado pela natureza do seu tema a projetar no futuro seu absoluto da sociedade sem classes. Bury descreveu a idéia de progresso, de maneira um pouco primária mas claramente com a mesma intenção, como “uma teoria que envolve uma síntese do passado e uma profecia do futuro”¹⁹. Namier, numa frase deliberadamente paradoxal, que ele desenvolve com a sua habitual riqueza de exemplos, afirma que “os historiadores imaginam o passado e recordam o futuro”²⁰. Somente o futuro pode fornecer a chave para a interpretação do passado; somente neste sentido podemos falar de uma objetividade final da história. Que o passado ilumina o futuro e o futuro ilumina o passado é, ao mesmo tempo, a justificação e a explicação da história.

Que, então, queremos dizer quando elogiamos o historiador por ser objetivo, ou dizemos que um historiador é mais objetivo que o outro? Não é simplesmente porque ele dispõe dos seus fatos corretamente, mas sim porque escolhe os fatos certos ou, em outras palavras, porque aplica o padrão correto de importância. Quando dizemos que um historiador é objetivo, queremos

com isso dizer duas coisas. Em primeiro lugar, queremos dizer que ele tem capacidade de colocar-se acima da visão limitada de sua própria situação na sociedade e na história - capacidade esta que, como disse em conferência anterior, é parcialmente dependente da sua capacidade de reconhecer a extensão de seu envolvimento naquela situação, ou seja, de reconhecer a impossibilidade de uma objetividade total. Em segundo lugar, queremos dizer que ele tem capacidade de projetar sua visão no futuro de modo a adquirir uma percepção mais profunda e mais duradoura do passado do que poderia ser alcançado pelos historiadores cuja perspectiva está inteiramente limitada pela sua própria situação imediata. Nenhum historiador, atualmente, fará coro à confiança de Acton na expectativa da “história definitiva”. Mas alguns historiadores escrevem história que é mais durável e tem mais deste caráter final e objetivo do que outros; estes são os historiadores que têm o que posso chamar de uma visão a longo prazo sobre o passado e o futuro. O historiador do passado somente pode abordar a objetividade na medida em que aborda a compreensão do futuro.

Quando, portanto, disse numa conferência anterior que a história é um diálogo entre o passado e o presente, deveria antes ter dito que é um diálogo entre os acontecimentos do passado e os fins futuros, que progressivamente emergem. A interpretação que o historiador faz do passado, sua seleção daquilo que é significativo e relevante, desenvolve-se com o aparecimento progressivo de novos objetivos. Tomando o mais simples dos exemplos, contando que o principal objetivo parece tratar da organização das liberdades constitucionais e dos direitos políticos, o historiador interpretava o passado em termos constitucionais e políticos. Quando os fins econômicos e sociais começaram a substituir os fins constitucionais e políticos, os historiadores voltaram-se para interpretações econômicas e sociais do passado. Neste processo, o cético poderia plausivelmente alegar que a nova interpretação não

é mais verdadeira que a antiga; cada uma é verdadeira para sua época. Desde que a preocupação, entretanto, com os fins econômicos e sociais representa um estágio mais amplo e mais avançado no desenvolvimento humano do que a preocupação com os fins políticos e constitucionais, então pode-se dizer que a interpretação econômica e social da história representa um estágio mais avançado na história do que a interpretação exclusivamente política. A antiga interpretação não é rejeitada, mas é, ao mesmo tempo, incorporada e substituída pela nova. A historiografia é uma ciência que avança sempre, no sentido de que ela procura aprofundar e expandir a compreensão do curso dos acontecimentos que também se transforma. Isto é o que quero dizer quando afirmo que precisamos de “uma perspectiva construtiva sobre o passado”. A historiografia moderna cresceu durante os últimos dois séculos com esta dupla crença no progresso e não pode sobreviver sem ela, uma vez que é ela que fornece seu padrão de significados, seu critério para distinguir entre o real e o circunstancial. Goethe, numa conversa ao fim de sua vida, cortou o nó górdio um pouco bruscamente.

“Quando as eras estão em declínio, todas as tendências são subjetivas; mas, por outro lado, quando as questões começam a amadurecer anunciando uma nova época, todas as tendências são objetivas.”²¹

Ninguém é obrigado a acreditar quer no futuro da história, quer no futuro da sociedade. É possível que nossa sociedade possa ser destruída ou possa perecer de um a lenta decadência, e que a história possa transformar-se em teologia - isto é, um estudo não da realização humana, mas do propósito divino - ou em literatura - isto é, um relato de histórias e lendas sem objetivo ou importância. Mas isto não será história no sentido que a conhecemos nos últimos duzentos anos.

Ainda tenho de tratar da objeção bastante conhecida e popular a qualquer teoria que encontra o critério final do julgamento histórico no

futuro. Tal teoria, diz-se, deixa implícito que o sucesso é o critério final do julgamento e que, qualquer que seja ele, é certo. Nos últimos duzentos anos, a maioria dos historiadores não apenas tomou a direção segundo a qual a história se move, mas, também, consciente ou inconscientemente, acreditou que esta direção era, no conjunto, a direção certa, que a humanidade estava se movendo do pior para o melhor, do mais baixo para o mais alto. O historiador não apenas reconheceu a direção, mas também a endossou. O teste da importância que ele aplicou ao abordar o passado foi não somente um sentido do curso que a história tomava, mas um sentido do seu próprio envolvimento moral nesse curso. A alegada dicotomia entre o “é” e o “devia ser”, entre fato e valor, estava solucionada. Era uma visão otimista, um produto de uma época de predominante confiança no futuro; *whigs* e liberais, hegelianos e marxistas, teólogos e racionalistas, permaneceram firmemente, de maneira mais ou menos articulada, comprometidos com ela. Durante duzentos anos, ela poderia ter sido descrita, sem muito exagero, como a resposta aceita e implícita à pergunta “Que é história?” A reação contra ela veio com a atmosfera atual de apreensão e pessimismo, que deixou o campo livre para os teólogos que procuram o significado da história fora da história e para os céticos que não vêem sentido na história. Estamos seguros, sob todos os aspectos e enfaticamente, de que a dicotomia entre “é” e “devia ser” é absoluta e não pode ser solucionada, que “valores” não podem se originar de “fatos”. Isto é, penso, uma trilha falsa. Vejamos como alguns historiadores, de história, escolhidos mais ou menos ao acaso, sentiram esta questão.

Gibbon justifica a quantidade de espaço dedicado em sua narrativa às vitórias do Islã fundamentado em que “os discípulos de Maomé ainda detêm o cetro civil e religioso do mundo oriental”. Mas, acrescenta ele, “o mesmo trabalho seria inutilmente cedido às multidões de selvagens que, entre os

séculos VII e XII, desceram das planícies da Cítia”, desde que “a majestade do trono bizantino repeliu e sobreviveu àqueles ataques desordenados”²². Isto não parece ilógico. A história é, de uma maneira geral, um registro daquilo que as pessoas fizeram, não do que elas deixaram de fazer: nesta medida, é uma história inevitavelmente bem sucedida. O professor Tawney observa que os historiadores dão “uma aparência de inevitabilidade” a uma ordem existente, “colocando em primeiro plano as forças que triunfaram e relegando a um segundo plano aquelas que foram tragadas”²³. Mas não é esta, em certo sentido, a essência do trabalho do historiador? O historiador não deve subestimar a oposição; não deve representar a vitória como uma facilidade para a qual bastasse um toque inicial. Algumas vezes aqueles que foram derrotados contribuíram tanto para o resultado final quanto os vitoriosos. Estas máximas são familiares a todo historiador. Mas, de uma maneira geral, o historiador está preocupado com aqueles que, vitoriosos ou derrotados, realizaram alguma coisa. Não sou especialista em história do críquete. Mas suas páginas presumivelmente estão mais cheias de nomes que fizeram centenas do que com os que fizeram contagem zero e foram deixados de lado. A famosa afirmação de Hegel de que em história “apenas as pessoas que formam um Estado podem ser notadas”²⁴ foi exatamente criticada por relacionar um valor exclusivo a uma forma de organização social e abrir caminho para uma detestável veneração do Estado. Mas, em princípio, o que Hegel está tentando dizer é correto e reflete a distinção bem conhecida entre pré-história e história; só as pessoas que tiveram sucesso em organizar sua sociedade em algum nível deixaram de ser selvagens primitivos e entraram para a história. Carlyle, em seu livro *The French Revolution*, chamou Luís XV de “uma autêntica personificação de um solecismo mundial”. Evidentemente ele gostou da frase, porque enfeitou-a mais tarde num trecho mais longo:

“Que novo movimento universal e vertiginoso é este: de instituições, arranjos sociais, mentes individuais, que já trabalharam cooperativamente, agora rolando e resvalando em colisões ao acaso? Inevitável; é o surgimento de um solecismo mundial, finalmente desgastado”²⁵.

O critério é mais uma vez histórico: o que é apropriado numa época torna-se solecismo em outra e é condenado por causa disto. Mesmo Sir Isaiah Berlin, quando desce das alturas da abstração filosófica e considera situações históricas concretas, parece aproximar-se desta perspectiva. Num programa radiofônico feito pouco tempo após a publicação de seu ensaio *Historical inevitability*, ele elogiou Bismarck, apesar de deficiências morais, como um “gênio” e “o maior exemplo no último século de um político com a mais alta capacidade de julgamento político”, comparando-o favoravelmente, sob este aspecto, como homens tais como José II da Áustria, Robespierre, Lênin e Hitler, que deixaram de realizar “seus fins positivos”. Acho estranha esta sentença. Mas, o que me interessa no momento é o critério de julgamento. Bismarck, diz Sir Isaiah Berlin, compreendeu a situação em que estava trabalhando; os outros deixaram-se levar por teorias abstratas que não funcionaram. A moral é que “a falência provém de resistir àquilo que funciona melhor... em favor de algum método ou princípio sistemático que reivindica validade universal”²⁶. Em outras palavras, o critério de julgamento na história não é algum “princípio que reivindica validade universal”, mas “aquele que funciona melhor”.

Não é apenas - quase não preciso dizer - ao analisarmos o passado que invocamos este critério de “o que funciona melhor”. Se alguém lhe dissesse que, na presente conjuntura, acharia que a união da Grã-Bretanha com os Estados Unidos num único Estado, sob uma única soberania, seria desejável, você poderia concordar em que era uma opinião bastante sensata. Se ele continuasse a dizer que a monarquia constitucional seria preferível à

democracia presidencial como forma de governo, você também poderia concordar que era uma opinião bastante sensata. Mas, suponha que ele então lhe dissesse que se propôs a dedicar-se à condução de uma campanha para a reunião destes dois países sob a coroa britânica: você provavelmente responderia que ele estaria perdendo tempo. Se você tentasse explicar por que, teria de lhe dizer que problemas dessa espécie precisam ser debatidos em bases não de algum princípio de aplicação geral, mas do que funcionaria em dadas condições históricas; você até poderia cometer o pecado capital de falar de História com H maiúsculo e dizer-lhe que a história estava contra ele.

Cabe ao político considerar não apenas o que é moral ou teoricamente desejável, mas também as forças que existem no mundo e como elas podem ser dirigidas ou manipuladas para possíveis realizações parciais dos fins em vista. Nossas decisões políticas, tomadas à luz de nossa interpretação da história, são vinculadas a este compromisso. Mas nossa interpretação da história está enraizada no mesmo compromisso. Nada é mais radicalmente falso do que colocar algum padrão supostamente abstrato do desejável e condenar o passado à luz dele. Vamos substituir a palavra “sucesso”, que chegou a ter conotações invejosas, pela expressão neutra “o que funciona melhor”. Já que, por várias vezes no decorrer destas palestras, uni-me a Sir Isaiah Berlin em temas de discussão, estou satisfeito de poder encerrar o assunto, de qualquer modo, com esta forma de concordância.

Mas a aceitação do critério de “o que funciona melhor” não tem uma aplicação fácil ou auto-evidente. Não é um critério que encoraja opiniões vigorosas ou que tende para a visão de que, seja qual for, está certo. Fracassos fecundos não são desconhecidos em história. A história reconhece aquilo a que eu chamaria de “realização retardada”: os fracassos aparentes de hoje podem vir a ser contribuições vitais para as realizações de amanhã - profetas nascidos antes de seu tempo. De fato, uma das vantagens deste critério sobre o critério de um princípio supostamente fixo e universal é que ele pode exigir

que adiemos nosso julgamento ou que o qualifiquemos à luz de coisas que ainda não aconteceram. Proudhon, que falou livremente em termos de princípios morais abstratos, desculpou o *coup d'état* de Napoleão III após ele ter sido bem sucedido; Marx, que rejeitou o critério de princípios morais abstratos, condenou Proudhon por ter desculpado o golpe. Olhando para trás, com uma perspectiva histórica maior, provavelmente concordaríamos em que Proudhon estava errado e Marx certo. O feito de Bismarck fornece um excelente ponto de partida para um exame do problema do julgamento histórico; ao mesmo tempo em que aceito o critério de Sir Isaiah de “o que funciona melhor”, estou ainda espantado pelos limites estreitos e a curto prazo com que ele aparentemente se contentou em aplicá-lo. Realmente funcionou bem o que Bismarck criou? Deveria achar que sua obra redundou num grande desastre. Isto não significa que estou procurando condenar Bismarck, que criou o Reich alemão, ou a massa de alemães que o queriam e ajudaram a criá-lo. Mas, como historiador ainda tenho muitas perguntas a fazer.

Ocorreu o eventual desastre porque existiam algumas falhas ocultas na estrutura do Reich? Ou porque algo nas condições internas que o fizeram nascer destinou-o a tornar-se dogmático e agressivo? Ou porque, quando o Reich foi criado, o cenário europeu ou mundial já estava tão povoado e as tendências expansionistas entre as grandes potências existentes já eram tão fortes, que o surgimento de mais uma grande potência expansionista era suficiente para causar uma colisão maior e levar todo o sistema à ruína? Na última hipótese, pode ser errado considerar Bismarck ou o povo alemão como responsáveis, ou os únicos responsáveis, pelo desastre: não se pode, realmente, por a culpa do incêndio na última palha.

Mas um julgamento objetivo das realizações de Bismarck e daquilo de que resultaram ainda está à espera de uma resposta do historiador sobre estas

questões, e não estou muito certo de que ele já possa dar-lhes uma resposta definitiva. Diria que o historiador dos anos 20 estava mais próximo do julgamento objetivo do que o historiador dos anos de 1880, e que o historiador de hoje está mais próximo do que o dos anos 20; o historiador do ano 2000 pode estar mais próximo ainda. Isto ilustra minha tese de que a objetividade na história não repousa, nem pode repousar, num padrão fixo e imutável de julgamento existente neste momento, mas somente num padrão que é estabelecido no futuro e se desenvolve à medida que o curso da história avança. A história adquire significado e objetividade apenas quando estabelece uma relação coerente entre passado e futuro.

Olhemos novamente a apregoada dicotomia entre fato e valor. Os valores não podem ser derivados dos fatos. Esta afirmativa é parcialmente verdadeira, mas parcialmente falsa. Só examinando o sistema de valores predominantes em qualquer período ou em qualquer país pode-se perceber em que medida ele é modelado pelos fatos do meio. Numa conferência anterior chamei a atenção para o conteúdo histórico mutável de palavras impregnadas de valor como liberdade, igualdade ou justiça. Ou tomemos a Igreja cristã como uma instituição amplamente comprometida com a propagação de valores morais. Confrontemos os valores da cristandade primitiva com aqueles do papado medieval, ou os valores do papado medieval com os das igrejas protestantes do século XIX. Ou confrontemos os valores promulgados hoje, digamos, pela Igreja cristã espanhola com os das igrejas cristãs nos Estados Unidos. Estas diferenças de valores surgem das diferenças dos fatos históricos. Ou consideremos os fatos históricos que, no último século e meio, fizeram a escravidão, a desigualdade racial ou a exploração do trabalho infantil -todas antes aceitas como moralmente neutras ou honrosas - serem em geral vistas como imorais. A proposição de que valores não podem advir de fatos é, no mínimo, parcial e ilusória. Ou vamos

inverter a afirmação. Fatos não podem se originar de valores. Isto é verdadeiro em parte, mas também pode ser enganoso e exigir explicação. Quando procuramos conhecer os fatos, as perguntas que fazemos - e, portanto, as respostas que Obtemos - são formuladas pelo nosso sistema de valores. Nossa imagem dos fatos de nosso meio é modelada por nossos valores, isto é, pelas categorias através das quais abordamos os fatos; esta imagem é um dos fatos importantes que temos de levar em consideração. Os valores penetram nos fatos e são parte essencial deles. Nossos valores são uma parte essencial de nosso equipamento como seres humanos. É através dos nossos valores que temos a capacidade de adaptarmo-nos ao nosso meio e de adaptar nosso meio a nós mesmos, de adquirir aquele domínio sobre o nosso meio, que fez da história um registro do progresso. Mas não coloquemos, dramatizando a luta do homem com seu meio ambiente, uma falsa antítese e uma falsa separação entre fatos e valores. O progresso na história é alcançado através da interdependência e interação de fatos e valores. O historiador objetivo é aquele que penetra mais profundamente nesse processo recíproco.

Uma chave para este problema de fatos e valores é fornecida pelo uso comum da palavra “verdade” - palavra esta que se apóia tanto no mundo dos fatos quanto no mundo dos valores e é constituída por elementos de ambos. Nem é esta uma idiossincracia da língua inglesa. As palavras correspondentes a “verdade” nas línguas latinas, o alemão *wahrheit*, o russo *pravda*²⁷, todas possuem esse caráter duplo. Toda língua parece exigir esta palavra para uma verdade que não é meramente uma afirmação de fatos e nem o mero julgamento de valor, mas que engloba ambos os elementos. Minha ida a Londres na semana passada pode ser um fato, mas não se poderia normalmente chamá-lo de uma verdade: ele é desprovido de qualquer conteúdo de valor. Por outro lado, quando os fundadores dos Estados Unidos

na Declaração de Independência referiram-se à verdade auto-evidente de que todos os homens são criados iguais, sente-se que o conteúdo de valor da afirmação predomina sobre o conteúdo factual e pode, por causa disto, desafiar o seu direito de ser ou não encarada como uma verdade. Em algum lugar entre estes dois pólos - o pólo norte dos fatos destituídos de valor e o pólo sul de julgamentos de valor lutando ainda para transformar-se em fatos - reside o domínio da verdade histórica. O historiador, como disse na primeira conferência, está equilibrado entre fato e interpretação, entre fato e valor. Ele não pode separá-los. Talvez num mundo estático sejamos obrigados a estabelecer o divórcio entre fato e valor. Mas a história, num mundo estático, é desprovida de sentido. A história em sua essência é transformação, movimento ou - caso aceite a palavra fora de moda - progresso.

Concluindo, volto, portanto, à descrição que Acton fez do progresso como “a hipótese científica segundo a qual a história deve ser escrita”. Pode-se, quando se quer, transformar a história em teologia, fazendo o significado do passado depender de algum poder extra-histórico e supra-racional. Pode-se, quando se quer, transformá-la em literatura - uma coletânea sem significado ou sem sentido de histórias e lendas sobre o passado. A história propriamente dita só pode ser escrita por aqueles que encontram e aceitam um sentido de direção na própria história. A convicção de que viemos de algum lugar está vinculada de perto à convicção de que estamos indo para algum lugar. Uma sociedade que perdeu a confiança na sua capacidade de progredir no futuro rapidamente deixará de preocupar-se com seu progresso no passado. Como disse no começo da primeira conferência, nossa visão da História reflete nossa visão da sociedade. Agora volto ao meu ponto de partida declarando minha fé no futuro da sociedade e no futuro da história.

1. F. Powicke, *Modern historians and the study of history*, 1955, p. 174.
2. “A história transforma-se em teologia”, como afirmou Toynbee triunfante. (In *Civilization on trial*,

1948, prefácio.)

3. De *Rerum Natura*, iii, pp. 992-5. 144
 4. Gibbon, *The decline and fall of the roman empire*, capítulo xxxviii; o momento desta digressão foi a queda do império ocidental. Um crítico em *The Times Literary Supplement*, de 18 de novembro de 1960, citando esta passagem, pergunta se Gibbon realmente quis dizer isso. Naturalmente que sim; o ponto de vista de um escritor reflete mais o período em que ele vive do que aquele sobre o qual ele está escrevendo - uma verdade bem ilustrada por aquele crítico, que procura transferir seu próprio ceticismo dos meados do século XX para um escritor do fim do século XVIII.
 5. *Cambridge Modern History: its origin, authorship and production, 1907*, p. 13; *Cambridge Modern History*, introdução, 1902, p. 4; xii. 1910, p. 791.
 6. B. Russell, *Portraits from memory*, 1956, p. 17.
 7. J. B. Bury, *The idea of progress*, 1920. pp. vii-viii.
 8. B. Russell, *Portraits from memory*, 1956, p. 124.
 9. *The Observer*, 21 de junho de 1959.
 10. T. Arnold, *An inaugural lecture on the study of modern history*, 1841, p. 38. 148
 11. Acton, *Lectures on modern history*, 1906, p. 51.
 12. K. Mannheim, *Ideology and utopia*, tradução inglesa de 1936, p. 236, também associa “o desejo (do homem) de moldar a história” com sua “habilidade de compreendê-la.”
 13. F. H. Bradley, *Ethical Studies*, 1876, p. 293.
- 14** Para o diagnóstico de tal situação ver R. S. Lynd, *Knowledge for what?*, Nova York, 1939, p. 88: “As pessoas mais velhas em nossa cultura freqüentemente estão orientadas para o passado, o seu tempo de poder e vigor, e resistem ao futuro como a uma ameaça. É provável que toda uma cultura num estágio avançado de desintegração e perda de poder relativo possa, assim, ter uma orientação dominante para a perdida idade de ouro, enquanto a vida é vivida ociosamente no curso do presente.”
- 15** *Foreign Affairs*, xxviii, n° 3, junho de 1950, p. 382.
- 16** J. B. Bury, *The idea of progress*, 1920, p. ix.
 - 17** H. Butterfield, “*The whig interpretation of history*. 1931, p. 58. Compare-se a afirmação mais elaborada em A. von Martin, *The sociology of Renaissance*, tradução inglesa de 1945, p. i: “Inércia e movimento, estática e dinâmica, são categorias fundamentais com que começar uma abordagem sociológica da história... A história conhece a inércia apenas num sentido relativo: a questão decisiva é se predomina a inércia ou a mudança”. Mudança é o elemento positivo e absoluto em história; inércia, o subjetivo e relativo.
 - 18** De Tocqueville, prefácio a *Democracy in America*.
 - 19** J. B. Bury, *The idea of progress*, 1920, p. 5.
 - 20** L. B. Namier, *Conflicts*, 1942, p. 70.
 - 21** Citado em J. Huizinga, *Men and ideas*, 1959, p. 50. 158
 - 22** Gibbon, *The decline and fall of the roman empire*, capítulo iv.
 - 23** R. H. Tawney, *The agrarian problem in the sixteenth Century*, 1912, p. 177.

- 24 *Lectures on the philosophy of history*, tradução inglesa de 1884, p. 40.
- 25 T. Carlyle, *The French Revolution*, I, i, capítulo 4; I, iii, capítulo 7.
- 26 Radiofusão sobre “Julgamento Político” no Terceiro Programa da BBC, em 19 de junho de 1957.
27. O caso de *pravda* é especialmente interessante, já que há uma outra antiga palavra russa para designar verdade, *istina*. Mas a distinção não é entre verdade como fato e verdade como valor; *pravda* designa verdade humana em ambos os aspectos; *istina* designa verdade divina em ambos os aspectos - verdade sobre Deus e verdade revelada por Deus.

VI. O Alargamento do Horizonte

Sustentei, no decorrer destas conferências, a concepção da história como um processo em movimento constante, dentro do qual o historiador se move. Tal concepção parece comprometer-me com certas reflexões concludentes quanto à posição da história e do historiador em nosso tempo. Vivemos numa época em que - não pela primeira vez na história - as previsões de uma catástrofe mundial estão no ar e pesam bastante sobre todos, e elas não podem ser comprovadas nem desmentidas. Não são, entretanto, tão certas quanto a previsão de que todos nós morreremos; já que a certeza desta previsão não nos impede de traçar planos para o nosso próprio futuro, passarei então a discutir o presente e o futuro da nossa sociedade pressupondo que *este* país - ou pelo menos a maior parte do mundo - sobreviverá aos riscos que nos ameaçam e que a história continuará.

Nos meados do século XX, o mundo se defronta com um processo de mudança provavelmente mais profundo e de maior alcance do que qualquer outro que o tenha envolvido desde o desmoronamento do mundo medieval e a fundação do mundo moderno nos séculos XV e XVI. A mudança é, sem dúvida, em última instância, o produto de descobertas e invenções científicas e de sua aplicação cada vez mais ampla e das transformações de que resultaram direta ou indiretamente. O aspecto mais notável da mudança é uma revolução social comparável àquela que, nos séculos XV e XVI, marcou

a ascensão ao poder de uma nova classe baseada nas finanças e no comércio e, mais tarde, na indústria. A nova estrutura de nossa indústria e a nova estrutura da nossa sociedade apresentam problemas enormes demais para serem abordados aqui. Mas a mudança tem dois aspectos de relevância mais imediata aqui, neste momento - aquilo a que poderia chamar de mudança em profundidade e de mudança em extensão geográfica. Tentarei falar rapidamente sobre ambos.

A história tem início quando os homens começam a pensar na passagem do tempo, não em termos de processos naturais - o ciclo das estações do ano, a duração da vida humana -, mas de uma série de acontecimentos específicos em que os homens estão conscientemente envolvidos e que podem ser conscientemente influenciados pelos homens. A história, diz Burckhardt, é “a cisão com a natureza causada pelo despertar da consciência”¹. A história é a longa luta do homem, através do exercício de sua razão, para compreender seu meio ambiente e atuar sobre ele. Mas a época moderna ampliou a luta de uma maneira revolucionária. Agora o homem procura compreender o seu próprio meio ambiente e sobre ele atuar, assim como a si mesmo; isto acrescentou, por assim dizer, uma nova dimensão à razão e uma nova dimensão à história. A época atual é, entre todas as épocas, a de maior consciência histórica. O homem moderno tem um grau sem precedentes de autoconsciência e, portanto, de consciência da história. Ele olha para trás na esperança de encontrar um resto de luz capaz de iluminar a obscuridade para onde está indo; reciprocamente, suas aspirações e ansiedades sobre o que está à sua frente aguçam a sua percepção daquilo que fica para trás. Passado, presente e futuro estão todos ligados na corrente interminável da história.

Pode-se dizer que a mudança no mundo moderno, que consistiu do desenvolvimento no homem da consciência de si mesmo, começou com Descartes, que foi o primeiro a estabelecer a posição do homem como um ser

que pode não apenas pensar, mas pensar sobre o seu próprio pensamento, que pode observar-se no ato de observar, de maneira a ser simultaneamente o sujeito e o objeto do pensamento e da observação. Mas o desenvolvimento somente se tornou completamente explícito na última fase do século XVIII, quando Rousseau penetrou mais profundamente na compreensão e na consciência que o homem tem de si mesmo, dando-lhe uma nova maneira de encarar o mundo da natureza e a civilização tradicional. A Revolução Francesa, disse Tocqueville, foi inspirada pela “convicção de que o que se procurava era substituir o complexo de costumes tradicionais que regiam a ordem social na época por simples regras elementares derivadas do exercício da razão humana e do direito natural”². “Nunca, até então”, escreveu Acton numa de suas anotações manuscritas, “os homens haviam procurado liberdade sabendo o que procuravam”³. Para Acton, como para Hegel, liberdade e razão nunca estiveram separadas. E a Revolução Francesa estava ligada a Revolução Americana.

“Há 87 anos nossos antepassados deram a luz, neste continente, a uma nova nação, concebida em liberdade e dedicada à proposição de que todos os homens são criados iguais.”

Foi, como sugerem as palavras de Lincoln, um acontecimento único - a primeira ocasião na história em que os homens, deliberada e conscientemente, constituíram-se numa nação e daí, consciente e deliberadamente, dispuseram-se a modelar, dentro dela, outros homens. Nos séculos XVII e XVIII, o homem já se tornara completamente consciente do mundo à sua volta e de suas leis. Não se tratava mais de decretos misteriosos de uma providência inescrutável, mas de leis acessíveis à razão. Foram leis às quais o homem estava submetido e não leis de sua própria autoria. No estágio seguinte, o homem se tornaria completamente consciente de seu poder sobre o meio ambiente e sobre si mesmo e do seu direito de fazer as leis as quais ele

viveria.

A transição do século XVIII para o mundo moderno foi longa e gradual. Seus filósofos representativos foram Hegel e Marx, sendo que ambos ocuparam uma posição ambivalente. Hegel se baseava na idéia de leis da providência transformadas em leis da razão. O espírito do mundo de Hegel prende-se firmemente com uma mão à providência e com outra à razão. Hegel repete Adam Smith. Os indivíduos “satisfazem seus próprios interesses; mas algo mais é consumado em consequência disso, que é latente em sua ação embora não esteja presente em sua consciência”. Quanto ao objetivo racional do espírito do mundo, Hegel diz que os homens, “no exato momento de realizá-lo, fazem dele uma ocasião para satisfazer seus desejos, cujo sentido é diferente daquele objetivo”. Esta é simplesmente a harmonia de interesses traduzida na linguagem do filósofo alemão⁴. O equivalente de Hegel para a “mão oculta” de Adam Smith foi o famoso “instinto da razão” que faz os homens lutarem por fins dos quais não estão conscientes. Mas, apesar disso, Hegel foi o filósofo da Revolução Francesa, o primeiro filósofo a ver a essência da realidade na transformação histórica e no desenvolvimento da consciência de si mesmo pelo homem. Desenvolvimento em história significava desenvolvimento do conceito de liberdade. Mas, após 1815, a inspiração da Revolução Francesa desapareceu de todo na calmaria da Restauração. Hegel era politicamente tímido demais e, nos seus últimos anos de sua vida, demasiadamente entrincheirado no poder dominante de sua época para vir introduzir qualquer significado concreto em suas proposições metafísicas. A descrição que Herzen fez das outras doutrinas de Hegel como “a álgebra da revolução” foi particularmente adequada, Hegel forneceu a anotação, mas não lhe deu qualquer conteúdo prático. Coube a Marx escrever a aritmética para as equações algébricas de Hegel.

Discípulo tanto de Adam Smith quanto de Hegel, Marx partiu da

concepção de um mundo ordenado pelas leis racionais da natureza. Como Hegel, mas desta vez numa forma prática e concreta passou para a concepção de um mundo ordenado por leis que se desenvolviam através de um processo racional em resposta à iniciativa revolucionária do homem. Na síntese final de Marx, a história significava três coisas inseparáveis entre si e formando um todo coerente e racional: a transformação dos acontecimentos de acordo com objetivos e leis primordialmente econômicas; o desenvolvimento correspondente do pensamento através de um processo dialético; a ação correspondente na forma de luta de classes, que reconcilia e une a teoria e a prática da revolução. O que Marx oferece é uma síntese de leis objetivas e de ação consciente para traduzi-las na prática daquilo que é algumas vezes chamado - embora erroneamente - de determinismo e voluntarismo. Marx menciona com frequência leis às quais até então os homens se submetiam sem elas terem consciência, e mais de uma vez chamou a atenção para o que denominou “falsa consciência” daqueles envolvidos numa economia e numa sociedade capitalistas: “As concepções formadas sobre as leis da produção no pensamento dos agentes da produção e da circulação diferem amplamente das leis reais.”⁵ Entretanto, encontram-se nos escritos de Marx exemplos notáveis de apelos para a ação revolucionária consciente. “Os filósofos apenas interpretaram o mundo diferentemente”, disse na famosa tese sobre Feuerbach; “mas o problema é mudá-lo.” “O proletariado” declarou no *Manifesto Comunista*, “usará seu domínio político para, passo a passo, despojar a burguesia de todo o capital e concentrar todos os meios de produção nas mãos do Estado.” E, no *18 Brumário de Luís Bonaparte*, Marx falou da

“autoconsciência intelectual que dissolve todas as idéias tradicionais por meio de um processo que se prolonga há um século”. Caberia ao proletariado dissolver a falsa consciência da sociedade capitalista e introduzir a verdadeira

consciência da sociedade em classes. Mas o insucesso das revoluções de 1848 foi um revés sério e dramático para as transformações que pareciam iniminentes quando Marx começou a escrever. A última fase do século XIX transcorreu numa atmosfera que ainda era predominante de prosperidade e segurança. Foi apenas na passagem do século que completamos a transição para o período contemporâneo da história, em que a função primordial da razão não era mais entender as leis objetivas que regem o comportamento do homem na sociedade, mas sim remodelar a sociedade e os indivíduos que a compõem através da ação consciente. Em Marx, a “classe”, embora não definida precisamente, permanece, no conjunto, uma concepção objetiva a ser estabelecida pela análise econômica. Em Lênin, a ênfase desloca-se de “classe” para “partido”; este constitui a vanguarda da classe e infunde nela o elemento necessário da consciência de classe. Em Marx, a “ideologia” é uma palavra negativa - um produto da falsa consciência da ordem capitalista da sociedade. Em Lênin, a “ideologia” torna-se neutra ou positiva - uma convicção implantada por uma elite de líderes com consciência de classe numa massa de trabalhadores com consciência de classe em potencial. Modelar a consciência de classe não é mais um processo automático, mas um trabalho a ser empreendido.

O outro grande pensador de nossa época que acrescentou uma nova amplitude à razão foi Freud. Freud permanece hoje uma figura um tanto enigmática. Ele foi, por formação e passado, um individualista liberal do século XIX e aceitou sem questionar a suposição, popular e ilusória, de uma antítese fundamental entre o indivíduo e a sociedade. Abordando o homem mais como uma entidade biológica do que social, Freud tendeu a acentuar o meio social como algo historicamente dado, ao invés de considerá-lo um processo constante de criação e transformação pelo próprio homem. Ele sempre foi atacado pelos marxistas por abordar o que realmente são

problemas sociais do ponto de vista do indivíduo, e, por causa disso, condenado como reacionário; esta acusação, que era válida somente em parte no que diz respeito ao próprio Freud, é muito mais completamente aplicável à atual escola neofreudiana nos Estados Unidos, que parte do princípio de que os desajustamentos são inerentes ao indivíduo e não à estrutura da sociedade, e trata a adaptação do indivíduo à sociedade como sendo a função essencial da psicologia. Outra acusação corrente contra Freud, a de que estendeu o papel do irracional aos problemas humanos, é totalmente falsa e baseia-se numa confusão rudimentar entre reconhecimento do elemento irracional no comportamento humano e um culto do irracional. Que um culto do irracional realmente existe hoje no mundo de língua inglesa, principalmente na forma de uma depreciação das realizações e das potencialidades da razão, é infelizmente verdade; é a parte da atual onda de pessimismo e ultraconservadorismo de que falarei mais tarde. Mas isto não decorre de Freud, que foi um racionalista não qualificado e bastante primário. O que Freud fez foi alargar o âmbito do nosso conhecimento e da nossa compreensão, abrindo os motivos inconscientes do comportamento humano para o exame consciente e racional. Isto foi uma extensão do domínio da razão, um aumento do poder do homem de compreender e controlar a si mesmo e, portanto, o seu meio; além disso, representa um avanço revolucionário e progressista. Neste aspecto, Freud complementa, e não contradiz, o trabalho de Marx. Freud pertence ao mundo contemporâneo, no sentido de que, embora ele próprio não tenha escapado inteiramente da concepção de uma natureza humana fixa e invariável, forneceu instrumentos para uma compreensão mais profunda das raízes do comportamento humano e, assim, para a sua modificação consciente através de processos racionais.

Para o historiador, a importância especial de Freud é dupla. Em primeiro lugar, Freud ajudou a enterrar a velha ilusão de que os motivos que

os homens alegavam, ou acreditavam ser a causa de ações passadas, servem de fato, para explicar sua ação: este é um feito negativo de alguma importância, embora a pretensão positiva de alguns entusiastas em esclarecer o comportamento dos grandes homens da história pelos métodos da psicanálise deva ser encarada com reserva. O procedimento psicanalítico baseia-se na inquirição do paciente que está sendo examinado: não se pode inquirir os mortos.

Em segundo lugar Freud, reforçando o trabalho de Marx, encorajou o historiador a examinar-se e à sua própria posição na história, buscando os motivos - talvez ocultos - que levaram à sua escolha do tema ou do período e à sua seleção e interpretação dos fatos, a fase nacional e social que determinou seu ângulo de visão, a concepção do futuro que modela sua concepção do passado. Depois da obra de Marx e Freud, o historiador não tem desculpa para se considerar um indivíduo isolado que se situa fora da sociedade e da história. Estamos na era da autoconsciência: o historiador pode e deve saber o que está fazendo.

Esta transição para que o chamei de mundo contemporâneo -a extensão a novas esferas da função e do poder da razão - ainda não está completa: é a parte da transformação revolucionária pela qual o mundo do século XX está passando. Eu gostaria de examinar alguns dos principais sintomas da transição.

Começamos pela economia. Até 1914, a convicção de que leis econômicas objetivas regiam o comportamento econômico de homens e nações -leis essas que só podiam ser contestadas em prejuízo da economia - ainda era virtualmente inquestionável. Ciclos comerciais, flutuações de preço, desemprego, eram determinados por aquelas leis. Até 1930, quando se instalou a grande depressão, esta ainda era a opinião dominante. Daí para cá as coisas mudaram rapidamente. Nos anos 30, as pessoas começaram a falar

do “fim do homem econômico”, significando o homem que perseguia persistentemente seus interesses de acordo com as leis econômicas; desde então ninguém, exceto alguns Rip Van Winkles* do século XIX, acredita em leis econômicas neste sentido. Atualmente, a economia tornou-se quer uma série de equações teóricas matemáticas, quer um estudo prático de como algumas pessoas conseguem passar os outros para trás. A mudança é principalmente um produto da transição do capitalismo individualista para o grande capitalismo.

* N.R. Pessoa que foi ultrapassada pelo tempo. Rip Van Winkle, personagem título e herói da literatura popular americana, que dormiu 100 anos.

Enquanto predominaram o empresário individual e os negociantes, ninguém parecia ter o controle da economia ou ser capaz de influenciá-la de maneira importante; a ilusão de leis e processos impessoais era preservada. Mesmo o Banco da Inglaterra, nos seus dias de maior poder, era considerado não um operador e manipulador hábil, mas um registrador objetivo e quase automático das tendências econômicas. Com a transição da economia *laissez-faire*, para uma economia planejada (quer seja uma economia capitalista dirigida, quer seja uma economia socialista, quer caiba a sua direção aos interesses do grande capitalismo nominalmente privados, quer caiba ao Estado), esta ilusão de desfez. Torna-se claro que certas pessoas estão tomando certas decisões para certos fins, e que estas decisões determinam, por nós, o nosso rumo econômico. Todos sabem que o preço do petróleo ou do sabão não varia de acordo com alguma lei objetiva da oferta e da procura. Todos sabem, ou pensam que sabem, que as depressões e desemprego são causados pelo homem: governos admitem - aliás, proclamam - que sabem como saná-los. A transição foi feita do *laissez-faire* para o planejamento, do inconsciente para o auto-consciente, da crença em leis econômicas objetivas

para a crença de que o homem, por sua própria ação, pode ser o senhor de seu destino econômico. A política social tem andado de mãos dadas com a política econômica: aliás, a política econômica foi incorporada à política social. Permitam-me citar o último volume da primeira publicação da *Cambridge Modern History*, de 1910, um comentário altamente perspicaz feito por um autor que nada tinha de marxista e que provavelmente nunca ouvira falar de Lênin:

“A crença na possibilidade de reforma social pelo esforço consciente é a corrente dominante do pensamento europeu; é mais forte do que a crença na liberdade com uma única panacéia... Sua aceitação geral no momento é tão significativa e fértil quanto a crença nos direitos do homem na época da Revolução Francesa.”⁶

Hoje, 50 anos após estas linhas terem sido escritas, mais de 40 anos após a Revolução Russa e 30 anos após a grande depressão, esta crença tornou-se lugarcomum; a transição da submissão às leis econômicas objetivas que, apesar de supostamente racionais, estavam acima do controle do homem, para a convicção de que o homem é capaz de controlar seu destino econômico pela ação consciente, parece-me representar um avanço na aplicação da razão aos problemas humanos, uma capacidade maior do homem para entender e dominar seu meio e a si mesmo; tanto que eu deveria estar preparado, se necessário, para chamá-la pelo nome ultrapassado de progresso.

Não tenho espaço para entrar em detalhes de processos de trabalho semelhantes em outros campos. Mesmo a ciência, como vimos, está agora menos preocupada em investigar e estabelecer leis objetivas da natureza do que em forjar hipóteses de trabalho pelas quais o homem possa estar capacitado a dispor da natureza em função de seus objetivos e a transformar o seu meio ambiente. Mais significativo ainda, o homem começou, através do exercício consciente da razão, não apenas a transformar seu meio ambiente, mas

também em transformar-se. No fim do século XVIII, Malthus, numa obra que marcou época, tentou estabelecer leis objetivas da população, trabalhando, como as leis do mercado de Adam Smith, sobre o princípio de que ninguém era consciente do processo. Hoje, não se acredita em tais leis objetivas; mas o controle da população tornou-se um assunto de política social racional e consciente. Vimos em nossa época o aumento do período de duração da vida humana devido ao esforço do homem e a alteração do equilíbrio entre as gerações em nossa população. Ouvimos falar de drogas usadas conscientemente para influenciar o comportamento humano e operações cirúrgicas destinadas a alterar o caráter humano. Tanto o homem como a sociedade mudaram, e mudaram pelo esforço humano consciente, aos nossos próprios olhos. Entretanto, as mais significativas dessas transformações foram provavelmente aquelas trazidas pelo desenvolvimento e pela aplicação de métodos modernos de persuasão e doutrinação. Educadores em todos os níveis estão hoje em dia cada vez mais conscientemente preocupados em contribuir para reformar a sociedade segundo um molde específico e em inculcar na nova geração atitudes, lealdades e opiniões apropriadas àquele tipo de sociedade a política educacional é parte integrante de qualquer política social e racionalmente planejada. A função primordial da razão, quando aplicada ao homem em sociedade, não é mais apenas a de investigar, mas de transformar; esta consciência mais elevada do poder do homem para melhorar a administração de seus interesses sociais, econômicos através da aplicação de processos racionais parece me constituir um dos aspectos mais importantes da revolução do século XX.

Esta expansão de razão é apenas uma parte do processo a que chamei, numa conferência anterior, “individualização” - a diversificação das habilidades, ocupações e oportunidades individuais, que é concomitante a uma civilização em progresso. Talvez a consequência social mais a longo

prazo da revolução industrial tenha sido o aumento progressivo daqueles que aprendem a pensar, a usar a sua razão. Na Grã-Bretanha, nossa paixão pelo gradualismo é tal que, às vezes, o movimento é dificilmente perceptível. Temos descansado sobre os louros da educação primária para todos durante a maior parte de um século, e ainda não progredimos muito, nem mais depressa, no sentido de educação para todos em nível superior. Isto não teve muita importância na época em que liderávamos o mundo. Importa mais quando estamos sendo superados por outros, numa pressa maior do que a nossa, e quando por toda a parte o ritmo tornou-se mais veloz pela mudança tecnológica. Ora, a revolução social, a revolução tecnológica e a revolução científica são partes e parcelas do mesmo processo. Se quiserem um exemplo acadêmico do processo de individualização, considerem a imensa diversificação dos últimos 50 ou 60 anos em história, ou em ciência, ou em qualquer ciência específica, e a variedade infinitamente maior de especializações individuais que ela oferece. Mas tenho um exemplo ainda mais notável do processo num nível diferente. Há mais de 30 anos, um oficial militar alemão de alta patente, visitando a União Soviética, ouviu alguns comentários elucidativos por parte de um oficial soviético preocupado com a construção da Força Aérea Vermelha:

“Nós russos temos que nos arranjar com material humano ainda primitivo. Somos compelidos a adaptar a máquina ao tipo de aviador que está a nossa disposição. A medida que conseguimos desenvolver um novo tipo de homem, o desenvolvimento técnico do material também será aperfeiçoado. Os dois fatores se condicionam mutuamente. Homens primitivos não podem ser colocados em máquinas complicadas.”⁷

Hoje, mal decorrida uma geração, sabemos que as máquinas russas já não são mais primitivas e que milhões de russos, homens e mulheres, que planejam, constroem e operam tais máquinas também não são mais

primitivos. Na qualidade de historiador estou mais interessado nesse último fenômeno. A racionalização da produção significa algo bem mais importante - a racionalização do homem. Hoje, em todo o mundo, os homens primitivos estão aprendendo a usar máquinas complicadas e, assim fazendo, estão aprendendo a pensar, a usar a razão. A revolução, a que se pode exatamente chamar de revolução social, mas que chamarei, no contexto atual, de expansão da razão, mal começou. Mas está avançando ainda hesitante para poder acompanhar os últimos avanços tecnológicos hesitantes da geração anterior. Parece-me ser um dos aspectos principais da revolução do século XX.

Alguns dos nossos pessimistas e céticos certamente me repreenderão se, neste ponto, eu deixar de destacar os perigos e os aspectos ambíguos do papel designado à razão no mundo contemporâneo. Numa conferência anterior, observei que a individualização crescente no sentido descrito não implicava em qualquer enfraquecimento das pressões sociais em prol da conformidade e da uniformidade. Isto é, aliás, um dos paradoxos da nossa complexa sociedade moderna. A educação, que é um instrumento necessário e poderoso para promover o crescimento das aptidões e oportunidades individuais - e, portanto, da maior individualização -, é também um poderoso instrumento nas mãos de grupos interessados em promover uniformidade social. Apelos freqüentemente ouvidos para que tenhamos transmissões mais responsáveis de rádio e televisão ou uma imprensa mais séria são dirigidos em primeira instância contra certos fenômenos negativos que são fáceis de condenar. Mas rapidamente tornam-se apelos pelo uso desses poderosos instrumentos de persuasão das massas com a finalidade de inculcar gostos e opiniões desejáveis, sendo que o padrão de desejabilidade é encontrado nos gostos e nas opiniões que predominam na sociedade. Tais campanhas, nas mãos daqueles que as promovem, são processos conscientes e racionais destinados

a modelar a sociedade, modelando seus membros individuais, numa direção desejada. Outros exemplos evidentes desses perigos são fornecidos pelo anunciante comercial e pelo propagandista político. Os dois papéis são, aliás, quase sempre duplos; abertamente, nos Estados Unidos, e mais timidamente na Grã-Bretanha, partidos e candidatos empregam publicitários profissionais para se fazerem aceitos. Os dois procedimentos, mesmo quando formalmente distintos, são notavelmente semelhantes. Publicitários profissionais e chefes dos departamentos de propaganda dos grandes partidos políticos são homens altamente inteligentes que recorrem a todos os recursos da razão em apoio ao seu trabalho. A razão, entretanto, como em outras circunstâncias que examinamos, é empregada não por mera exploração, mas construtiva e dinamicamente e não estaticamente. Publicitários profissionais e diretores de campanhas não estão primordialmente preocupados com fatos existentes. Eles estão interessados no que o consumidor ou eleitor acredita agora ou nos acontecimentos, apenas na medida em que isto constitui a finalidade do produto, isto é, o que o consumidor ou eleitor pode, por manipulação habilidosa, ser induzido a acreditar ou querer. Além disso, o estudo da psicologia de massa lhes tem mostrado que a maneira mais rápida de assegurar aceitação de suas opiniões é através de um apelo ao elemento irracional da composição do cliente e eleitor, de maneira que o quadro com que nos defrontamos é aquele no qual uma elite de industriais profissionais ou Líderes partidários, através de processos racionais mais desenvolvidos do que nunca, atinge seus fins compreendendo e tirando proveito do irracionalismo das massas. O apelo não se dirige primordialmente à razão: ele começa em essência pelo método que Oscar Wilde chamou de “atingir abaixo do intelecto”. Exagerei um pouco o quadro geral com receio de que pudesse ser acusado de subestimar o perigo⁸. Mas é, de uma maneira geral, correto e podia facilmente ser aplicado a outros setores. Em toda sociedade, medidas

mais ou menos coercitivas são aplicadas pelos grupos dominantes para organizar e controlar a opinião da massa. Este método parece pior do que os outros, pois constitui um abuso da razão.

Em resposta a esta séria e bem fundamentada acusação, tenho apenas dois argumentos. O primeiro é aquele já conhecido de que toda invenção, toda inovação, toda nova técnica descoberta no decorrer da história tem tanto seu lado negativo quanto positivo. O custo sempre tem que ser pago por alguém. Não sei quanto tempo se passou desde a invenção da imprensa, antes que críticos começassem a dizer que ela facilitava a expansão de opiniões errôneas. Hoje é lugar-comum lamentar a taxa de mortalidade em estradas, causada pelo advento do automóvel; até alguns cientistas deploram suas próprias descobertas dos caminhos e meios para liberar a energia atômica, por causa da utilização catastrófica que dela pode ser - e tem sido - feita. Tais objeções de nada serviram no passado - e parece que de nada servirão no futuro - para deter o avanço de novas descobertas e invenções. O que aprendemos das técnicas e potencialidades da propaganda de massa não pode simplesmente ser apagado. Não é mais possível retornar à reduzida democracia individualista ou à teoria liberal de Locke, parcialmente realizada na Grã-Bretanha nos meados do século XIX, assim como também não é possível voltar ao cavalo e à carruagem ou aos primeiros tempos do capitalismo do *laissez-faire*. Mas a verdadeira resposta é que esses males também trazem consigo seu próprio corretivo. O remédio não está num culto do irracionalismo ou numa renúncia ao papel ampliado da razão na sociedade moderna, mas numa consciência crescente, tanto de baixo quanto de cima, do papel que a razão pode desempenhar. Isto não é um sonho utópico, numa época em que o uso cada vez maior da razão em todos os níveis da sociedade vem-nos sendo imposto pela nossa revolução tecnológica e científica. Como qualquer outro grande avanço em história, este tem seu preço e seus

prejuízos, que têm de ser pagos, e seus perigos que têm de ser enfrentados. Todavia, a despeito dos cétricos, dos cínicos e dos profetas do desastre, sobretudo entre os intelectuais de países cuja posição privilegiada anterior vem sendo minada, não terei vergonha de tratá-lo como um exemplo marcado de progresso em história. Talvez seja o fenômeno mais notável e revolucionário de nosso tempo.

O segundo aspecto da revolução progressiva pela qual estamos passando é a reorganização do mundo. O grande período dos séculos XV e XVI, em que, finalmente, se desmoronou o mundo medieval e se lançaram os alicerces do mundo moderno, foi marcado pela descoberta de novos continentes e pela passagem do centro de gravidade mundial das margens do Mediterrâneo para as do Atlântico. Mesmo a Revolução Francesa, que foi uma comoção menor, teve sua conseqüência geográfica ao chamar o Novo Mundo para restabelecer o equilíbrio do Velho. Mas as mudanças provocadas pela revolução do século XX são bem mais avassaladoras do que as que se verificaram a partir do século XVI. Após quatrocentos anos, o centro de gravidade mundial transferiuse definitivamente da Europa ocidental. A Europa ocidental, junto com partes do mundo de língua inglesa em outros continentes, tornou-se um apanágio do continente norteamericano - ou, se preferirem, uma aglomeração em que os Estados Unidos funcionam como usina de força e como torre de controle. Como mudança, não é esta a única, nem talvez a mais importante. Sem dúvida está claro que o centro de gravidade mundial agora reside, ou continuará por muito tempo a residir, no mundo de língua inglesa com seu anexo na Europa ocidental. Parece ser a grande massa territorial da Europa oriental e da Ásia, com suas extensões na África, que hoje dá o tom nas questões internacionais. O “Oriente imutável” hoje em dia é um clichê particularmente desgastado.

Vejamos, rapidamente, o que aconteceu com a Ásia no século atual.

Tudo começou com a aliança anglo-japonesa de 1902 - a primeira admissão de um país asiático no círculo encantado das Grandes Potências Europeias. Talvez possa ser encarado como uma coincidência o fato de que o Japão assinalou sua promoção ao desafiar e derrotar a Rússia e, desse modo, acendeu a primeira fagulha que ateou fogo na grande revolução do século XX. As revoluções francesas de 1789 e 1848 encontraram seus seguidores na Europa. A primeira Revolução Russa de 1905 não despertou qualquer eco na Europa, mas encontrou seus seguidores na Ásia: nos anos seguintes, revoluções ocorreram na Pérsia, na Turquia e na China. A Primeira Guerra Mundial não foi precisamente uma guerra mundial mas uma guerra civil europeia - supondo que existisse uma entidade como Europa - com conseqüências em todo o mundo; estas incluíram o estímulo ao desenvolvimento industrial em muitos países asiáticos, ao sentimento antiestrangeiro na China, ao nacionalismo indiano e ao nascimento do nacionalismo árabe. A Revolução Russa de 1917 forneceu um novo e decisivo impulso. O que nela foi significativo é que seus líderes procuraram persistentemente, mas em vão, seguidores na Europa, e finalmente os encontraram na Ásia. Foi a Europa que se tornou "imutável"; a Ásia é que estava em movimento. Não preciso continuar a relatar esta história tão conhecida até os dias de hoje. O historiador dificilmente já está em posição de avaliar a extensão e o significado das revoluções asiática e africana, mas a expansão dos modernos processos tecnológicos e industriais, bem como dos rudimentos da educação e da consciência política para milhões de habitantes da Ásia e da África, está mudando a face destes continentes; embora não possa penetrar no futuro, não conheço um padrão de julgamento que me faça deixar de ver esses fatos como um desenvolvimento progressivo na perspectiva da história mundial. A nova organização do mundo, resultante desses acontecimentos, acarretou uma queda relativa de importância da Grã-

Bretanha, talvez mesmo dos países de língua inglesa como um todo, no cenário internacional. Mas um declínio relativo não é um declínio absoluto; o que me perturba e me alarma não é a marcha do progresso na Ásia e na África, mas a tendência de grupos dominantes na Grã-Bretanha - e talvez em outros lugares - de não verem ou não compreenderem essas transformações, de adotarem em relação a elas uma atitude oscilante entre o desprezo desconfiado e a condescendência afável, e mergulharem numa paralisante nostalgia do passado.

O que chamei de expansão da razão na nossa revolução do século XX tem conseqüências especiais para o historiador; porque a expansão da razão significa, em essência, o emergir na história de grupos e classes, de povos e continentes, que até então haviam permanecido de fora. Na primeira conferência, sugeri que a tendência dos historiadores especializados em Idade Média de verem a sociedade medieval através da ótica da religião era devida ao caráter exclusivo de suas fontes. Gostaria de levar esta explicação um pouco mais além. Tem sido dito - corretamente, penso - embora sem dúvida com algum exagero, que a Igreja cristã era “a única instituição racional da Idade Média”⁹. Sendo a única instituição racional, era a única instituição histórica; estava sujeita a um curso racional de desenvolvimento que só podia ser compreendido pelo historiador. A sociedade secular era modelada e organizada pela Igreja e não tinha vida racional própria. A massa do povo pertencia, como os povos pré-históricos, mas à natureza do que a história. A história moderna começa quando um número cada vez maior de pessoas emerge para a consciência social e política, torna-se ciente de seus respectivos grupos como entidades históricas que têm um passado e um futuro e entram completamente na história. Apenas nos últimos duzentos anos no máximo, mesmo assim nuns poucos países adiantados, a consciência social, política e histórica começou a ampliar-se para atingir a maioria da

população. Somente hoje tornou-se possível, pela primeira vez, até mesmo imaginar um mundo inteiro consistindo de pessoas que, no sentido mais completo da palavra, entraram na história e tornaram-se o interesse, não mais do administrador colonial ou do antropólogo, mas do historiador.

Esta é uma revolução em nossa concepção de história. No século XVIII, a história ainda era a história das elites. No século XIX historiadores britânicos começaram, vacilante e esporadicamente, a avançar no sentido de uma visão da história como a história da comunidade nacional inteira. J. R. Green, um historiador sem grande importância, ganhou fama por escrever a primeira *História do povo inglês*. No século XX, todo historiador demonstra falsa devoção a esta idéia; embora o desempenho não acompanhe a profissão, não me deterei nestas deficiências, já que estou muito mais preocupado com a nossa falência, como historiadores, de levar em conta o alargamento do horizonte da história fora da Grã-Bretanha e da Europa ocidental. Acton, em seu relatório de 1896, falou da história universal como “aquilo que é distinto da história combinada de todos os países”. E continuou:

“Ela se move numa progressão na qual todas as nações são subsidiárias. Sua história será contada, não em seu próprio benefício, mas com referência e em subordinação a uma série mais alta segundo o tempo e o grau em que elas contribuem para o destino comum da humanidade.”¹⁰

É escusado dizer que para Acton a história universal, como ele a concebia, interessava a qualquer historiador sério. Que estamos fazendo no momento para facilitar a abordagem da história universal neste sentido?

Não pretendia nestas conferências entrar no estudo da história nessa universidade; mas ele me dá exemplos tão notáveis do que estou tentando dizer que seria covardia de minha parte evitar o assunto, embora rapidamente. Nos últimos 40 anos dedicamos um espaço substancial do nosso currículo à história dos Estados Unidos. Trata-se de um progresso importante. Mas

acarretou o risco de reforçar o bairrismo da história inglesa, que já pesa demais no nosso currículo, com um bairrismo ainda mais insidioso e igualmente perigoso do mundo de língua inglesa. A história do mundo de língua inglesa nos últimos quatrocentos anos foi, sem dúvida, um grande período da história. Mas tratá-lo como peça central da história universal e tudo o mais como periférico a ela é uma infeliz distorção de perspectiva. É dever de uma universidade corrigir tais distorções populares. A escola de história moderna nesta universidade parece-me falhar no cumprimento deste dever. Logicamente seria errado que se permitisse a um candidato pleitear um diploma em história numa grande universidade sem que ele tivesse conhecimento adequado de qualquer outra língua moderna além do inglês; prestemos atenção ao que aconteceu em Oxford com a antiga e respeitada disciplina de filosofia quando seus praticantes chegaram à conclusão de que eles podiam se sair muito bem apenas com um bom conhecimento do inglês cotidiano. Logicamente seria errado que não se oferecesse ao candidato qualquer facilidade para estudar a história moderna de algum outro país continental europeu além do nível do manual de história. Um candidato que possua algum conhecimento das questões da Ásia, da África ou da América Latina tem atualmente uma oportunidade muito limitada de demonstrar este conhecimento numa dissertação de estágio chamada, com o magnífico *penache* do século XIX, “A Expansão da Europa”. Infelizmente, o título condiz com o conteúdo: o candidato não é convidado a saber o que quer que seja, mesmo de países com uma história importante e bem documentada como a China ou a Pérsia, salvo o que aconteceu quando os europeus tentaram tomá-los. Disseram-me que nesta universidade são dadas aulas sobre a história da Rússia, da Pérsia e da China - mas não por membros do corpo docente de história. A convicção expressa pelo professor de chinês, na sua conferência inaugural há cinco anos, de que “a China não pode ser vista

como estando fora do fluxo principal da história humana”¹¹ não teve repercussão entre os historiadores de Cambridge. O que poderá ser visto no futuro como a maior obra histórica produzida em Cambridge durante a década passada foi escrito totalmente desligado do departamento de história e sem qualquer assistência dele: refiro-me ao *Science and Civilization in China* do Dr. Needham. Este é um pensamento sensato. Não deveria ter exposto estes problemas domésticos ao olhar do público, mas pelo fato de que acredito que são típicos da maioria de outras universidades britânicas e de intelectuais britânicos em geral de meados do século XX. Aquela velha ironia rançosa sobre a insularidade vitoriana, “Tempestade no Canal - o Continente Isolado”, parece hoje tão atual que chega a dar mal-estar. Mas uma vez, tempestades estão bramindo no mundo além; enquanto nós, nos países de língua inglesa, nos reunimos e contamos uns aos outros, em inglês cotidiano típico, que os outros países e outros continentes estão isolados por seu comportamento extraordinário em relação às dádivas e bênçãos de nossa civilização, às vezes parece como se nós, por nossa inabilidade ou má vontade para compreender, estivéssemos nos isolado do que realmente está se passando.

Nas frases iniciais de minha primeira conferência, chamei a atenção para a profunda diferença de perspectiva que separa os meados do século XX dos últimos anos do século XIX. Gostaria, em conclusão, de desenvolver este contraste; se neste contexto uso as palavras “liberal” e “conservador”, será imediatamente compreendido que não as estou usando como se fossem as denominações dos partidos políticos britânicos.

Quando Acton falou de progresso, não pensou em termos do popular conceito britânico de “gradualismo”. “A Revolução ou, como dizemos, o Liberalismo” é uma frase exemplar de uma carta de 1887. “O método de progresso moderno”, disse ele numa conferência sobre história falou do “advento de

idéias gerais a que nós chamamos revolução”. Isto é explicado numa de suas anotações manuscritas inéditas: “o *whig* governou por compromisso: o liberal começa o domínio das idéias”¹². Acton acreditava que “o domínio de idéias” significava liberalismo e que o liberalismo significava revolução. No tempo em que Acton viveu, o liberalismo ainda não usara a sua força como uma dinâmica da mudança social. Em nossos dias, o que sobrevive de liberalismo tornou-se, por toda parte, um elemento conservador na sociedade. Seria hoje sem sentido pregar uma volta a Acton. Mas o historiador está preocupado primeiro em estabelecer onde Acton se encontrava; segundo, em contrastar sua posição com a de pensadores contemporâneos; e terceiro, em inquirir que elementos em sua posição podem ser válidos ainda hoje. A geração de Acton sofreu, sem dúvida, da autoconfiança e otimismo arrogantes e não percebeu suficientemente a natureza precária da estrutura em que sua fé repousava. Mas possuía duas coisas de que hoje precisamos muito: um sentido de mudança como um fator de progresso em história e uma crença na razão como nosso guia para a compreensão de duas complexidades.

Ouçamos agora algumas vozes dos anos 50. Numa conferência anterior, citei a expressão de contentamento de Sir Lewis Namier de que, enquanto “soluções práticas” foram procuradas para “problemas concretos”, “programas e ideais são esquecidos por ambos os lados” e a sua descrição disto como um sintoma de “maturidade nacional”¹³. Não gosto de analogias entre a vida de indivíduos e a das nações; se uma tal analogia é invocada, fica-se tentado a perguntar o que se segue depois da “maturidade”. Mas o que me interessa é o agudo contraste delineado entre o prático e o concreto, que são elogiados, e “programas e ideais”, que são condenados. Este louvor à ação prática sobre a teorização idealística é, naturalmente, o carimbo do conservadorismo. No pensamento de Namier, representa a voz do século XVIII, da Inglaterra na época da ascensão de Jorge III, protestando contra a

investida iminente da revolução e do reino das idéias de Acton. Mas a mesma expressão familiar do conservadorismo absoluto na forma do empiricismo absoluto é altamente popular em nossos dias. Pode ser encontrado na sua forma mais difundida na observação do professor Trevor-Roper, de que “quando os radicais gritam que a vitória é indubitavelmente deles, os conservadores sensatos os colocam no seu devido lugar”¹⁴. O professor Oakeshott oferece-nos uma versão mais sofisticada deste empiricismo moderno: em nossas preocupações políticas, conta-nos ele, “navegamos num mar sem limite e sem fundo” onde “não há ponto de partida nem destino assinalado” e onde nosso único objetivo pode ser “mantermo-nos flutuando calmamente”¹⁵. Não preciso procurar a lista de escritores recentes que denunciaram o “utopismo” e o “messianismo” políticos; tornaram-se estas as expressões correntes de ignomínia para as idéias radicais que visam em profundidade ao futuro da sociedade. Nem tentarei discutir as tendências discutir as tendências recentes nos Estados Unidos, onde os historiadores e teóricos da ciência política tiveram menos inibição do que seus colegas deste país em proclamar abertamente sua adesão ao conservadorismo. Citarei uma observação de um dos mais notáveis e dos mais moderados historiadores conservadores americanos, o professor Samuel Morinson, de Harvard, que em seu discurso como presidente da Associação Americana de História, em dezembro de 1950, pensava que chegara o momento para uma reação contra o que ele chamou de “linha Jefferson-Jackson-F. D. Roosevelt” e fazia a defesa de uma história dos Estados Unidos “escrita de um ponto de vista saudavelmente conservador”¹⁶.

Mas foi o professor Popper que, pelo menos na Grã-Bretanha, mais uma vez expressou esta cautelosa visão conservadora na sua forma mais clara e mais descomprometedora. Repetindo a posição de Namier contrária aos “programas e ideais”, ele ataca a orientação política cujo objetivo é remodelar

o “todo da sociedade” de acordo com um plano definido, preconiza o que ele chama de “engenharia social das partes” e, aparentemente, não se retrai da imputação de “remedeiro” e de “estar indo aos trancos e barrancos”¹⁷. Num ponto, aliás, renderia minhas homenagens ao professor Popper. Ele continua sendo um bravo defensor da razão e não fará concessões, passadas ou presentes, ao irracionalismo. Mas se examinarmos sua receita de “engenharia social por partes”, veremos como é limitado o papel que ele destina à razão. Embora sua definição de “engenharia por partes” não seja muito precisa, ele nos diz especificamente que a crítica dos “fins” está excluída; os exemplos prudentes que ele dá do que compete à sua engenharia - “reforma constitucional” e “uma tendência para uma maior distribuição de renda” - mostram plenamente que se pretende operar segundo os pressupostos de nossa sociedade vigente¹⁸. O *status* da razão no esquema do professor Popper está, na verdade, bastante próximo daquele do funcionário público britânico, qualificado para administrar os programas do partido que está no poder, cabendo-lhe mesmo sugerir aperfeiçoamentos práticos para fazê-los funcionar melhor, mas não para questionar seus fundamentos básicos ou seus objetivos finais. Trata-se de um trabalho útil: eu, também fui funcionário público em certa época. Mas esta subordinação da razão aos pressupostos da ordem vigente parece-me, com o tempo, totalmente inaceitável. Não é assim que Acton encarava a razão quando propôs sua equação *revolução = liberalismo = o domínio das idéias*. O progresso humano, quer na ciência, que na história ou na sociedade, ocorreu principalmente devido à disposição arrojada dos seres humanos de não se limitarem a procurar melhorias isoladas na maneira em que as coisas são feitas, mas em contestarem fundamentalmente, em nome da razão, a maneira usual de fazer as coisas e os pressupostos confessados ou não em que o processo se baseia. Aguardo ansiosamente a época em que historiadores, sociólogos e pensadores políticos do mundo de língua inglesa

recobrarão o ânimo de empreender essa tarefa.

Não é, entretanto, o desvanecimento da fé na razão entre os intelectuais e pensadores políticos do mundo de língua inglesa que mais me perturba, mas a perda do sentido dominante de um mundo em movimento perpétuo. A primeira vista, isto parece paradoxal: porque raramente houve tanta conversa superficial sobre mudanças à nossa volta como agora. Importa, porém, que a mudança não é mais encarada como realização, como oportunidade, como progresso, mas como um objeto que inspira medo. Quando nossos mandarins da política e da economia receitam, só nos dão conselhos para que desconfiemos das idéias radicais e profundas, para que evitemos qualquer coisa com sabor de revolução e para que avancemos - se é que devemos avançar - tão lenta e prudentemente quanto possível. Num momento em que o mundo está passando por uma transformação mais rápida e radicalmente do que em qualquer outra época dos últimos quatrocentos anos, isto me parece uma cegueira singular que dá margem a apreensão, não que o movimento de âmbito mundial seja contido, mas que este país - e talvez outros países de língua inglesa - possam ficar atrasados, com relação ao avanço geral, e cair, irremediável de lamentavelmente, na nostalgia do passado. Quanto a mim, continuo otimista; quando Sir Lewis Namier aconselha-me a fugir de programas e ideais e o professor Oakeshott me diz que não estamos caminhando para frente e que tudo o que importa é fazer com que ninguém agite o barco, e o professor Popper quer manter na estrada, à custa de pequenos consertos, aquele velho e querido “Ford-de-bigode”, e o professor Trevor-Roper põe no devido lugar os radicais que vociferam e o professor Morison defende uma história feita com um saudável espírito conservador, estarei atento a um mundo em tumulto e a um mundo prestes a dar a luz e responderei com as velhas palavras de um grande cientista: “E, no entanto,

ele se move”.

1. J. Burckhardt, *Reflections on history*, 1959, p. 31. 168
2. A. de Tocqueville, *De l'ancien régime*, III, capítulo I.
3. Biblioteca da Universidade de Cambridge: Add. MSS.: 4870.
4. As citações são de *Philosophy of history* de Hegel. 170
5. *O Capital*, iii, tradução inglesa de 1909, p. 369.
6. *Cambridge Modern History*, xii, 1910, p. 15; o autor do capítulo é S. Leathes, um dos editores de *History* e diretor de repartição pública.
7. *Vierteljahrshefte für Zeitgeschichte*, Munique, introdução, 1953, p. 38.
8. Para uma discussão mais completa, ver, do autor, *The new Society*, 1951, capítulo 4 e passim.
9. A. von Martin, *The sociology of the Renaissance*, tradução inglesa de 1945, p.18.
10. *Cambridge Modern History: its origin, authorship and production*, 1907, p. 14.
11. E. G. Pulleyblank, *Chinese history and world history*, 1955, p. 36. 184
12. Para estas passagens ver, de Acton, *Selection from Correspondence*, 1917, p. 278; *Lectures on modern history*, 1906. pp. 4 e 32; Ass. MSS. 4949 (na Biblioteca da Universidade de Cambridge). Na carta de 1887 citada acima, Acton coloca a diferença entre os “antigos” e os “novos” *whigs* (isto é, os liberais) na “descoberta da consciência”: “consciência” (moral) aqui está evidentemente associada a desenvolvimento da “consciência” (conhecimento) - ver página 135 acima -e corresponde ao “domínio das idéias”. Stubbs também divide a história moderna em dois períodos, separados pela Revolução Francesa: “O primeiro, uma história de poderes, forças e dinastias; o segundo, uma história em que as idéias tomam o lugar tanto dos direitos quanto das formas” (W. Stubbs, *Seventeen lectures on the study of mediaeval and modern history*, 3ª ed., 1900, p. 239).
13. Ver página 39 acima.
14. *Encounter*, vii, nº 6, junho de 1957, p. 17.
15. M. Oakeshott, *Political education*, 1951, p. 22.
16. *American Historical Review*, nº Ivi, nº2, janeiro de 1951, pp. 272-3.
17. K. Popper, *The poverty of historicism*, 1957, pp. 67 e74.
18. Id., *ibid.*, pp. 64 e 68.

http://groups-beta.google.com/group/Viciados_em_Livros

<http://groups-beta.google.com/group/digitalsource>

Impressão e Acabamento
OESP Gráfica S.A. (com filmes fornecidos pelo Editor)

Depto Comercial: Alameda Araguaia, 1.901 - Barueri - Tamboré

Tel: 725.1805

Fax: 725.1384

que é
história?

Que é história? Que é fato histórico? Existem verdades históricas "objetivas"?

Mestre no ofício, Edward Hallet Carr responde a essas indagações com sutileza e sabedoria. Segundo Carr, o historiador não pode relatar um fato histórico exatamente como se passou. Seleciona de uma infinidade de eventos, tomados das mais diversas fontes, aqueles que, sob sua ótica, merecem ser historiados. Reconhece que alguns fatos históricos básicos são os mesmos para todos os historiadores. Por exemplo: a batalha de Waterloo se travou em um ano determinado. Por isso, para o historiador "a exatidão é um dever, não uma virtude", como dizia Housman. Mas o fato histórico é matéria-prima para o historiador. Os fatos não falam por si. São filtrados pela visão do historiador e por ele inseridos em um contexto. Os próprios documentos em que se baseia o trabalho do historiador são produto da mente dos que os elaboram, pensando que as coisas haviam acontecido tal como as relatam.

Pode-se concluir, então, que não existe verdade histórica? Existe, responde Carr. E mais, existe a filosofia da história, termo inventado por Voltaire que para Carr significa "ver o passado através dos olhos do presente e à luz dos seus problemas". "Se o historiador não avalia, como pode saber o que é digno de registro?". A missão do historiador é "compreender o pensamento que está por trás" de um fato histórico. "A história é a recriação, na mente do historiador, do pensamento cuja história ele está estudando", que, por sua vez, alicerça numa prova empírica. Resulta daí que, se o historiador recria o que se passa na mente dos que fizeram a história, o leitor tem que recriar o que está na mente do historiador.

Adverte, contudo, E. H. Carr sobre o perigo de se conferir peso maior à interpretação que ao fato em si. O próprio uso de conceitos como democracia, autocracia, ditadura implica em julgamento de valor em que incorre o historiador e o cientista social segundo a posição ideológica que assume. Um e outro, embora não possam assumir uma atitude de neutralidade ou indiferença diante do seu objeto de estudo, precisam armar-se do propósito de registrar e interpretar os fatos da história, num esforço de compreender suas fontes no que têm de significativo e relevante. Ou nas palavras de Carr: "todo historiador militante... está empenhado em ajustar seus fatos à sua interpretação e sua interpretação a seus fatos."

Nesta série de conferências proferidas pelo Prof. E. H. Carr na Universidade de Cambridge, em 1961, ele desvenda o ofício de historiador que ele próprio exerce com dignidade, engenho e arte.



PAZ E TERRA

(ISBN 85-219-0171-2)



9 788521 901716